Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ROBERTA DOS REIS NEUHOLD

OS MOVIMENTOS DE MORADIA E SEM-TETO E AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS OCIOSOS:

a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo

roberta.neuhold@usp.br

São Paulo
2009

ROBERTA DOS REIS NEUHOLD

OS MOVIMENTOS DE MORADIA E SEM-TETO E AS OCUPAÇÕES DE IMÓVEIS OCIOSOS:

a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Dra. Maria Célia Pinheiro Machado Paoli

São Paulo

2009

Folha de aprovação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

Banca examinadora

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

_____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

_____

Prof(a). Dr(a).: _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Agradecimentos

Difícil não começar os agradecimentos por aqueles que durante toda a vida me incentivaram: os meus pais, Vera Lúcia Alves dos Reis Neuhold e Roberto Neuhold. Agradeço também a toda a minha família, aos que aqui estão e aos que já se foram: devo a eles a minha existência. Agradeço imensamente ao meu companheiro Márcio Pozzer que me acompanhou nesta trajetória, por toda paciência e dedicação. À Quérol, grande amiga e parceira de idéias e de sonhos, e às nossas incansáveis caminhadas pelo centro, ainda nos tempos do ensino médio, quando aprendi a me admirar com essa metrópole. Ao Mário de Andrade, pelo espanto de Macunaíma diante da cidade de São Paulo. À Camila Chaves e à Adriana Mendonça por me auxiliarem nas línguas estrangeiras. Agradecimentos a todos que durante a minha trajetória acadêmica contribuíram, de alguma forma, para eu escolher os meus sujeitos e objetos de pesquisa e, sobretudo, para eu me formar. À gestão Gota d'Água, do Diretório Central dos Estudantes Livre (mesmo) da USP, que organizou o *III Curso de Mutirão e Autogestão*, durante o qual, pela primeira vez, travei contato com os movimentos de moradia e sem-teto, conheci os mutirões autogeridos das periferias e as ocupações de imóveis ociosos na área central da cidade de São Paulo. Aos colegas do Cidade de Areia e do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas, com os quais me enredei pelos caminhos da extensão universitária. Aos grandes companheiros do Escritório Piloto que participaram de forma decisiva da minha formação universitária: com eles aprendi o que é gestão democrática, experiência da qual tanto sinto falta hoje quando vivencio espaços tão sombrios. Ao professor José Guilherme Cantor Magnani e a sua dedicação em nos orientar nas etnografias urbanas, realizando varreduras, entrevistando os transeuntes, investigando o imaginário da cidade e dos seus habitantes. Ao professor Lúcio Kowarick e aos colegas do grupo de pesquisa, Daniel Lage, Itaquê Barbosa e Janaina Bloch. Aos integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto da área central, sempre disponíveis para as conversas e para as lutas. A minha orientadora Maria Célia Pinheiro Machado Paoli e ao grupo que continua em busca da política. Às professoras Cibele Saliba Rizek e Ana Baroni pelas valiosas sugestões no exame de qualificação. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e, sobretudo, à solicitude da Ângela sempre solicita para nos orientar. Ao Paulo Rossi pela gentileza de ceder as fotos do Casarão Santos Dumont. Agradeço, por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa concedida ao longo do mestrado.

Resumo

Esta dissertação analisa as experiências dos movimentos de moradia e sem-teto que reivindicam políticas habitacionais para a população de baixa renda na área central da cidade de São Paulo. Indaga-se em que medida a sua principal estratégia de pressão – as ocupações de imóveis ociosos – inseriu novos critérios de julgamento nos debates sobre a reabilitação da área central, o que inclui o direito das camadas pobres habitarem uma região consolidada da cidade.

A investigação recorreu à pesquisa bibliográfica, documental (em jornais e nos arquivos dos movimentos) e de campo (visita aos prédios ocupados), bem como a entrevistas com os coordenadores dos movimentos de moradia e sem-teto. Foram identificadas mais de setenta ocupações de prédios e terrenos vazios, públicos e privados, realizados entre 1997 e 2007. Confirmou-se a hipótese de que os movimentos de moradia e sem-teto conseguiram expor suas reivindicações, viabilizar a inclusão de parcela dos seus integrantes em diferentes linhas de atendimento habitacional e se tornar protagonistas de projetos inéditos de reforma e reciclagem de imóveis abandonados na área central para o uso residencial. Entretanto, a despeito dessas conquistas, a postura do poder público frente às suas demandas alternou-se entre, de um lado, o uso da violência institucional, que silencia e desqualifica as formas de dissenso, e, de outro lado, o desenvolvimento de políticas que permaneceram afastadas da perspectiva de universalização de direitos.

Palavras-chave: área central (São Paulo); movimentos sociais urbanos; movimentos de moradia e sem-teto; ocupações de imóveis vazios; políticas públicas habitacionais.

Abstract

This paper analyses the experiences of homeless movements claiming housing polices for people on low-income in the central area of the city of São Paulo. It inquires about to what extent their main strategy of pressure – the squatting – introduced new criteria for judging in discussions on the rehabilitation in the central area, which included the poor people's rights to inhabit a consolidated region of the city.

The investigation consisted of researches in literature, documents (newspapers and the movements' archives) and field investigation (visit to the occupied buildings), as well as interviews with the coordinators of the homeless movements. More than 70 squatterisms in empty buildings and lands, public and private, which happened between 1997 and 2007, were identified. It also confirms the hypothesis that the homeless movements managed to express their demands, facilitate the assistance of a portion of its members in different lines of residential care and become protagonists in unprecedented programs for the remodeling and recycling of abandoned buildings for residential use in the central area. Nevertheless, despite these conquers, the posture of governmental agencies to face up to their demands alternated between, on one side, the use of institutional violence, which silences and disqualifies the forms of dissent, and, on the other side, the development of polices that remained away from the idea of universalization of rights.

Key-words: central area (São Paulo); urban social movements; homeless movements; squatting; housing polices.

Resumen

La presente tesina analiza las experiencias de los movimientos de vivienda y de los sin techo, que reclaman por políticas de vivienda para la población de capa más baja de la ciudad de São Paulo. Se busca comprender en que medida la principal estrategia de presión, ocupación de viviendas abandonadas, insirió nuevos criterios de juzgamiento en los debates sobre la rehabilitación del centro de São Paulo, lo que incluye el derecho de las poblaciones con bajos ingresos a habitar una región urbanizada de la ciudad.

La tesina utilizó investigación bibliográfica, documental (en periódicos y archivos de lo movimientos) y de campo (visita a los edificios ocupados), además de encuestas con los coordinadores de los movimientos de vivienda y sin techo. Se identificó más de setenta ocupaciones de edificios y terrenos vacíos, públicos y privados, ocurridos entre 1997 y 2007. Se confirmó la hipótesis de que los movimientos de vivienda y sin techo lograron exponer sus solicitudes, viabilizar la ayuda a una parcela de los miembros en distintas líneas de asistencia habitacional, estos se volvieron protagonistas en proyectos inéditos de rehabilitación de inmuebles abandonados en el centro de São Paulo para uso residencial. Sin embargo, a pesar de estas conquistas, la postura del poder público frente a esas demandas se alterna entre el uso de la violencia institucional, que silencia y descalifica las formas de disenso; y el desarrollo de políticas que mantengan aisladas de la perspectiva de universalización de los derechos.

Palabras clave: área central (São Paulo); movimientos sociales urbanos; movimientos de vivienda y sin techo; ocupaciones de inmuebles vacíos; políticas de viviendas.

Lista de figuras

FIGURA 1. Distritos da área central da cidade de São Paulo

FIGURA 2. Divisão administrativa da cidade de São Paulo em subprefeituras

FIGURA 3. Formação e divisões dos movimentos de moradia e sem-teto da área central da cidade de São Paulo (1991-2007)

FIGURA 4. Imóveis na área central ocupados pelos movimento de moradia e sem-teto (1997-2007)

FIGURA 5. Acampamento dos integrantes do MMRC na rua Plínio Ramos, depois da reintegração de posse do prédio ocupado entre 2003 e 2005 (2005).

FIGURA 6. Edifício da rua Aurora, 579, República, ocupado em 2003 pelo MSTC, foi reformado pela iniciativa privada para o uso residencial.

FIGURA 7. Edifício da rua Duque de Caxias, 401, Santa Cecília, ocupado em 2000 pelo MSTC, fi reformado pela iniciativa privada para o uso residencial.

FIGURA 8. O Casarão Santos Dumont, ocupado entre 1997 e 2001 pelo Fórum de Cortiços, foi restaurado e transformado no Museu da Energia de São Paulo (set. 2009).

FIGURA 9. Folder anunciando a recuperação do Colégio Campos Salles, ocupado entre 2004 e 2005 pelo MTSTRC, para abrigar o Museu de Arte Moderna Nipo-Brasileira Manabu Mabe.

FIGURA 10. O Casarão do Carmo, ocupado em 1997 e em 1999 pela ULC e pelo Movimento Novo Centro, abriga hoje a Escola Fazendária do Estado de São Paulo.

FIGURA 11. Projeto habitacional na avenida Celso Garcia, 849, Brás, realizado por meio do FUNAPS Comunitário (1990-1992), uma das primeiras experiências de produção pública de unidades habitacionais na área central (set. 2009).

FIGURA 12. Casarão que abrigava um cortiço antes do projeto habitacional da avenida Celso Garcia, 849, Brás, realizado por meio do FUNAPS Comunitário (1990-1992), (set. 2009).

FIGURA 13. Prédio da rua Riachuelo, 275, Sé, ocupado pelo MTSTRC, foi reformado pela COHAB (locação social) e transformado em habitação de interesse social (set. 2009).

FIGURA 14. Edifício da rua Pirineus, 1177, Santa Cecília, construído pelo PAC / CDHU, localiza-se em terreno ocupado pelo Fórum de Cortiços em 1997 (set. 2009).

FIGURA 15. O Pari A, obra da CDHU, foi ocupado pelo MSTC, MMC e ULC em 2001 (set. 2009).

FIGURA 16. Edifício reformado pela CDHU na rua Ana Cintra, 123, ocupado pelo Fórum de Cortiços e pelo MSTC durante quase 5 anos (set. 2009) .

FIGURA 17. Agência do antigo Banespa, ocupada pela ULC em 1999, foi transformada em habitação popular por meio de empreendimento do PAR.

FIGURA 18. Prédio da rua Brigadeiro Tobias, 300, República, ocupado pelo Fórum de Cortiços em 1999, foi reformado por meio do PAR e transformado em habitação popular (set. 2009).

FIGURA 19. Hotel São Paulo, Sé, ocupado pelo Fórum de Cortiços em 1999, foi reformado por meio do PAR e transformado em habitação popular (set. 2009).

FIGURA 20. Material publicado na página eletrônica do MSTC divulgando a repercussão das ocupações simultâneas de julho de 2003 na primeira página dos principais jornais paulistas (2003).

FIGURA 21. Casarão Santos Dumont ocupado pelos integrantes do Fórum de Cortiços (1997).

FIGURA 22. Integrantes do Fórum de Cortiços no Casarão Santos Dumont, ocupado entre 1997 e 2001 (1997).

FIGURA 23. Casarão Santos Dumont durante obras de restauro para abrigar o Museu da Energia de São Paulo (jul. 2004).

FIGURA 24. Casarão Santos Dumont restaurado e reciclado, abriga hoje o Museu da Energia de São Paulo (set. 2009).

FIGURA 25. Edifício na rua Pirineus construído em terreno ocupado, em 1997, por integrantes do Fórum de Cortiços (set. 2009).

FIGURA 26. Casarão na rua do Carmo, 88, Sé, ocupado em 1997 e em 1999 por movimentos de sem-teto, foi restaurado e hoje abriga a Escola Fazendária (set. 2009).

FIGURA 27. Prédio do INSS, na avenida Nove de Julho, 570, República, ocupado entre 1997 e 2003 pelo Fórum de Cortiços e em 2005 pelo MSTC, possui projeto de reforma pelo PAR, mas permanece vazio.

FIGURA 28. Pavimento térreo do prédio do INSS, na avenida Nove de Julho, vedado com alvenaria para evitar ocupações (set. 2009).

FIGURA 29. Prédio da rua do Ouvidor, 63, Sé, ocupado entre 1997 e 2005 pelo Movimento de Moradia do Centro, permanece vazio depois da reintegração de posse (set. 2009).

FIGURA 30. Pavimento térreo do prédio da rua do Ouvidor, 63, Sé, vedado com alvenaria para evitar ocupações (set. 2009).

FIGURA 31. Complexo do antigo Hospital Matarazzo (Umberto Primo), na Bela Vista, ocupado entre 1998 e 1999 pelo Fórum de Cortiços, permanece vazio depois da reintegração de posse (set. 2009).

FIGURA 32. Prédio da rua Riachuelo, 275, Sé, ocupado durante quatro meses (1998-1999) pelo MTSTRC, foi reformado pela COHAB (locação social) e transformado em habitação de interesse social (set. 2009).

FIGURA 33. Prédio na rua Conselheiro Carrão, 202, Bela Vista, ocupado em 2004 e em 2006, por algumas horas, pelo MSTC. No detalhe, porta vedada com alvenaria para evitar novas ocupações (ago. 2009).

FIGURA 34. Porta vedada com alvenaria para evitar novas ocupações do prédio na rua Conselheiro Carrão, 202, Bela Vista, ocupado em 2004 e em 2006, por algumas horas, pelo MSTC (ago. 2009).

FIGURA 35. Hotel Santos Dumont ocupado pelo MMRC, MTSTRC e MSTC em 2003 e em 2006 (out. 2009).

FIGURA 36. No alto do Hotel Santos Dumont, ocupado pelo MMRC, MTSTRC e MSTC em 2003 e em 2006, lê-se: “A propriedade é um roubo” (out. 2009).

Lista de tabelas

TABELA 1. Dinâmica populacional nos distritos da área central em comparação com distritos da periferia (1980-2000).

TABELA 2. Ocupações de imóveis ociosos na área central da cidade de São Paulo organizadas por movimentos de moradia e sem-teto, de acordo com o ano de realização e o proprietário (1997-2007).

TABELA 3. Imóveis públicos ocupados por movimentos de moradia e sem-teto na área central da cidade de São Paulo, de acordo com a esfera à qual se vinculam (1997-2007)

TABELA 4. Ocupações de imóveis ociosos na área central de São Paulo, de acordo com o ano de realização e o movimento de sem-teto que organizou a ação (1997-2007).

TABELA 5. Unidades de habitação de interesse social concluídas e em andamento produzidas por agentes públicos na área central da cidade de São Paulo (1990-2006).

TABELA 6. Quantidade de textos publicados nos jornais **Folha de São Paulo** e **Folha Online** sobre os movimentos de moradia e sem-teto e suas ações na área central da cidade de São Paulo (1997-2007).

Lista de quadros

QUADRO 1. Imóveis na área central ocupados pelos movimento de moradia e sem-teto (1997-2007).

QUADRO 2. Empreendimentos da Prefeitura Municipal de São Paulo na área central da cidade que atenderam demandas apresentadas pelos movimentos de moradia e sem-teto (1988-2006).

QUADRO 3. Empreendimentos (concluídos ou em andamento) da CDHU na área central da cidade de São Paulo que atenderam demandas apresentadas pelos movimentos de moradia e sem-teto (2003-2009).

QUADRO 4. Empreendimentos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) que reformaram edifícios vazios na área central da cidade de São Paulo e atenderam demandas apresentadas pelos movimentos de sem-teto (1999-2007).

Lista de abreviaturas e siglas

ATRM: Associação dos Trabalhadores da Região Mooca.

AVC: Associação Viva o Centro.

BANESPA: Banco do Estado de São Paulo.

BM&F: Bolsa de Mercadorias e Futuros.

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo.

CDHU: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento.

CEF: Caixa Econômica Federal.

CEM: Centro de Estudos da Metrópole.

CET: Companhia de Engenharia de Tráfego.

CMP: Central dos Movimentos Populares.

Cohab: Companhia Metropolitana de Habitação.

Condephaat: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.

CPTM: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos.

DEM: Democratas.

EMURB: Empresa Municipal de Habitação de São Paulo.

FABES: Secretaria do Bem Estar Social da Prefeitura de São Paulo.

FAU USP: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

FPHESP: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo.

FFLCH USP: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FIPE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

FLM: Frente de Luta por Moradia.

FMH: Fundo Municipal de Habitação.

FSP: Folha de São Paulo.

FUNAPS: Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Sub-normais.

IFCH UNICAMP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

INAMPS: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social.

INSS: Instituto Nacional de Seguro Social.

IPESP: Instituto de Previdência do Estado de São Paulo.

IPTU: Imposto Predial Territorial Urbano.

MMC: Movimento de Moradia do Centro.

MMRC: Movimento de Moradia Região Centro.

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

MSTC: Movimento Sem-Teto do Centro.

MTSTRC: Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central.

PAC: Programa de Atuação em Cortiços.

PAR: Programa de Arrendamento Residencial.

PC do B: Partido Comunista do Brasil.

PEHP: Programa Especial de Habitação Popular.

PM: Polícia Militar.

PMDB: Partido Movimento Democrático Brasileiro.

PP: Partido Progressista.

PPB: Partido Progressista Brasileiro.

PROCON: Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor.

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira.

PT: Partido dos Trabalhadores.

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro.

REFER: Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

RFFSA:

SEHAB: Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de São Paulo.

SEHAB: Secretaria Municipal da Habitação.

TRT: Tribunal Regional do Trabalho.

ULC: Unificação das Lutas de Cortiços.

UMM: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

UMMSP: União dos Movimentos de Moradia de São Paulo.

UNMP: União Nacional dos Movimentos Populares.

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas.

USP: Universidade de São Paulo.

Sumário

Introdução 17
1. Apresentação 18
2. Metodologia 22
3. Estrutura da dissertação 24

CAPÍTULO I
Considerações iniciais sobre a área central da cidade de São Paulo **26**
1. A área central da cidade de São Paulo: vacância imobiliária, dinamismo populacional e econômico 27
2. A habitação popular na área central: os cortiços no desenvolvimento da cidade de São Paulo 31
3. O poder público e a questão dos cortiços: primeiras notas sobre os programas habitacionais para a área central 35
4. Múltiplos discursos sobre a área central: qual o lugar da habitação popular? 36

CAPÍTULO II
Os movimentos de moradia e sem-teto e a luta por moradia na área central da cidade de São Paulo **39**
1. Os movimentos de moradia e sem-teto: apresentação inicial 40
2. As primeiras mobilizações nos cortiços da área central 41
3. As primeiras conquistas na área central dos movimentos de cortiços: Madre de Deus e Celso Garcia 44
4. A fundação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) 45

CAPÍTULO III
As ocupações de imóveis ociosos na área central: o aparecimento público dos movimentos de moradia e sem-teto **50**
1. Introdução 51
2. Algumas cenas da experiência dos movimentos de sem-teto 53
2.1. As primeiras ocupações 53
2.2. A intensificação das ocupações na área central e as divisões nos movimentos de moradia e sem-teto 57
2.3. Os confrontos com a polícia 59
2.4. As primeiras “conquistas”: os prédios reciclados pelo Programa de Arrendamento Residencial 60
2.5. As divergências entre os movimentos de moradia e sem-teto: entre as ocupações e os canais institucionais de participação 63
2.6. A paralisação dos programas habitacionais e a intensificação das reintegrações de posse 65

CAPÍTULO IV
As ocupações de imóveis ociosos na área central: algumas reflexões **68**
1. Notas metodológicas 69
2. As ocupações de imóveis na área central: balanço geral 71
3. Ocupar (também) para morar 78
3.1. Das ocupações como alternativas habitacionais temporárias às reintegrações de posse 78
3.2. A organização do dia-a-dia das ocupações 82
3.3. Os problemas estruturais dos imóveis 85
3.4. Violência e criminalização dos movimentos de sem-teto 88
4. Ocupar (apenas) para protestar 90
5. A repercussão das ocupações 94
5.1. A reabilitação dos imóveis vazios 94
5.1.1. A produção pública de habitação popular na área central 95
5.1.1.1. Prefeitura Municipal de São Paulo 97
5.1.1.2. Governo do Estado: o Programa de Atuação em Cortiços (PAC) 101

5.1.1.3. Governo Federal: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) 104
5.2. Conflitos e fragmentação dos movimentos de sem-teto 109
5.3. O registro da imprensa 113
5.4. Desqualificação do dissenso 120

Considerações finais **124**

Referências **135**

ANEXO 1
Fichas das ocupações de imóveis ociosos realizadas pelos movimentos de moradia e sem-teto **170**

ANEXO 2
Informações sobre as entrevistas **255**

Introdução

1. Apresentação

Recuperado brevemente, o projeto que deu origem a esta pesquisa propunha-se a realizar um estudo sociológico de experiências contemporâneas de mobilização de movimentos populares em centros urbanos. Para tanto, partiria do registro da trajetória de organização de movimentos de moradia e sem-teto que reivindicam políticas habitacionais para a população de baixa renda na área central da cidade de São Paulo. Indagava-se em que medida a principal estratégia de pressão desses movimentos – as ocupações de imóveis ociosos – inseriu novos critérios de julgamento nos debates sobre a reabilitação da área central, o que inclui o direito das camadas pobres habitarem uma região consolidada da cidade. Houve um lugar de reconhecimento para as reivindicações e as demandas dos sem-teto? Houve possibilidades de projetá-las no cenário público? Questionava-se ainda quais impactos produziram sobre as formas de organização dos movimentos de sem-teto, as suas estratégias de luta e a formulação de suas reivindicações, bem como sobre a formulação das políticas públicas para aquela região.

Ressalte-se que a área central ou o "centro" da capital paulista é dotado de infra-estrutura, farta rede de transportes, serviços e equipamentos, oportunidades de trabalho e de geração de renda. Entretanto, nas últimas décadas, aprofundou-se o esvaziamento populacional, a vacância imobiliária e a mudança no seu dinamismo econômico. Com vistas a reverter esse processo, notadamente a partir da década de 1990, intensificou-se o debate sobre a "requalificação" da área central, conferindo grande visibilidade para as políticas, intervenções e ações ali realizadas. Foi nessa época que grupos formados predominantemente por moradores de cortiços, reunidos nos chamados "movimentos de moradia e sem-teto", passaram a ocupar prédios ociosos no centro da cidade, reivindicando a sua transformação em habitação popular, o direito à moradia digna na área central, o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana.

É conhecida a histórica concentração da produção pública de unidades habitacionais para a população de baixa renda nas periferias de São Paulo, assentada, correntemente, no discurso sobre os altos custos dos terrenos nas áreas consolidadas da cidade. Qualificado como "técnico", fruto da decisão dos especialistas e, portanto, não-passível de questionamento, esse argumento reiterou, durante décadas, a impossibilidade de produção de habitação popular ou "de interesse social"[1]

[1] Nesta dissertação, utiliza-se, em certa medida, o termo "habitação popular" como sinônimo de "habitação de interesse social" (HIS). Note-se, contudo, que a Habitação de Interesse Social destina-se a famílias de baixa renda, é produzida por agentes públicos, possui no máximo 50 m^2, um banheiro e uma

na área central, reafirmando que a moradia na periferia era, para utilizar as palavras de Rancière (2000: 379), “a única [solução] autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas”.

Note-se que recuperar Rancière contribuiu para refletir sobre as dimensões “políticas” da luta por habitação na área central na medida em que o filósofo associa os movimentos políticos aos deslocamentos das fronteiras, à contestação dos lugares estabelecidos. Ora, o que fizeram os movimentos de moradia e sem-teto senão questionar a prerrogativa de que os pobres não poderiam habitar o centro da cidade? O que fizeram senão disputar publicamente a legitimidade de morar no centro e, em um contexto mais amplo, a exigir a possibilidade de participação na discussão sobre projetos de intervenção naquela região? E logo eles: moradores dos cortiços ou das ruas da área central, trabalhadores informais ou desempregados, pessoas com baixa escolaridade e qualificação, destituídos do direito de opinar sobre a cidade. Trata-se mesmo da parte dos que não têm parte (RANCIÈRE, 2000) – nem títulos nem riqueza – tentando tornar argumentável o que não era argumentável de antemão, impondo um conjunto de questões em torno do qual se institui um conflito. Esse conflito, no limite, versa sobre quem tem o direito de habitar a área central da cidade de São Paulo; ou, para resgatar a clássica formulação de Henry Lefèbvre (1969), quem tem o direito à cidade, à vida urbana renovada e transformada, na qual o valor de uso do urbano (produzido na vivência diária a partir da complexa interação entre as diversas classes sociais) predomina sobre o valor de troca (isto é, do espaço urbano dominado pelas práticas econômicas e políticas engendradas pelos capitalistas e pelo Estado).

Há que se destacar que as inúmeras dimensões desse conflito envolvem desde as concepções sobre o que é um território da cidade “degradado”, passando pelas disputas em torno das nomeações da ação política até o litígio sobre o direito à propriedade, de um lado, e o direito à moradia, de outro.

São múltiplos os discursos sobre a área central. Eles explicitam como os conflitos sobre a apropriação da cidade produzem diferentes propostas para reabilitá-la e como se relacionam com as representações sobre as mudanças na sua dinâmica econômica e social. Há, pois, quem associe tais mudanças a uma suposta degradação e deterioração dos espaços, defendendo a atração de novos – ou dos “velhos”? – moradores, freqüentadores e atividades. Aqui se inclui o discurso hegemônico que relaciona a reabilitação do centro à revalorização imobiliária, à preservação do patrimônio histórico enquanto cenário, à atração da população de média e alta renda. Não raro, considera-se esse projeto incompatível com a permanência do comércio

---

vaga na garagem. Sendo assim, as referências à HIS remetem-se sempre à produção pública enquanto a “habitação popular” refere-se, neste trabalho, tanto aos empreendimentos públicos quanto as privados.

informal, da população encortiçada e dos sem-teto na área central, resultando em ações socialmente segregadoras. Há, contudo, quem identifique “novas vocações” para o centro, relacionando as atividades e os seus usos formais e informais a uma nova vitalidade econômica e social (MALTA; NAKANO; ROLNIK, 2004: 154). Isso quer dizer que, incorporando propostas de preservação do patrimônio e de revalorização imobiliária, formaram-se discursos que, sem se opor à “volta” das populações de média e alta renda, defendem a permanência dos moradores de baixa renda no centro e a melhoria das suas condições de vida e de habitação.

Esse discurso sobre a habitação popular na área central fortaleceu-se com a ação de inúmeros movimentos de moradia e sem-teto, reivindicando o direito à moradia na área central. Suas ações, sobretudo a ocupação de prédios abandonados no centro, a partir de meados da década de 1990, colocaram, por um lado, a questão da moradia popular na pauta as discussões sobre a reabilitação da área central, a tal ponto que se desenvolveram ali iniciativas inéditas de produção pública de unidades habitacionais. Por outro lado, porém, também explicitaram o que Rancière identifica como o avesso da política: a lógica policial que questiona a legalidade e a legitimidade das ações civis, que despolitiza os conflitos e as suas formas de expressão na cidade. Aqui é possível citar a disputa em torno da nomeação da ação dos movimentos de sem-teto: se para a maior parte dos agentes do governo e do poder judiciário bem como da “grande” imprensa os sem-teto promoviam “invasões” de propriedade, para os movimentos e seus apoiadores fazia-se cumprir a função social da cidade e da propriedade urbana por meio da “ocupação” de imóveis abandonados durante anos.

Essas reflexões iniciais contribuíram para a formulação da hipótese que tornou-se o ponto de partida desta pesquisa. Sugeria-se que os movimentos de moradia e sem-teto conseguiram expor suas reivindicações, viabilizar a inclusão de parcela dos seus integrantes em diferentes linhas de atendimento habitacional e se tornar protagonistas de projetos inéditos de reforma e reciclagem de imóveis ociosos na área central para o uso residencial. Entretanto, a despeito dessas “conquistas”, a postura do poder público frente às suas demandas alternou-se entre, de um lado, o uso da violência institucional, que silencia e desqualifica as formas de dissenso, ou, nas palavras de Francisco de Oliveira, anula a “fala reivindicante” (2000: 80), e, de outro lado, o desenvolvimento de políticas “tímidas” que permaneceram afastadas da perspectiva de direitos universalizados.

A investigação recorreu à pesquisa bibliográfica, documental (em jornais e nos arquivos dos movimentos) e de campo (visita aos prédios ocupados), bem como a entrevistas com os coordenadores dos movimentos de moradia e sem-teto. Esse estudo permitiu, em certa medida, “recuperar” alguns marcos das experiências dos

movimentos de moradia e sem-teto na área central, sem a pretensão de elaborar uma versão única sobre os fatos. Trabalha-se, sobretudo, com discursos e representações sobre os movimentos de sem-teto e as suas ações elaborados por seus coordenadores, pela imprensa e, em parte, pelo poder público. São discursos naquele sentido formulado por Sader (1988: 59) de falas dirigidas a um público que nomeiam valores, problemas, interesses, objetivos.

A pesquisa possibilitou também identificar dezenas de ocupações de prédios e terrenos vazios, públicos e privados, realizadas entre 1997 e 2007. Além das ocupações, também foram mapeados os programas habitacionais elaborados a partir das demandas apresentadas pelos movimentos de moradia e sem-teto, sendo que, entre essas experiências, há casos de reforma e reciclagem dos próprios edifícios ocupados.

É preciso esclarecer a opção por nomear as ações dos movimentos de moradia e sem-teto como “ocupações” e não como “invasões”. Se recuperada a etimologia da palavra “invasão”, ver-se-á que se remete à agressão e usurpação, abrangendo acepções como “ocupação pela força”, “desrespeito, desconsideração, especialmente em relação à vida pessoal de outrem”, “área ilegalmente ocupada por moradias populares“. Já “ocupação”, além de reportar ao “ato de apoderar-se de algo ou de invadir uma propriedade”, inclui também o “modo de aquisição da propriedade de coisa móvel sem dono ou abandonada; apropriação”. Os antônimos da palavra “ocupação” contribuíram mais do que as suas próprias acepções para julgá-la mais adequada para refletir sobre o objeto da luta dos movimentos de moradia e sem-teto: entre eles se encontra o “abandono”, a “desocupação”, a “ociosidade”, o que se aproxima dos sentidos da ação de “ocupar” propriedades ociosos (www.houaiss.uol.com.br).

2. Metodologia

Além da pesquisa bibliográfica, esta investigação recorreu à pesquisa documental, a entrevistas com coordenadores dos movimentos de moradia e sem-teto e à pesquisa de campo, visitando parte dos imóveis ocupados.

As entrevistas, realizadas entre 2005 e 2008 com coordenadores dos movimentos de moradia e sem-teto da área central[2], trouxeram subsídios para a reflexão sobre o contexto de surgimento das organizações populares em torno da questão dos cortiços no centro da cidade de São Paulo, a construção das suas demandas e as suas ações. Essas entrevistas aconteceram nas sedes dos movimentos de moradia e sem-teto, foram gravadas e transcritas. Os roteiros e as especificações sobre cada uma delas encontram-se disponiveis no Anexo II.

Realizou-se, também, levantamento, nos arquivos dos movimentos de sem-teto, dos manifestos publicados na ocasião das ocupações e das reintegrações de posse e de outros tipos de documentos (boletins, jornais, relatórios, etc.). Esta pesquisa foi realizada na sede da Associação dos Trabalhadores da Mooca e do Movimento de Moradia do Centro (MMC), na página eletrônica do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e da União dos Movimentos de Moradia.

Uma das principais atividades ficou por conta do levantamento de material jornalístico, cobrindo o período entre 1997 e 2007. A pesquisa foi realizada, na sua totalidade, nos arquivos do jornal **Folha de São Paulo** e da sua versão eletrônica, a **Folha Online**[3], e, parcialmente, nos arquivos d'**O Estado de São Paulo**[4]. Realizou-se

---

[2] Foram entrevistados coordenadores e coordenadoras da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), do Fórum de Cortiços, do Movimento de Moradia do Centro (MMC), do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e do Movimento de Moradia Região Centro (MMC), além de coordenadores da União dos Movimentos de Moradia (UMM) e da União Nacional dos Movimentos Populares (UNMP). Só não foi possível entrevistar o coordenador do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC). Ressalte-se que parte significativa destas entrevistas foram realizadas com o grupo de pesquisa coordenado pelo professor Lúcio Kowarick, no qual destaco a participação dos colegas Daniel Lage, Itaque Barbosa e Janaína Bloch.

[3] Auto-definida como "o primeiro jornal brasileiro *online*", a **Folha Online** conta com uma equipe de reportagem própria, embora divulgue também matérias produzidas pelas redações da Agência Folha, da **FolhaNews**, de agências internacionais e da reportagem dos jornais **Folha de São Paulo** e **Agora**. De existência mais recente do que a **Folha de São Paulo**, a **Folha Online** abarca o período posterior a 2001.

O levantamento nos arquivos da **Folha de São Paulo** abrangeu o período entre 1997 e 2007; de existência mais recente, a **Folha Online** compreende os anos a partir de 2000. No total, foram levantadas 228 matérias. Geralmente, a **Folha Online** publica as mesmas matérias da **Folha de São Paulo**, muitas vezes em versão resumida. Nestes casos, as matérias foram contadas uma única vez e considerou-se a versão mais completa, geralmente a da **Folha de São Paulo**. Em outros casos, contudo, a **Folha Online** traz mais detalhes, até porque divulga as notícias simultaneamente aos acontecimentos, o que se torna particularmente interessante no caso das ocupações ou das reintegrações de posse: houve ocasiões em que estes acontecimentos foram publicados passo a passo, trazendo informações detalhadas sobre o seu desenrolar e sobre os atores envolvidos. Neste último caso, as matérias da **Folha Online** foram computadas separadamente às da **Folha de São Paulo**. Por fim, tanto no caso da **Folha de São Paulo**, quanto no da **Folha Online**, contou-se uma matéria por dia de publicação, independente da sua extensão, da quantidade de tópicos, de aparecerem em diferentes suplementos e, no caso da versão eletrônica do jornal, mesmo quando foram divulgadas matérias em diferentes horários de um mesmo dia –

a pesquisa no arquivo digital da **Folha de São Paulo** e da **Folha Online**, disponíveis integralmente na Internet[5]. Para tanto, utilizou-se uma série de palavras-chave[6], previamente delimitadas.

Essa pesquisa permitiu analisar a visibilidade que os movimentos de sem-teto e as suas demandas adquiriram com o processo de ocupações de imóveis ociosos na área central. Inicialmente, uma primeira leitura do material possibilitou a determinação de alguns aspectos que contribuíram para "caracterizar" as ocupações, tais como ano de realização, duração, localização, movimento de sem-teto responsável, condições do imóvel antes e depois da ocupação, estratégias de organização da ocupação, processo de reintegração de posse, participantes, apoiadores, reivindicações e resultados. Neste último item, destaca-se o atendimento dos integrantes dos movimentos de sem-teto em programas habitacionais bem como a produção pública de habitação de interesse social na área central de São Paulo.

A partir da primeira leitura do conjunto do material, as informações foram transferidas para as "fichas", incluídas neste relatório no Anexo I[7]. Concomitantemente, elaborou-se um "diário", dividido por anos, com um relato mais amplo sobre as ações dos sem-teto, o teor das reportagens e os temas abordados, o que possibilitou a análise do contexto em que tais ações estiveram inseridas e as diferentes reações do poder público. As leituras posteriores do material possibilitaram correções nas fichas. Esta pesquisa, contudo, não bastou para mapear todas as ocupações, o que se viabilizou com as entrevistas, a pesquisa bibliográfica, nas páginas eletrônicas dos movimentos e de seus apoiadores, e na pesquisa de campo, que consistiu na visita, entre setembro e outubro de 2009, a cada um dos imóveis

---

o que foi muito comum. Entretanto, na bibliografia, as referências indicam, de forma pormenorizada, os cadernos e as seções em que foram publicadas, o horário, no caso da **Folha Online**, e outras informações relevantes.

[4] Previa-se, inicialmente, o levantamento completo de reportagens também n'**O Estado de São Paulo**. Contudo, a pesquisa só foi realizada parcialmente naquele jornal, visto que não foi possível acessar o seu conteúdo completo gratuitamente, diferentemente do que ocorrera com a **Folha de São Paulo**. Até há reportagens publicadas em **O Estado de São Paulo Digital**, as quais, contudo, apresentam conteúdo diferente e mais resumido em relação à versão impressa e abarcam o período posterior a 2001. Foi realizado orçamento nos arquivos da Agência Estado para encomenda de pesquisa, mas devido aos altos custos tornou-se inviável a contratação do serviço.

[5] Os arquivos disponibilizados pela **Folha de São Paulo** pela Internet em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ são os mesmos publicados na sua versão impressa, com a diferença de que não contêm indicação de página e apresentam diagramação distinta; daí, nas referências bibliográficas, não haver paginação.

[6] As palavras-chave utilizadas no levantamento do arquivo digital da **Folha de São Paulo** e da **Folha Online** foram: (1) sem-teto; (2) invasão + sem-teto; (3) "invasão de prédios"; (4) ocupações promovidas por grupos sem teto; (5) FLM; (6) UMM; (7) ULC; (8) Fórum de Cortiços; (9) MMC; (10) MSTC; (11) MTSTRC; (12) MMRC; além de terem sido acessadas as opções disponibilizadas pelos jornais (13) "leia o que já foi publicado sobre movimento sem-teto" e (14) "leia o que já foi publicado sobre invasão de prédios".

[7] Optou-se por denominá-las "fichas" apenas para distinguir dos outros quadros que constam nesta dissertação e para facilitar a sua identificação; cumprem, contudo, o mesmo objetivo dos quadros de reunir dados de natureza qualitativa.

ocupados pelos movimentos para levantar a sua situação atual. Apesar de todos esses esforços, não foi possível levantar todos os dados desejados sobre as ocupações.

Como apontado anteriormente, não se considerou os jornais como meras fontes de informação e sim como agentes que produzem discursos sobre a realidade. Além disso, não foram entendidos como o único meio pelo qual as representações sobre as ações dos movimentos foram veiculadas. Sabe-se da grande profusão de publicações eletrônicas, de coletivos de mídia independente e de arte, de organizações não-governamentais, assessorias e universitários que acompanham esses movimentos e produzem materiais sobre eles.

3. Estrutura da dissertação

O detalhamento dos resultados da pesquisa é apresentado no corpo do texto que se segue, composto por quatro capítulos e uma conclusão.

Inicialmente, para introduzir o contexto e o território no qual se desenvolveram as ações dos movimentos de sem-teto, recuperam-se algumas reflexões sobre a área central da cidade de São Paulo e sobre as transformações que conheceu nas últimas décadas. O lugar da habitação popular, ou melhor, dos cortiços no centro da cidade traz subsídios para a discussão sobre as condições de vida e de habitabilidade às quais estiveram submetidos seus habitantes e, sobretudo, sobre as representações em torno dessa população. Já neste capítulo há algumas notas sobre a produção pública de habitação popular na área central e sobre a ausência de um consenso em torno da legitimidade das populações de baixa renda permanecerem aquela região.

O segundo capítulo propõe-se a recuperar algumas mobilizações de moradores de cortiços que estiveram na origem dos movimentos de moradia e sem-teto da área central. Olhar para as ações do Movimento dos Quintais da Mooca e da Associação dos Trabalhadores da Mooca, bem como para as articulações que deram origem à Unificação das Lutas de Cortiços ajuda a entender a formação dos diferentes movimentos de sem-teto da área central, as divergências e as divisões presentes na sua história. Aqui cabe um destaque para o deslocamento operado pelos movimentos do centro na medida em que, na contramão das políticas habitacionais, baseadas prioritariamente na produção de unidades habitacionais novas nas periferias, passaram a reivindicar o direito à moradia em regiões consolidadas da cidade, propondo a reciclagem e a reforma de imóveis ociosos.

Os dois últimos capítulos detêm-se sobre as ocupações de prédios e terrenos vazios na área central. Em um primeiro momento, faz-se um “esboço” do histórico das ocupações, tendo como ponto de partida, sobretudo, o material jornalístico e as entrevistas com coordenadores daqueles movimentos. Apontam-se algumas cenas desses conflitos, a sua repercussão, as respostas do poder púbico e as possibilidades de se colocar em debate a questão da moradia popular no centro. Em seguida, analisam-se aspectos das experiências dos movimentos de moradia e sem-teto com as ocupações, assinalando como se transformaram em uma “alternativa” de moradia temporária e os desafios daí decorrentes. O olhar sobre os programas habitacionais e o atendimento das demandas dos movimentos de moradia, por sua vez, permitem analisar os impactos das ocupações no desenho das políticas habitacionais e, ao mesmo tempo, como se mantiveram distantes de uma proposta de universalização dos direitos de cidadania. Já o levantamento dos textos no jornal **Folha de São Paulo** apontam para algumas mudanças no debate sobre a habitação na área central, mas também explicitam movimentos de desqualificação da ação política.

Nas considerações finais, recuperam-se os debates acadêmicos sobre os movimentos sociais bem como os desdobramentos da ação dos movimentos de sem-teto para ensejar uma reflexão, ainda que provisória, sobre as possibilidades, nos termos de Paoli e Rizek (2007: 9), de “repor os horizontes públicos (institucionais e não-institucionais) e retomar o sentido e a disputa pela cidadania”.

Ao final, além das referências, são apresentadas as informações sobre as entrevistas e “banco de dados” que reuniu informações sobre cada uma das ocupações identificadas nesta pesquisa.

CAPÍTULO I

Considerações iniciais sobre a área central da cidade de São Paulo

1. A área central da cidade de São Paulo: vacância imobiliária, dinamismo populacional e econômico

Para as finalidades desta pesquisa, considerou-se como “área central” ou, simplesmente, como “centro” de São Paulo, o anel central da cidade composto pelo núcleo histórico (Sé e República) e por mais dez distritos (Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Brás, Cambuci, Consolação, Liberdade, Mooca, Pari e Santa Cecília) (Figura 1). Do ponto de vista administrativo, Belém, Brás, Mooca e Pari compõem a subprefeitura da Mooca, enquanto os outros distritos integram a subprefeitura da Sé. Trata-se de uma área com grande heterogeneidade urbanística, econômica e social, abrangendo tanto distritos predominantemente residenciais e de perfil sócio-econômico de médio e de alto padrão – caso da Santa Cecília e da Consolação –, quanto de áreas mais fortemente associadas à atividade industrial e a espaços residenciais de baixo padrão – distritos do Bom Retiro, Brás e Pari –, isso sem falar de um núcleo histórico do sistema financeiro – distritos Sé e República (COMIN, 2004: XVIII e XIX).

FIGURA 1. Distritos da área central da cidade de São Paulo

FIGURA 2. Divisão administrativa da cidade de São Paulo em subprefeituras

Subprefeituras:
01. Perus
02. Pirituba
03. Freguesia do Ó
04. Casa Verde
05. Santana/Tucuruvi
06. Jaçanã/Tremembé
07. Vila Maria/Vila Guilherme
08. Lapa
09. **Sé**
10. Butantã
11. Pinheiros
12. Vila Mariana
13. Ipiranga
14. Santo Amaro
15. Jabaquara
16. Cidade Ademar
17. Campo Limpo
18. M´Boi Mirim
19. Capela Do Socorro
20. Parelheiros
21. Penha
22. Ermelino Matarazzo
23. São Miguel
24. Itaim Paulista
25. **Mooca**
26. Aricanduva
27. Itaquera
28. Guaianazes
29. Vila Prudente
30. São Mateus
31. Cidade Tiradentes

Fonte: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/subprefeituras/subprefeituras/mapas/0001

Núcleo originário da cidade, a área central de São Paulo é dotada de infra-estrutura, acessibilidade, serviços e equipamentos públicos. Possui um pólo cultural de estimável riqueza (BOTELHO; FREIRE, 2004) e concentração importante de órgãos públicos, de serviços financeiros (CINTRA; CORRÊA, 2004), de serviços prestados às empresas (BESSA, 2004), de atividades ligadas à cadeia têxtil-vestuário (CRUZ-MOREIRA; GARCIA, 2004) e de outros setores responsáveis pela geração de renda e emprego (COMIN; SOMEKH, 2004). Neste último aspecto, não obstante tenha perdido 108.572 postos de trabalho entre 1992 e 2000, a quantidade de empregos formais na área central é bastante significativa quando comparada a outras regiões de São Paulo, correspondendo a 25% da oferta total[8] (CAMPOS; NAKANO; ROLNIK, 2004: 114).

[8] Entre 1997 e 2000, enquanto o distrito da Sé computava 718 empregos para cada cem habitantes, Cidade Tiradentes, no extremo leste, oferecia dez (BONDUKI, 2003a: 17). O setor público (administração, defesa e seguridade social) tem sido historicamente responsável por grande parte dos empregos formais na região, representando 36% em 2002 (AMITRANO, 2004: 116).

Ao lado dessas “potencialidades”, vem sendo diagnosticado um crescente processo de esvaziamento populacional e de mudança no dinamismo econômico da área central, desde quando, em meados da década de 1970, o centro econômico e financeiro da capital e as camadas de média e alta renda deslocaram-se para a região da avenida Paulista e, nos dois decênios seguintes, para o quadrante sudoeste da cidade, formando as chamadas “novas centralidades”[9] (FRÚGOLI JR., 2006. ROLNIK, 1997). Ao mesmo tempo, concentram-se na área central populações em situação de rua, catadores de papel, trabalhadores informais, desempregados que encontram ali maior proximidade dos meios de sobrevivência do que em outras regiões da cidade.

A vacância imobiliária despontou como um dos desdobramentos das mudanças no dinamismo da área central e, apesar de não representar uma exceção na dinâmica urbana paulistana, tem sido bastante significativa naquela região: segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2000, 12% ou 420.327 dos 3.554.820 domicílios da cidade encontravam-se vagos; nesse mesmo período, o IBGE contabilizou 45 mil unidades vazias no centro, ou seja, 10% dos domicílios vagos da cidade, isso sem contabilizar os inúmeros terrenos e galpões abandonados (BONDUKI, 2003a: 15. BONFIM, 2004: 5). Essas unidades abrangem casas, apartamentos e até edifícios completamente vazios. É possível ainda destacar o percentual de imóveis alugados no centro, duas vezes superior à média do município, e daqueles parcialmente ocupados (SÍGOLO; SILVA, 2004a: 8).

Quanto à dinâmica populacional, os distritos da área central também apresentaram forte queda, especialmente se comparados com determinados bairros periféricos que chegaram a registrar crescimento superior a 1.000% ao longo de dez anos (Tabela 1). Veja-se a diferença na utilização da infra-estrutura do centro que chega a 400% entre o dia e a noite (SILVA, 2001: 1), ou seja, se no horário comercial é intensa a circulação de pessoas, à noite aquela localidade é subutilizada.

Cabe enfatizar que, nesse estoque imobiliário vago ou semi-ocupado, há edificações que podem ser reformadas (conservando o uso original) ou recicladas (modificando o uso original), e até mesmo demolidas para a produção de unidades habitacionais. Talvez seja possível sugerir que a há de um consenso entre aqueles que propõem iniciativas de reabilitação da área central: faz-se necessário fortalecer a

---

[9] Compõem essa nova centralidade distritos que se estabeleceram como áreas de maior peso econômico, de serviços e de comércio voltados para camadas de mais alta renda e ao terciário avançado, concentrando, ainda, as inversões imobiliárias de maior vulto da cidade (CAMPOS; NAKANO; ROLNIK, 2004: 125). Geograficamente, as novas centralidades abrangem “o quadrante sudoeste do centro expandido, e na região da avenida Paulista / Jardins à calha do rio Pinheiros, compreendendo desde o parque Villa-Lobos até a ponte João Dias, passando pela antiga e pela nova avenida Faria Lima, os bairros de Pinheiros, Itaim, Vila Olímpia, Morumbi e região da avenida Luís Carlos Berrini” (CAMPOS; NAKANO; ROLNIK, 2004: 125). Sobre o desenvolvimento dessas centralidades ver, especialmente, Frúgoli Jr. (2006), Rolnik (1997) e Sandroni (2004).

função residencial da área central para otimizar a utilização da infra-estrutura, dos serviços e equipamentos existentes, bem como para reduzir a pressão sobre o sistema de transportes (SILVA, 2001: 1). Não há consenso, porém, sobre quem deve habitar o centro.

TABELA 1. Dinâmica populacional nos distritos da área central em comparação com distritos da periferia (1980-2000)

DISTRITOS	POPULAÇÃO EM NÚMEROS ABSOLUTOS			CRESCIMENTO EM PORCENTAGEM (%)		
	1980	1991	2000	1980/1990	1991/2000	1980/2000
Sé	32.965	27.186	20.106	-17,53	-26,04	-39,01
Bom Retiro	47.588	36.136	26.569	-24,06	-26,47	-44,17
Brás	47.588	33.536	24.505	-13,19	-26,93	-36,56
Cambuci	38.630	37.069	28.620	-17,35	-22,79	-36,19
Pari	44.851	21.299	14.521	-21,02	-31,82	-46,15
Bela Vista	26.968	71.825	63.143	-15,91	-12,09	-26,08
Consolação	77.338	66.590	54.301	-13,90	-18,45	-29,79
Liberdade	82.472	76.245	61.850	-07,55	-18,88	-25
República	60.999	57.797	47.459	-05,25	-17,89	-22,20
Santa Cecília	94.542	85.829	71.111	-09,22	-17,15	-24,78
Área central	**591.769**	**513.512**	**412.185**	**-13,22**	**-19,73**	**-30,35**
Cidade Tiradentes	8.603	96.281	190.555	1.019,16	97,92	2.114,98
Parelheiros	31.711	55.594	102.493	75,31	84,36	223,21
Anhanguera	5.350	12.408	38.502	131,93	210,30	619,66
Áreas periféricas	**45.664**	**164.355**	**331.557**	**408,03**	**130,85**	**985,95**
Município	**8.493.226**	**9.646.185**	**10.405.867**	**13,58 %**	**7,88 %**	**22,52 %**

Fonte (tabela): São Paulo (2004: 7).
Dados: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

Para regulamentar os instrumentos que viabilizem o uso de imóveis vazios ou subutilizados que não estejam cumprindo sua função social[10], há instrumentos jurídicos previstos na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade[11] e no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2002)[12]. Na prática, contudo, esses instrumentos não reverteram o processo de vacância imobiliária.

[10] Segundo o artigo 12 do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, de 2002, não cumprem sua função social terrenos ou glebas totalmente desocupados, terrenos subutilizados, nos quais não tivesse sido atingido o coeficiente de aproveitamento mínimo, e prédios com 80% ou mais de sua área não utilizada (BONDUKI, 2003a: 23).

[11] O Estatuto da Cidade, lei federal 10.257 de 10 de julho de 2001, regulamentou o capítulo "Política Urbana" da Constituição Federal de 1988, criando regras que facilitam o acesso aos bens, equipamentos e serviços urbanos (moradia digna, rede de esgoto, água encanada, energia elétrica, equipamentos de educação e de saúde, transportes, áreas de lazer, dentre outros) e estabeleceu "que a propriedade deve ter um uso bom para toda a cidade, ou seja, uma função social" (BONDUKI, 2003a: 12). Ver: Brasil (2005).

[12] No tocante especificamente à área central, para estimular o seu uso habitacional e reverter o processo de abandono, o Plano Diretor Estratégico de 2002 previu alguns instrumentos: as Zonas Especiais de Interesse Social 3 (ZEIS 3) reservaram determinadas áreas "bem localizadas e com infra-estrutura completa para a utilização prioritária da população de baixa renda"; o estabelecimento de dois tipos de habitação popular – a Habitação de Interesse Social (HIS) e a Habitação de Mercado Popular (HMP) – estimularia construções dessas categorias; a edificação e a utilização compulsórias garantiriam a função social da propriedade e combateriam a manutenção de edifícios e terrenos vazios ou subutilizados; e a

2. A habitação popular na área central: os cortiços no desenvolvimento da cidade de São Paulo

A área central abrigou não apenas as elites de São Paulo como também foi o berço da "mais antiga modalidade de habitação proletária da cidade", a saber, dos cortiços ou das habitações coletivas de aluguel (ANT; KOWARICK, 1988: 49). Isso porque, nos primórdios da industrialização, os cortiços se transformaram no modo mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a baixos custos a classe trabalhadora, e, no início do século XX, correspondiam a um terço das moradias da cidade (ANT; KOWARICK, 1988: 50). Localizados nas proximidades das fábricas, tornaram-se a única modalidade de habitação que poderia ser financiada pelos baixíssimos salários dos trabalhadores e permitir suas longas jornadas de trabalho.

Esses cômodos de aluguel, caracterizados por péssimas condições de habitabilidade, eram (e ainda são) habitados por um contingente elevado de pessoas que compartilhavam áreas como banheiros, torneiras e tanques e exerciam diferentes funções em um mesmo ambiente[13]. Ainda no século XIX, tornaram-se um negócio bastante lucrativo para os empreendedores da época: segundo Ant e Kowarick (1988: 53), um relatório oficial do final do século XIX já identificava seis tipos de cortiços, os quais não se resumiam apenas aos casarões e a outros tipos de edificações adaptadas para funcionarem como habitações coletivas de aluguel, mas abrangiam também casas construídas exclusivamente para servirem àquele "fabuloso negócio".

Não demorou muito para que as moradias multifamiliares fossem concebidas como fontes de pestes e de desordem, entraves para o desenvolvimento de famílias saudáveis e equilibradas (ROLNIK, 1997: 59), especialmente após episódios como a epidemia de febre amarela de 1893 e as greves gerais de 1917. E, se os cortiços eram um problema urbano, a gênese do delito e da perversão, logo, seus moradores converteram-se em um perigo social, sempre suspeitos e, conseqüentemente, considerados inúteis para opinar sobre a cidade (DUARTE; PAOLI, 2004: 55 e 70).

---

transferência, em alguns casos, do direito de construir, permitiria a doação de imóveis nos quais houvesse interesse público para uso como Habitação de Interesse Social (BONDUKI, 2003a: 30).

[13] A Lei Moura (lei municipal 10.928/1991) definiu os cortiços da seguinte forma:

> [...] unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características:
> a) constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano;
> b) subdividida em vários cômodos alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título;
> c) várias funções exercidas no mesmo cômodo;
> d) acesso e uso comum dos espaços não edificados e instalações sanitárias;
> e) circulação e infra-estrutura, no geral precárias;
> f) superlotação de pessoas (PICCINI, 2004: 24).

> [...] Ali se disseminavam pestes e febres terríveis que invadiam São Paulo de tempos em tempos. Sua sujeira e promiscuidade é, desde o século passado, apontada como responsável pelas epidemias. Sujeira, pela falta de água ou esgoto, promiscuidade pelos hábitos "bárbaros", "não civilizados" de seus moradores. Assim cortiços e cortiçados são imediatamente identificados com sujeira, peste, imoralidade e barbárie. A operação estigmatizante se completará então com a indicação destes territórios e suas populações como sujeitas a controles e leis especiais. Uma das formas de ação sobre o cortiço é a instituição da Polícia Sanitária, órgão criado na última década do século XIX e ligado à Secretaria do Interior, órgão cuja função é penetrar neste local sempre que necessário. Em nome da saúde dos cidadãos, os moradores dos cortiços passam a ser pesquisados, suas casas invadidas e remexidas, seus doentes de toda espécie removidos. Esta ação, capaz de produzir um conhecimento acerca do cortiço (decifrá-lo, enfim!), era utilizada também para operar uma espécie de triagem de sua população. A cada "anormalidade" correspondia um tratamento: estados febris encaminhados para o Hospital de Isolamento, loucuras para o Hospital dos Alienados, criminosos para o Presídio, criminosos-mirins para o Instituto Disciplinar (ROLNIK, 1988: 81).

Por isso, naquele início de século XX, um dos grandes pontos de discussão era justamente o destino das habitações coletivas de aluguel e das suas populações: o que fazer com esses focos de pestes, de doenças, de desordem e de muitos outros perigos à vida citadina? Daí as inúmeras intervenções no centro de São Paulo, deslocando atividades e populações para outras regiões da cidade.

Iniciadas com maior intensidade durante a gestão de Antonio Prado à frente da Prefeitura (1899-1911), passando pelos governos de Raymundo Duprat (1911-1914), as intervenções urbanas conheceram o seu ápice com o Plano de Avenidas de Prestes Maia (ROLNIK, 1988: 84 e 85). Muitas vezes, o alargamento de ruas e a remodelação de praças implicaram em demolições de cortiços ou mesmo de quarteirões inteiros encortiçados e de áreas de prostituição, bem como em transferências de mercados para os subúrbios.

> Por todas estas razões, a ação governamental sobre o centro da Cidade de São Paulo foi insistente: removendo prostitutas, mendigos, biscateiros, quituteiras, cortiçados, formulando leis e empreendendo reformas. Estes projetos de reurbanização originaram inúmeras lutas pela apropriação do espaço recriado. Ao mesmo tempo o centro sempre foi a arena principal de lutas, quando da ocorrência de revoltas de rua. Estes eram os momentos de "explosão" dos movimentos urbanos, quando se articulavam formas variadas de oposição à ordem constituída (ROLNIK, 1988: 86 e 87).

Também a legislação urbana tinha o cortiço como alvo de atenção especial, o que se concretizou em restrições, ainda que tímidas, à superlotação de cômodos e na tentativa de oferecer vantagens para a construção de "vilas higiênicas" com casas unifamiliares. Essas últimas restringiram-se, praticamente, à mão-de-obra especializada (ANT; KOWARICK, 1988: 52), preservando o caráter popular da

habitação dos “pobres”, mas de forma mais “organizada, decente e ordeira e portanto menos perigosa do que o cortiço”[14] (ROLNIK, 1988: 82).

É necessário, pois, ressaltar o papel desempenhado pelo poder público na determinação dos padrões de ocupação (e de desocupação) da área central de São Paulo, visto que as políticas ali implementadas favoreceram historicamente a concentração de determinadas atividades e habitantes, quer por meio de regulações edilícias, da reconfiguração viária e da rede de transportes, quer por meio de ações socialmente segregadoras, impondo à região um “perfil elitista e terciário” (CAMPOS; NAKANO; ROLNIK, 2004: 129 e 139). Da mesma forma, foram cruciais as tentativas, quando não de proibir, de disciplinar aspectos higiênicos relacionados ao arranjo físico e à localização espacial dos cortiços na cidade, por meio da subdivisão territorial do município (zona central, urbana, suburbana e rural), proibindo a instalação de cortiços no centro, e, dentre tantas outras medidas, das propostas de “modernização” da região, principalmente com as reformas urbanas.

A partir, sobretudo, da década de 1930, o Plano de Avenidas de Prestes Maia, a expansão e a versatilidade do transporte público para outros pontos da cidade e a dispersão da atividade industrial, somados à Lei do Inquilinato e à difusão do processo de autoconstrução da casa própria permitiram que os trabalhadores pobres fossem empurrados para as longínquas e carentes de infra-estrutura periferias da cidade, nas quais passaram, eles próprios, a construírem suas casas unifamiliares. O centro foi circundado por uma classe média de pequenos proprietários e “imigrantes ligeiramente enriquecidos” (ROLNIK, 1988: 91).

Não obstante as intervenções do poder público, o processo de periferização e o fato de não se constituir mais como modalidade predominante de habitação popular, os cortiços nunca deixaram de existir e de abrigar parcela considerável das camadas pobres da cidade.

Não há censos precisos sobre essa população, mas a Secretaria Municipal do Planejamento (SEMPLA) estimava em três milhões em 1990, o que corresponderia a quase 30% dos residentes no município (PICCINI, 2004: 57-58). Já a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) calculou, em 1994, em 595.110 os habitantes de 23.688 imóveis encortiçados, contra 88 mil identificados pela SEMPLA. Há também estudos que apontam o aumento da população dos cortiços durante a década de 1980 e, no decênio seguinte, um novo fenômeno: se até então os cortiços

[14] Segundo Rolnik (1988: 82 e 83), os moradores das vilas e cortiços não estavam separados, já que circulavam por ruas comuns, utilizavam os mesmos meios de transporte, trabalhavam nas mesmas fábricas, freqüentavam os mesmos botequins. Entretanto, “do ponto de vista ideológico, ela [a vila operária] é fundamental, opondo de um lado “perigosos marginais” e do outro “pobres trabalhadores”. A fronteira é o limiar de clandestinidade: um lado é a miséria permitida, útil, explorada, o outro, a miséria ilegal, perigosa” (ROLNIK, 1988: 83).

se concentravam nos distritos da área central de São Paulo, a partir de 1990 conheceu-se a “periferização” dessa modalidade de moradia, em edificações nos fundos de loteamentos das periferias construídas especificamente para esse fim, abrigando uma população ainda mais empobrecida, sem recursos para produzir a própria moradia (PICCINI, 2004: 59-60).

Em São Paulo, os cortiços continuam sendo uma atividade imobiliária vantajosa. Sabe-se que o aluguel do metro quadrado desse tipo de moradia é o mais alto da cidade (MANSO, 12 abr. 2009). Os seus moradores pagam, em média, entre R$ 21 e R$ 28 por metro quadrado, nos distritos da subprefeitura da Mooca e da Sé, respectivamente; enquanto isso, em bairros como Jardim Paulista, Moema e Morumbi, considerados os mais caros da cidade, o metro quadrado de um apartamento com quatro dormitórios custa em média R$ 23 (MANSO, 12 abr. 2009). A diferença é que os cômodos dos cortiços possuem cerca de 11,9 m^2 (KOHARA, 1999: 6), atendem um público sem acesso ao mercado formal e a possibilidades de comprovação de renda, sem carteira de trabalho assinada nem fiador.

Em pesquisa sobre os rendimentos obtidos pelos proprietários e intermediários nas locações e sublocações de cortiços, Kohara (1999) constatou que as famílias comprometem em média 50% da renda com o pagamento de aluguel. Quanto às condições de habitabilidade, nos 92 cortiços pesquisados nos distritos do Bom Retiro e da Luz, Kohara (1999), 33,9% dos domicílios apresentavam problemas de iluminação e ventilação naturais por ausência ou obstrução de janelas e 50% pelo menos uma parede com umidade.

3. O poder público e a questão dos cortiços: primeiras notas sobre os programas habitacionais para a área central

Atualmente, ainda são difundidos, por diferentes administradores públicos, instrumentos urbanísticos e medidas que “enfrentam” o problema dos cortiços e dos seus habitantes removendo-os para os bairros periféricos, a despeito da importância de manter essa população próxima das oportunidades de geração de renda e trabalho, bem como da infra-estrutura e dos equipamentos existentes na área central (PICCINI, 2004: 49).

Cumpre lembrar que a intervenção do poder público na produção habitacional popular por meio de estruturas administrativas como a Fundação da Casa Popular (1946), o Banco Nacional de Habitação (1964) e as Companhias Metropolitanas de Habitação (Cohabs) não abarcou a questão dos cortiços nas áreas centrais, até porque manteve-se, com algumas exceções, associada à idéia de construção de novas unidades em áreas distantes do centro.

Foi na gestão de Luíza Erundina (1989-1992), do Partido dos Trabalhadores (PT), na Prefeitura Municipal de São Paulo, que ocorreu a produção de unidades habitacionais para moradores de cortiços, por meio do Programa Habitacional para População de Baixa Renda na Região Central de São Paulo. Essa produção não teve continuidade nas gestões de Paulo Maluf (1993-1996) e de seu sucessor Celso Pitta (1997-2000), ambos, na época, do Partido Progressista Brasileiro (PPB).

No âmbito estadual, em 1995, a Secretaria de Justiça articulou movimentos sociais, pastorais, assessorias técnicas, universidades e órgãos públicos e criou o Fórum da Cidadania (SÃO PAULO, 2001: 52). Ali foram elaboradas as propostas que deram origem, posteriormente, ao Programa de Atuação em Cortiços (PAC), o qual, embora regulamentado em 1998, adentrou o ano 2000 sem produzir uma única unidade habitacional.

Nessa época, dois movimentos de moradia e sem-teto – a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) e o Fórum de Cortiços – já reivindicavam habitação digna na área central. A coordenadora do Fórum de Cortiços participou das mesas de negociação do Fórum da Cidadania, mas até o final de 1996 não conseguiu avançar nos acordos com o governo estadual (SÃO PAULO, 2001: 52). Mário Covas (PSDB), eleito governador de São Paulo em 1994, vinha frustrando as expectativas dos movimentos de construir unidades habitacionais no centro. E, apesar dos movimentos apresentarem constantemente a relação de edifícios vazios que poderiam ser objeto de intervenção pública e de construção de habitação popular, não havia ações concretas do governo.

Diante dessa conjuntura em que não avançavam as negociações com o poder público, fosse no âmbito municipal, estadual ou mesmo federal, em 1996, o Fórum de Cortiços anunciou que iniciaria a ocupação de imóveis vazios no centro. Alguns meses depois, o Fórum e outros grupos formados predominantemente por moradores de cortiços e reunidos nos chamados “movimentos de sem-teto” ou “movimentos de moradia” passaram a “ocupar” ou “invadir” imóveis abandonados na área central, reivindicando sua reforma ou reciclagem para que servissem como moradia popular.

4. Múltiplos discursos sobre a área central: qual o lugar da habitação popular?

A iniciativa dos movimentos de sem-teto de ocupar prédios vazios não passou incólume. Isso porque se o centro de São Paulo, por um lado, perdeu para outras regiões o posto de eixo mais dinâmico da cidade, por outro, continua intensamente ocupado, além de ser importante ponto de compras, de lazer e de passagem de milhões de pessoas diariamente. Mais do que isso, se a elite deixou de habitar aquela região e se os bancos e grandes empresas evadiram-se para outros subcentros, concomitantemente ao processo de desvalorização imobiliária e de deterioração de parte dos seus equipamentos (FRÚGOLI JR., 2006: 61), convém lembrar que o “abandono” nunca foi total, especialmente pelo valor simbólico e histórico que o centro de São Paulo possui, impossível de se forjar em outras localidades da cidade.

Exemplo disso pode ser visto na fundação, em 1991, da Associação Viva o Centro, reunindo o capital financeiro, grandes empresas e escritórios de advocacia, comerciários, proprietários de imóveis, além de uma série de técnicos que formalizam em pesquisas, documentos e projetos de intervenção na área central as ideologias das entidades reunidas naquela associação. A Viva o Centro passou a ocupar um papel de destaque como interlocutora entre as entidades privadas e o poder público no debate sobre as intervenções na área central, com o forte discurso de disciplinar os seus usos, assegurar sua limpeza, segurança, iluminação e acessibilidade, combater o comércio informal, assim como de trabalhar pela requalificação e zeladoria dos espaços públicos. Nesse sentido, os objetivos da Associação incluíam a sua

consolidação como interlocutora entre a iniciativa privada e o poder público para articular ações conjuntas visando à requalificação do centro[15] (BARRETO, out. 1997).

De fato, a Viva o Centro tornou-se uma das referências nas discussões sobre as intervenções na área central. Em julho de 1993, foi criado, pela gestão de Paulo Maluf, o Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo, o Pró-Centro, estreitamente baseado nos estudos e propostas elaborados pela Associação Viva o Centro e elegendo como objetivo a contenção do processo de deterioração da região central (SIMÕES JR., 1994: 59). Entre os vinte e dois membros do Pró-Centro não se encontravam representantes de setores populares nem de sindicatos (FRÚGOLI JR., 2006: 79 a 84).

Quanto à função residencial, a Viva o Centro defendia um centro habitado pelos "setores populares", entendidos como os trabalhadores formais da região: funcionários públicos, bancários e comerciantes. A área central não seria, pois, para os pobres: esses só se concentrariam ali, exercendo atividades informais e ilegais, por causa da imensa massa de pessoas que circulam diariamente pela região em conseqüência de um sistema de transporte mal planejado que exige a conversão de todas as rotas para o centro. As palavras de Jorge Cunha Lima, consultor da Viva o Centro, resume bem essa posição:

> O centro não tem a população que se imagina. O Centro é uma servidão de passagem para sistemas de transporte idiotas, no qual virou ponto final de todos os sistemas de ônibus. Então, aquela gente que passa no Centro, para ir de um lado para o outro pegar condução, aquela massa popular que até é geradora de camelôs e de interesses, não tem nada a ver com o Centro. O popular do Centro é o que está prejudicado por isso aí, que é o bancário, o comerciário, que é o funcionário público. Esses sim, nós temos que respeitar (FRÚGOLI JR., 2006: 86).

Já no âmbito do poder público, as posições sobre a habitação de interesse social no centro, em um plano mais específico, e, de forma geral, sobre a própria reabilitação daquela região variaram muito de acordo com as propostas do poder executivo. Durante a gestão de Marta Suplicy (PT, 2001-2004), na Prefeitura Municipal de São Paulo, por exemplo, havia uma proposta diretamente voltada para a produção de unidades habitacionais de interesse social na área central. Entretanto, no governo de José Serra (PSDB, 2005-2006) e de Gilberto Kassab (DEM, 2007-2012), a

[15] "Articular parcerias, formular estudos e diagnósticos, organizar seminários e discussões (...) sobre a área central e exercer pressão legítima sobre os poderes públicos a favor da causa do Centro" eram outros objetivos que motivavam a atuação da Associação (BARRETO, out. 1997). "Sua proposta de trabalho pode ser resumida em dois objetivos gerais: estimular a discussão sobre a função do Centro no futuro de São Paulo e criar uma atmosfera de opinião indutora de iniciativas por parte de agentes privados e governamentais" (BARRETO, out. 1997).

perspectiva era outra: o secretário de Habitação, advogado e corretor de imóveis que fez carreira no mercado imobiliário, posicionava-se abertamente contra a habitação popular na área central da cidade, embora considerasse que no centro expandido e mais deteriorado houvesse regiões mais apropriadas para imóveis voltados à população de menor poder aquisitivo. Para ele, o centro de São Paulo deveria ser ocupado pela população de classe média, composta sobretudo por funcionários públicos que trabalham na região .

> Veja bem, antes de falar do centro a gente precisa saber de qual centro estamos falando. Por exemplo: Sé e República não são locais apropriados para fazer habitação social. [...] O valor do terreno e do prédio é muito caro. Há que se ter um subsídio muito grande porque as pessoas não vão conseguir pagar a prestação desses apartamentos. Voltando à questão: o que é centro? Consideramos o centro enquanto centro expandido. Por exemplo, se você fizer uma circunferência com um raio de 2 km da praça da Sé atingiria o Pari, o Canindé, o Campos Elíseos, o Bom Retiro, o Cambuci etc. Nesses locais, os terrenos são mais baratos [...]. Você adensa mais, mas dá a oportunidade para a pessoa morar onde tem toda a infra-estrutura. E aí a pessoa não vai gastar duas horas de ônibus para vir e duas horas para ir. [...]. Ao invés de fazer edifícios na av. São João, faremos na Cruzeiro do Sul, que é no Canindé. Então não é deixar de fazer habitação no centro, é a noção de centro expandido que temos que rever (ALMEIDA FILHO apud FOLHA DE SÃO PAULO, 08 dez. 2006).

Os moradores de cortiços organizados nos movimentos de moradia e sem-teto, por sua vez, passaram a reivindicar o direito de permanecer na área central da cidade e a produção de unidades habitacionais para as famílias de baixa renda, incluindo aquelas que recebem menos de três salários mínimos. Esse discurso ganhou visibilidade com as sucessivas ocupações de prédios vazios organizadas por eles a partir da década de 1990. Foi assim que aquelas populações, geralmente vistas como vítimas passivas dos processos de “revitalização” dos centros urbanos, se organizaram para mostrar para a cidade um novo ator na disputa pela área central: mulheres e homens que viviam, no geral, nos cortiços espalhados pelo centro e que reivindicavam o direito à moradia digna. Assim, colocaram na agenda da cidade algumas ilegalidades latentes: o não-cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, bem como do direito à moradia digna. E, nessas ocupações, nesses “atos de visibilidade”, tentaram se estabelecer como sujeitos portadores do direito de opinar e de interferir nos rumos das políticas para aquela região.

CAPÍTULO II

Os movimentos de moradia e sem-teto e a luta por moradia na área central da cidade de São Paulo

1. Os movimentos de moradia e sem-teto: apresentação inicial

No Brasil, os estudos sobre os movimentos sociais no pós-1970 estiveram orientados, principalmente, para a análise das mobilizações e reivindicações populares. Naquele período, a luta por direitos e por mudanças nos padrões das relações entre sociedade civil e Estado tornou-se paradigmática, sendo marcada especialmente pela "politização das necessidades cotidianas" e pela dimensão popular e comunitária (FELTRAN, 2005: 40). Os movimentos sociais passaram a ser considerados "sujeitos por excelência do processo de criação e generalização de uma cultura democrática", na medida em que seriam capazes de redefinir o espaço da política por meio de novas práticas e formas de sociabilidade (GRUPO DE ESTUDOS..., 1998-99: 20).

Na cidade de São Paulo, os movimentos de moradia se inseriam entre os inúmeros movimentos populares que lutavam por melhorias urbanas e pelo acesso aos direitos de cidadania. Data de 1987 a fundação da União dos Movimentos de Moradia (UMM), cujo principal objetivo era organizar os diversos e dispersos movimentos que reivindicavam moradia nas periferias da capital paulista e que vinham, havia alguns anos, mobilizando milhares de pessoas em ocupações de terras (AMARAL, 2002: 108). Estreitamente relacionada a essa experiência, encontrava-se a discussão sobre a construção de moradia por meio de mutirões autogeridos, vista como possibilidade de democratização das práticas da arquitetura, como pedagogia emancipatória e como alternativa frente às políticas habitacionais insuficientes e de baixa qualidade centralizadas no Estado (RIZEK, 2002: 23).

Contudo, se se falava tanto sobre os movimentos de moradia e os mutirões, até o início da década de 1990 a mobilização dos moradores dos cortiços tinha pouca visibilidade e era considerada bastante desarticulada, apesar de constituir-se como uma das formas mais precárias de moradia na cidade.

> Esta forma de luta [dos moradores de cortiços] é uma das mais desorganizadas, apesar de ser um dos lados mais espoliativos da questão da moradia popular. Parcela mínima deste contingente está organizada junto com os moradores das favelas, no Movimento Unificado [de Favelas]. Outra parcela, expressiva, engrossa as ocupações de terra. A organização autônoma quase não existe, com algumas exceções, de cortiços em áreas centrais, assistidos por comunidades religiosas, um tanto quanto tradicionais em suas práticas. O exemplo recente do despejo dos moradores dos cortiços da rua da Assembléia, na Bela Vista, região central de São Paulo, demonstra a inexistência de organização, pela facilidade com que o poder público expulsou os moradores da região (GOHN, 1991: 66).

O cenário descrito acima por Maria da Glória Gohn no livro **Movimentos sociais e a luta pela moradia**, publicado em 1991, parece não se assemelhar em nada com o que a cidade presenciaria apenas alguns anos depois, quando os movimentos que reivindicam políticas públicas habitacionais na área central, compostos, sobretudo, por moradores de cortiços, chegaram a reunir mais de seis mil pessoas em uma única noite na ocupação de vários imóveis vazios.

O presente capítulo recupera algumas mobilizações dos moradores de cortiços, ainda no final da década de 1970, para identificar as articulações e reivindicações que estiveram na formação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC). A ULC é reconhecida pelos integrantes dos movimentos de moradia como a origem das lutas sistemáticas por habitação digna na área central.

2. As primeiras mobilizações nos cortiços da área central

Existem alguns registros sobre mobilizações de moradores de cortiços que contestavam as taxas de água e luz e reivindicavam o fim dos intermediários (entre os proprietários de imóveis e os locatários) e melhores condições de habitabilidade (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES..., 1993. SIMÕES JR., 1991: 33-35) no final da década de 1970, mas ainda eram consideradas muito dispersas e incipientes. Sabe-se, entretanto, que naquele período algumas dessas ações foram sendo articuladas, principalmente por meio de trabalhos de base de pastorais, assessorias técnicas e entidades populares como a Associação dos Trabalhadores da Região Mooca, a Associação em Defesa da Moradia e o Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

A Igreja de São Rafael, na Mooca, por exemplo, patrocinou uma pesquisa sobre as condições de vida nos cortiços ou, como eram chamados, nos “quintais” da região (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES..., 1993: 4-10). Os resultados mostraram que os seus moradores eram predominantemente formados por migrantes nordestinos que exerciam trabalho remunerado e não-qualificado, ganhando menos do que dois salários mínimos por mês. Em média, dividiam cada um dos banheiros dos cortiços com mais quinze pessoas, o tanque com treze e a pia com trinta e cinco. A pesquisa trazia ainda depoimentos de moradores dos quintais, repudiando a sujeira dos banheiros, a dificuldade para conseguir lavar roupas por causa das longas filas nos tanques, o entupimento de encanamentos e fossas, os constantes cortes de água

e de energia, a insalubridade, a proliferação de doenças, os exorbitantes preços pagos pelos cômodos e a violência dos “intermediários” que cobravam os aluguéis e administravam os imóveis (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES..., 1993: 8-10).

No mesmo período da pesquisa da paróquia de São Rafael, metalúrgicos da Oposição Sindical criaram a Associação dos Trabalhadores da Região da Mooca. O espaço dessa entidade acabou sendo bastante utilizado na organização das ações, reuniões e assembléias do que, a partir de março de 1984, ficaria conhecido como “Movimento dos Quintais da Mooca”. Eram dezenas de moradores de cortiços, sobretudo mulheres, que se organizavam para reivindicar melhores condições de moradia.

Em abril de 1984, o Movimento dos Quintais apresentou para o então prefeito de São Paulo Mário Covas (1982-1986), do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a indicação de terrenos vazios na região da Mooca e do Brás para a construção de moradia popular bem como a reivindicação de financiamento para a compra de material de construção. Na ausência de resposta, em maio de 1985 o movimento ocupou durante cinco dias a Secretaria do Bem Estar Social (FABES); saiu de lá somente com a promessa do governo de disponibilizar lotes na periferia leste da cidade: inicialmente seriam duzentos no Jardim São Francisco, mas depois foram oferecidos somente 96 no Jardim Ivone, onde se construíram casas em regime de mutirão (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES..., 1993). Posteriormente, durante a administração de Jânio Quadros (1985-1988), do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Movimento dos Quintais da Mooca conseguiu vinte e oito lotes no Jardim Santa Etelvina e cinqüenta no Jardim Chabilândia, ambos em Guaianases, zona leste.

Já a proposta de construção de moradia popular nos terrenos na área central não foi aceita: segundo publicação da Associação dos Trabalhadores da Mooca (1993: 21), “os terrenos próximos à Mooca indicados pelo Movimento foram rejeitados com o argumento de que eram “fileminhón... e isso não é pra pobre”. Quem falou isso foi Arnaldo Madeira, na época, Secretário de Habitação”. Empurrados para as periferias, os integrantes do movimento eram obrigados a iniciar novas lutas, agora por asfalto, saneamento básico, escolas, creches, unidades básicas de saúde, já que se tratavam de regiões da cidade desprovidas de infra-estrutura e de serviços básicos para a população.

> Desde quando começamos a lutar por moradia, em 1979, o desejo da grande maioria dos moradores dos quintais aqui na Mooca era conseguir áreas aqui por perto mesmo. Apesar da situação triste dos quintais / cortiços, morar na Mooca só tem vantagem:
>
> - aqui a maioria não precisa pagar condução pra trabalhar;

> - para as mães é muito mais fácil conseguir trabalhar fora e deixar os filhos nas creches (morando nos bairros longe, a mãe tem que sair de casa às 5 ou 6 horas da manhã, e nessa hora não tem creche aberta);
> - aqui tem mais creches, escolas, postos de saúde, hospitais, água, luz, esgoto, etc.
>
> [...] Quando levamos nossas primeiras reivindicações de áreas nessas regiões centrais, inclusive na época da ocupação da Fabes, os representantes da Prefeitura riam de nossa cara e da "ousadia" de querermos o "fileminhon", como eles falavam; da ousadia de querermos questionar os privilégios "naturais" das classes mais favorecidas.
>
> E aí nós aceitamos ir pro Jd. Ivone, pra Guaianazes... Porque naquele momento não tinha outro jeito – o Movimento de Moradia ainda não tinha muita força. Mas nunca nos conformamos com essa segregação, esse "apartheid" que só é diferente da África do Sul porque não é só de raça, mas principalmente econômico, isto é, separa as pessoas e os bairros onde elas moram de acordo com a renda (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES..., 1993: 39 e 40).

Na cidade de São Paulo, principalmente na zona leste, vários grupos e associações se organizavam em torno da questão da moradia, formando, em 1987, o Movimento Sem-Terra da Região Leste I. Junto com ele, em fevereiro de 1988, o Movimento dos Quintais da Mooca ocupou durante cinqüenta dias um terreno abandonado no Jardim Colorado; das 800 famílias que participaram da ação, 110 eram da Mooca. Um mês antes, cinco mil famílias haviam ocupado o terreno da Fazenda da Juta. Os movimentos conseguiram a garantia, do governo do Estado, de desapropriação do terreno particular do Jardim Colorado, de alojamento de uma área provisória da Eletropaulo para as famílias que não tinham para aonde ir e de compra de 450 lotes na Fazenda da Juta. No mesmo período, foi ocupado um terreno na região de Pirituba, zona oeste, e no município de Guarulhos, Região Metropolitana de São Paulo. Já na região "leste II"[16], aproximadamente trinta mil famílias ocuparam mais de duzentos lotes nos distritos de Itaim Paulista e de São Miguel (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES..., 1993: 31).

As primeiras conquistas do Movimento dos Quintais na área central datam da década 1990, quando dois cortiços foram desapropriados para a produção de unidades habitacionais. Eram casarões encortiçados, um na avenida Celso Garcia, 849, Brás, e o outro na rua Madre de Deus, 769, Mooca. Nos dois casos os moradores estavam organizados no Movimento dos Quintais da Mooca.

---

[16] Do ponto de vista da atual divisão administrativo de São Paulo, a "leste I" inclui, atualmente, as subprefeituras da Penha, de Ermelino Matarazzo, de Itaquera e de São Mateus. Já a "leste II" engloba as subprefeituras de Itaim Paulista, Guaianases, São Miguel Paulista e Cidade Tiradentes. Os movimentos de moradia reportam a essa divisão administrativa – "leste I" e "leste II" – para nomear a sua organização. Junto com os distritos que compõem as subprefeituras de Aricanduva, Vila Prudente e Mooca, a região leste I e II formam a "macrozona" conhecida como "zona leste". Conforme esclarecido no "Capítulo 1", para os fins desta pesquisa, quatro distritos da subprefeitura da Mooca (Belém, Brás, Mooca e Pari) são considerados parte da área central. Sobre a divisão da cidade em subrprefeituras, ver Figura 2.

3. As primeiras conquistas na área central dos movimentos de cortiços: Madre de Deus e Celso Garcia

A história do cortiço da rua Madre de Deus resume bem as condições de vida dos moradores das habitações coletivas de aluguel. Tratava-se de um casarão com 54 quartos, cada um com no máximo doze metros quadrados. Duzentos moradores dividiam dois banheiros, um cano de água fria para tomar banho e quatro tanques para lavar roupa, escovar os dentes, etc. (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES..., 1993: 41). Somavam-se a essas precárias condições de habitabilidade, os atos violentos cometidos pelo administrador do cortiço, acusado da autoria de mortes, estupros e despejos violentos em outros cortiços da região: "Sempre armado, o Sr. Paulo Moretti [o administrador do cortiço] costumava chegar de madrugada e estourar lâmpadas a tiros. Mandava capangas armados assaltar os quartos para compensar aluguel atrasado, desrespeitava as mulheres, e muitos outros absurdos", relatavam os moradores (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA, 1993: 41-44).

Os moradores do cortiço começaram a se organizar, realizar reuniões, tentar localizar o proprietário do imóvel por meio de pesquisas em cartórios e na Prefeitura. Na Administração Regional da Mooca, solicitaram a intimação do proprietário e do intermediário. O proprietário que apareceu afirmou que mantinha contrato de locação com uma senhora havia dez anos e que desconhecia o outro intermediário. A locatária era Diana, intermediária de outras vinte e duas "pensões populares". Paulo foi apresentado como seu sócio e se comprometeu a fazer algumas "melhorias" no cortiço, instalando duas caixas d'água e consertando os banheiros. Entretanto, não apenas não cumpriu o acordo, como proibiu a realização de reuniões entre os moradores. Estes acabaram por expulsá-lo, por meio de agressões físicas e ameaças.

> Na noite de 28 de maio/89, Paulo Moretti e mais 3 capangas ficaram na porta dos quartos ameaçando quebrar os aparelhos de som de algumas pessoas. Armou-se uma confusão e foi todo mundo pra delegacia. Na saída da delegacia ele ameaçou voltar ao quintal naquela noite "porque lá não tinha homem pra ele". Os moradores ficaram esperando. De madrugada ele chegou, ninguém sabe com que intenções. Aí os moradores deram-lhe uma surra que ele foi parar no hospital (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES...,1993: 44).

As ações dos moradores direcionaram-se então para a Prefeitura. Em carta de junho de 1989 endereçada à prefeita Luiza Erundina, os moradores do cortiço da rua Madre de Deus solicitavam recursos do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Sub-normais (FUNAPS) para desapropriar o casarão encortiçado, reconstruí-lo em regime de mutirão, transferir sua propriedade para os moradores e

alojar as famílias em local adequado até o término das obras (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA, 1993: 48).

Na rua Madre de Deus, o cortiço e mais um imóvel vizinho foram desapropriados e demolidos para a construção de 45 apartamentos. Já na avenida Celso Garcia, 849, Brás, a Prefeitura desapropriou o casarão encortiçado juntamente com nove imóveis do entorno, erguendo quatro prédios, com 182 unidades habitacionais. Ambos os projetos tiveram início em 1990, mas só foram concluídos em 1996 e em 1992, respectivamente.

4. A fundação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC)

Ao mesmo tempo em que eram produzidas as primeiras unidades na área central por meio de programas habitacionais, os grupos de moradores de cortiços, não apenas da Mooca, mas de outros bairros, começaram a se articular para formar um movimento unificado. Assim foi criada, em 15 de junho de 1991, em ato realizado em frente a um cortiço na rua do Carmo, Sé, a Unificação das Lutas de Cortiços. A ULC, como ficou conhecida, pretendia reunir os movimentos organizados em torno da questão das habitações coletivas de aluguel da área central, da região sudeste e leste I, para denunciar as condições de vida nos cortiços e encaminhar as reivindicações dos seus moradores para o poder público.

Os movimentos que formaram a ULC atuavam em diferentes bairros da área central e do seu entorno: Belém, Brás, Ipiranga, Luz, Mooca, Tatuapé, Vila Formosa. Ficaram conhecidos como “grupos de origem” ou “grupos de base” e é assim que, até hoje, são denominadas as “ramificações” dos movimentos, geralmente aludindo ao espaço geográfico em que atuam.

> E aí fomos juntando várias entidades, [...] e ainda nos anos 80 formamos a ULC, que era um grupo, era nós, MMC, os Trabalhadores da Mooca, e o grupo do Belém. E aí formamos a ULC: Unificação da Luta dos Cortiços. Começamos a lutar por moradia, aí, nesse meio tempo a gente foi vendo que na cidade de São Paulo, principalmente no centro de São Paulo, [havia] vários prédios desocupados, ociosos, e muita gente sem moradia sendo despejada porque o preço do aluguel do cortiço é muito alto e as famílias ganhavam um salário e não podiam pagar, tinham seus filhos e não podiam pagar. Foi quando nós decidimos fazer a primeira ocupação, foi junto à ULC, foi um prédio da Secretaria da Fazenda aqui na rua do Carmo (Coordenadora do MMC: depoimento, 2005).

Em carta de 1991, endereçada ao governo federal e ao poder legislativo, a ULC já reivindicava a desapropriação de prédios e terrenos vazios para a produção de habitação de interesse social e políticas específicas para enfrentar o problema dos cortiços.

> A Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) da cidade de São Paulo que compreende os movimentos organizados de cortiços, considerando a complexidade desse grave problema habitacional e a quase inexistência de intervenções nessa realidade por parte das autoridades competentes, vem denunciar o drama [...] de um povo.
>
> Nossas propostas:
>
> – desapropriação de terrenos, prédios vazios, quarteirões de cortiços para programas habitacionais para a população de baixa renda (0 a 5 salários mínimos)
> – repasse das verbas para financiamentos desses programas habitacionais
>
> uma política específica para cortiços, criando inclusive nas Secretarias de habitação um departamento de cortiços com estrutura, recursos e programas (ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHARORES..., 1993: 66).

Com o passar dos anos, foi surgindo ou se explicitando uma série de discordâncias entre os diferentes grupos de base que formavam a ULC ou mesmo entre os seus coordenadores. Como será discutido nos próximos capítulos, eram divergências que diziam respeito aos projetos políticos, à organização interna, às estratégias de luta e de negociação, às relações político-partidárias. Nas entrevistas com os coordenadores dos movimentos de moradia e sem-teto, foram resumidas em poucas palavras: “questões políticas”. Note-se, contudo, que não raro esses conflitos internos se associavam a problemas entre coordenadores dos movimentos e não exatamente a projetos de grupos mais amplos. Daí, na própria fala dos coordenadores, os movimentos serem associados aos seus coordenadores: é o “movimento da Maria”, “o movimento do José”, e não o “movimento do grupo da Mooca” ou do “grupo da Celso Garcia”.

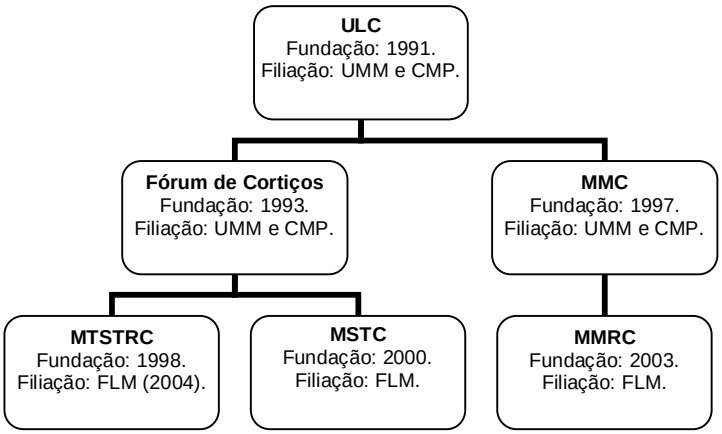
> A [Associação dos] Trabalhadores da Mooca era filiado à ULC, MMC era filiado, [...] Movimento Moradores do Belém era filiado à ULC, Movimento de Moradia dos Encortiçados do Ipiranga, Movimento da região do Brás, [...] Movimento da região da Celso Garcia... eram vários pequenos movimentos que eram filiados à ULC. Por questões políticas, a ULC sempre teve uma vida traumática [...] foi saindo, saindo, ficou Movimento de Moradia do Centro e Trabalhadores da Mooca. [...] Por questões políticas, o MMC saiu da ULC. Aí a ULC era para ter acabado na nossa saída. Não acabou. Era para ter ficado Trabalhadores da Mooca. E aí ficou ULC e Trabalhadores da Mooca, a mesma coisa. Então, depois a Dona [nome da coordenadora do Fórum de Cortiços], que era Trabalhadores da Mooca, [...] e o [nome de coordenador do MTST] foram convidados a se retirarem dos Trabalhadores da Mooca, para não serem expulsos (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

> Aliás, toda luta, se você pegar de 1982 para cá, tudo começou na Mooca com um grupo que ainda existe que é a ULC. Da ULC saiu o [nome do coordenador do MMC], que criou o MMC, que é o Movimento de Moradores do Centro, que vocês devem conhecer. Da Mooca saiu a [nome da coordenadora do Fórum de Cortiços], que criou o Fórum dos Cortiços. Da [nome da coordenadora do Fórum de Cortiços] nós saímos e criamos o MSTC (Coordenadoras do MTST: depoimento, 2005).

Seja como for, já em 1993 houve a primeira divisão: os grupos do Brás, do Ipiranga e da Vila Formosa saíram da ULC para formar o Fórum de Cortiços e Sem-Teto. Esse movimento daria início, em 1997, às ocupações de prédios na área central da cidade de São Paulo.

Em 1997, uma nova dissidência da ULC deu origem ao Movimento de Moradia do Centro, o MMC. Em 1998, foi a vez do Fórum de Cortiços e Sem-Teto dividir-se originando o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central, o MTSTRC. No ano seguinte, nasceu o Movimento Sem-Teto do Centro, o MSTC, também do Fórum de Cortiços. Em 2003, cerca de 150 famílias desligaram-se do Movimento de Moradia do Centro (MMC) e criaram o Movimento de Moradia Região Centro (MMRC) (Figura 3).

FIGURA 3. Formação e divisões dos movimentos de moradia e sem-teto da área central da cidade de São Paulo (1991-2007)



Esses movimentos quase sempre se mantiveram ligados a outras “entidades”, tais como a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMMSP), a Frente de Luta por Moradia (FLM) e, no plano nacional, a União Nacional dos Movimentos Populares (UNMP) e a Central dos Movimentos Populares (CMP). Como se sabe, a

UMMSP ou, simplesmente, UMM foi criada na década de 1980 e, até 2004, reunia quase todos os movimentos que atuavam no centro de São Paulo: a ULC, o MMC, o Fórum de Cortiços e o MTST. Além desses, a UMM agrupava movimentos de moradia e sem-teto de todo o Estado de São Paulo e de outras regiões da cidade. Em 2004, o MSTC deixou a UMM e junto com o MMRC, o MTSTRC e outros movimentos da cidade e da Região Metropolitana de São Paulo fundou a Frente de Luta por Moradia (FLM).

Ressalte-se, por fim, que se tornou procedimento comum entre os movimentos de moradia e sem-teto a constituição de associações de moradores, com vistas a firmar convênios com o poder público e a viabilizar o atendimento dos seus integrantes em programas habitacionais. O Programa de Atuação em Cortiços (PAC), da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), por exemplo, prevê convênios com associações de moradores de cortiços[17] bem como com Organizações não-Governamentais (ONGs), escritórios técnicos e de arquitetura, construtoras etc. (CDHU, 2003: 8). Essa exigência para estabelecer convênios acabou obrigando os movimentos a uma certa institucionalização, à necessidade de constituir não apenas uma pessoa jurídica, mas de manter sede, desenvolver projetos, captar recursos, etc. Com esse mesmo objetivo, os movimentos passaram a contar com o apoio de assessorias técnicas e Organizações Não-governamentais (OnGs), responsáveis pela gestão dos empreendimentos. Por isso, é comum os coordenadores referirem-se aos “grupos de base” nomeando-os como associações e não como movimentos.

Apesar dessas estreitas relações com as ONGs, institutos e assessorias, algumas lideranças entrevistadas não pouparam críticas a tais entidades. A coordenadora da União dos Movimentos de Moradia (UMM) (depoimento, 2005) reclamou da “exigência”, para a obtenção de financiamento, da elaboração de projetos por assessorias técnicas. A falta de espaços para a participação dos moradores de cortiços na elaboração de projetos habitacionais, a tentativa de tomarem decisões políticas ao invés de se restringirem apenas às questões técnicas, a existência de profissionais que não têm conhecimento sobre a realidade vivenciada pela população de baixa renda, dentre tantos outros aspectos também foram criticados na ação das assessorias técnicas e ONGs. Aqui é possível recuperar Paoli (2007: 222-223) que identificou nesse processo em que ONGs e assessorias passam a gerir desde a administração dos recursos até a “competência política de representação dos

[17] A Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) define como associações de moradores de cortiços aquelas constituídas por um conjunto de moradores para “apoiar a montagem de operações juntamente com os Escritórios Técnicos na promoção dos empreendimentos” (CDHU, s.d.: 8).

movimentos", um mecanismo que pode destituir a própria "capacidade política e social da população".

Alguns pesquisadores (BARROS, 2004. MIAGUSKO, 2008) têm apontado para as mudanças de nomeação dos movimentos populares ao longo da década de 1990. Se antes construíam suas identidades a partir dos direitos pelos quais lutavam – para ficar no escopo desta pesquisa, eram os movimentos de moradia – tem sido crescente a auto-nomeação a partir da falta – os movimentos de "sem-teto". Para Miagusko (2008: 57), essa mudança se relaciona com o próprio contexto de retração das políticas públicas, de perda de direitos e de encolhimento dos espaços públicos.

Entretanto, é importante considerar que, ao menos no caso dos movimentos da área central, apesar de existirem grupos que se identifiquem pelo que lhes falta – o Movimento Sem-Teto do Centro (MMC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) seriam um exemplo – outros, como o Movimento de Moradia do Centro (MMC) e o Movimento de Moradia Região Centro (MMRC), continuam se identificando a partir do direito pelo qual lutam. Daí a opção por denominá-los como "movimentos de moradia e sem-teto".

CAPÍTULO III

As ocupações de imóveis ociosos na área central: o aparecimento público dos movimentos de moradia e sem-teto

1. Introdução

Foi diante do elevado estoque imobiliário ocioso e das dificuldades para conseguir avançar nos debates sobre as políticas habitacionais para a população de baixa renda no centro de São Paulo que, a partir de 1997, movimentos de moradia e sem-teto passaram a utilizar a ocupação de imóveis vazios naquela região da cidade como principal estratégia de pressão. Eram casarões, prédios e terrenos abandonados, domicílios vagos ou semi-utilizados, hospitais, ruínas de edifícios inacabados, instalações industriais e hotéis desativados, galpões, alguns vagos durante décadas, com dívidas e impostos acumulados, que passaram a ser objeto de reivindicação e denúncia daqueles movimentos.

Essas “ocupações” ou “invasões” consistiram na organização dos integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto, no geral moradores dos cortiços ameaçados de despejo, e na “tomada de posse” de edifícios e terrenos ociosos, fossem eles públicos ou privados. Em muitos casos, os integrantes dos movimentos instalavam-se nesses imóveis e constituíam ali moradias provisórias, enquanto aguardavam o atendimento em programas habitacionais. Ao mesmo tempo, reivindicavam a abertura de canais de diálogo com o poder público, políticas habitacionais para garantir a permanência da população de baixa renda na área central, mas em melhores condições de moradia. Desse modo, denunciavam, por um lado, a grande quantidade de imóveis ociosos existentes na região e exigiam o cumprimento da função social da propriedade urbana e da própria cidade; por outro, demandavam “moradia digna” e subsídios financeiros para assegurar o acesso das famílias de baixa renda aos programas habitacionais.

> As ocupações, de 1997 para cá, colocaram duas questões fundamentais, uma que foi a denúncia e outra uma proposta de moradia na área central. Falar disso é falar de desperdício de cidade, é falar de duas coisas: exclusão e abandono. Exclusão de quem não pode mais morar no centro porque o aluguel do cortiço está mais caro, porque o cortiço foi derrubado para virar estacionamento. Estamos falando de expulsão que acontece todos os dias com famílias que têm que morar cada vez mais longe de seu trabalho, da escola, dos serviços de saúde. Abandono daqueles para os quais o centro não serve mais, está ruim e desagradável. Essas pessoas simplesmente abandonam um referencial histórico da cidade, e vão fazer os bairros nobres, os bairros chiques, os bairros com os edifícios inteligentes deixando para trás um pedaço de cidade deteriorado (Evaniza Rodrigues: depoimento. In: SÃO PAULO, 2004: 12).

Ocupações de terras e de domicílios vagos, no campo e na cidade, nas periferias e nos centros urbanos não eram inéditas. Para ficar apenas no espaço

geográfico abordado nessa pesquisa, é possível citar casos de casarões encortiçados nos quais os moradores se organizaram, expulsaram os intermediários que os exploravam e passaram a gerir o imóvel, como no cortiço na rua Madre de Deus, Mooca, objeto de intervenção do primeiro programa de reabilitação dos cortiços na área central no início da década de 1990. A novidade das ocupações na área central a partir de 1997 estava no fato de constituírem ações coordenadas, organizadas e contínuas, com uma pauta de reivindicações pré-definidas, e com uma rede de apoiadores que produziram ou consolidaram "discursos" sobre o direito da população de baixa renda habitar uma área consolidada da cidade.

Enquanto ocupavam os prédios vazios, os movimentos negociavam com o poder público, reivindicavam programas habitacionais e o controle da sociedade civil sobre essas políticas. Tinham ainda o apoio de assessorias técnicas, organizações não-governamentais e de universitários que realizavam estudos sobre as políticas habitacionais (AMARAL, 2002) e o controle social (PÓLIS, 2007), sobre o direito à moradia e à cidade (CARDOSO; SAULE JR., 2005. COMARU et al., 2005. FÓRUM CENTRO VIVO, 2006). Esses agentes também prestavam assessoria jurídica, elaboravam e apresentavam para as agências públicas projetos de arquitetura e de engenharia para a transformação dos prédios ocupados em habitação de interesse social. Na academia, publicaram-se estudos sobre as condições de vida e de habitabilidade nos cortiços (LEME et al, 2006. KOWARICK, 2007. PICCINI, 1998), sobre os programas habitacionais no centro (COMARU, 1998. COSTA, 2009. MALERONKA, 2005. YOLLE NETO, 2006), sobre a vacância imobiliária (BONFIM, 2004) e as possibilidades de produção de habitação de interesse social (SÍGOLO; SILVA, 2007. SILVA, 2000 e 2001), sobre a experiência dos movimentos de moradia e sem-teto (AQUINO, 2008. BLOCH, 2007. MIAGUSKO, 2008) e as suas relações com o poder público (CAVALCANTI, 2006). Laboratórios de pesquisa e de extensão universitária realizaram estudos de caso nas ocupações e elaboraram projetos-piloto de reabilitação dos imóveis com a participação dos seus moradores (CRISTO, 2001. SAMPAIO, 2005. SANTOS, André et al, 2002). Coletivos de arte, de mídia independente, entidades de defesa dos direitos humanos, setores da igreja católica e movimentos sociais também se articulavam para apoiar a ação dos movimentos de moradia e sem-teto no centro. Na *Internet*, diversos *sites* publicaram as experiências dos movimentos e mobilizaram apoio para as suas ações[18]. Alguns parlamentares também trouxeram subsídios para o debate, criando fóruns de discussão (SAO

[18] Entre os sítios eletrônicos é possível citar o do **Centro de Mídia Independente** (http://www.midiaindependente.org/), o **Integração sem-posse** (http://integracaosemposse.zip.net/), o **Vidas sem-teto**: a arquitetura da exclusão (http://vidassemteto.wordpress.com/), além da própria página na Internet da União dos Movimentos de Moradia (http://www.sp.unmp.org.br/).

PAULO, 2001), e apresentando propostas referentes à habitação de interesse social na área central.

* * *

As entrevistas com coordenadores dos movimentos de moradia e sem-teto, entre os anos de 2005 e 2008, bem como a pesquisa documental e bibliográfica permitiram mapear parte significativa dos imóveis ocupados pelos movimentos entre 1997 e 2007. Somadas à pesquisa de campo, possibilitaram identificar a sua situação, no segundo semestre de 2009, ou seja, em que medida foram reabilitados.

Por um lado, de uma perspectiva mais descritiva, esse estudo permitiu caracterizar e quantificar os imóveis ocupados. Por outro lado, a pesquisa forneceu subsídios para refletir sobre diferentes representações e discursos a respeito das ocupações de imóveis vazios e da questão da habitação de interesse social na área central: como a imprensa retratou as ações dos movimentos de sem-teto? Como os coordenadores destes movimentos reconstruíram e avaliaram, a partir de diferentes pontos de vista, a experiência das ocupações e seus resultados? Como o poder público recebeu as reivindicações dos movimentos de sem-teto e quais suas propostas para a habitação popular na área central?

O esforço de sistematização e análise deste material é apresentado neste e no próximo capítulo.

2. Algumas cenas da experiência dos movimentos de sem-teto

As primeiras ocupações

O marco do início das ocupações de imóveis vazios na área central da cidade de São Paulo pode ser localizado em um casarão no bairro de Campos Elíseos, distrito de Santa Cecília. Datado do final do século XIX, o imóvel servira a diferentes usos: de residência do irmão do aviador Santos Dumont, Henrique Dumont, o “rei do café” – daí ser conhecido como “casarão Santos Dumont” –, à sede de colégio e de entidade filantrópica, foi desapropriado pela Fazenda Pública Estadual, passando para a administração da Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social e da Secretaria Estadual da Cultura. Desde 1983, o casarão não era utilizado por seus proprietários.

Fora então ocupado por grupos de sem-teto, mas não reunidos em um movimento como ocorreria em 08 de março de 1997, na ação organizada pelo Fórum de Cortiços.

Alguns dias depois da ocupação do casarão Santos Dumont, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) anunciou que as ocupações no centro da cidade tornar-se-iam recorrentes caso o governo municipal, estadual e federal não atendesse suas reivindicações (FOLHA DE SÃO PAULO, 24 mar. 1997). Enquanto isso, o Fórum de Cortiços divulgava que possuía uma lista com dez imóveis públicos passíveis de ocupação, apenas nos bairros de Campos Elíseos e Barra Funda, ambos na área central (OLIVEIRA, 01 abr. 1997). Em 2 de abril, cem pessoas despejadas de um cortiço na rua Tomás de Lima, Sé, organizadas pelo Fórum de Cortiços, ocuparam um conjunto de casas, no bairro de Campos Elíseos, de propriedade da Universidade de São Paulo (USP).

Nessas duas primeiras ocupações, não houve confrontos com a Polícia Militar e o acordo com os proprietários veio dias depois: definiu-se que cada família pagaria aluguel de cinqüenta reais enquanto permanecesse nos imóveis. As casas da Universidade de São Paulo seriam leiloadas e os integrantes do Fórum de Cortiços teriam prioridade na compra. Reportagem do jornal **Folha de São Paulo** (OLIVEIRA, 08 ago. 1997) informava que Lázaro Piunti, vice-presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU) e recém-empossado coordenador do Programa de Atuação em Cortiços (PAC), tomara a frente das negociações, considerando o caso como o projeto-piloto do programa, que estava no papel havia mais de dois anos. O secretário de Estado da Habitação Dimas Ramalho também tratava pessoalmente do caso, negociando com a Universidade de São Paulo a compra do imóvel. Já Lair Krahenbuhl, Secretário Municipal de Habitação do governo de Celso Pitta, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), criticava a postura de Piunti, alegando que abriria um precedente “perigoso” para estimular a invasão de imóveis como meio eficiente para obter a casa própria. Krahenbuhl opunha-se ao oferecimento de atendimento prioritário nos programas habitacionais para pessoas organizadas em movimentos, afirmando que “invasores” deveriam ser retirados de projetos públicos. O imóvel da Universidade de São Paulo foi comprado pelo governo do Estado ainda em 1997, e, em 2003, as famílias voltaram a morar nas vinte e oito unidades habitacionais construídas.

Naquele mesmo ano, o Fórum de Cortiços também ocupou um edifício de catorze pavimentos de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na avenida Nove de Julho, República, em uma ação que mobilizou mais de mil pessoas. Ocorreram ainda outras duas ocupações, essas, contudo, promovidas pela Unificação das Lutas de Cortiços (ULC). Entretanto, a possibilidade de negociação aberta pelo

poder público no casarão Santos Dumont e no imóvel da Universidade de São Paulo não foi observada nesses três casos.

Quando o Fórum de Cortiços ocupou o edifício do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na avenida Nove de Julho, a Polícia Militar chegou ao local pouco tempo depois da ação e evitou que mais integrantes do movimento entrassem no imóvel. A experiência da ocupação do casarão da Secretaria Estadual da Fazenda, na rua do Carmo, Sé, foi ainda mais emblemática. Ali cerca de mil e quinhentas pessoas permaneceram durante cinqüenta e quatro dias. O governo não acenou com a possibilidade de inseri-las em programas habitacionais, dando-lhes como única alternativa abrigo em um albergue. Os membros da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), como ocorreria em outras ocasiões, consideraram a proposta inaceitável porque, nas palavras do seu coordenador, tratava-se de um lugar para pessoas "sem perspectivas", inadequado para alojar famílias (OLIVEIRA, 06 ago. 1997). O próprio juiz responsável pelo processo afirmava que o albergue não possuía vagas para todos nem condições para abrigar as famílias.

As negociações para que a reintegração de posse, marcada para o dia 05 de agosto de 1997, fosse pacífica estenderam-se por onze horas. Os integrantes da ULC prometiam resistir à reintegração e buscavam apoio de entidades como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a Igreja Católica, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), bem como de parlamentares e de partidos políticos (FOLHA DE SÃO PAULO, 05 ago. 1997):

> [...] Ficamos cinqüenta e três dias [no casarão da rua do Carmo]. [...] No início de agosto veio o despejo. Foi um despejo muito pesado. Nós resistimos o dia inteiro, todo mundo dentro, amontoado e eu e a [nome de integrante do MMC], grande companheira, [da Associação dos] Trabalhadores da Mooca, [...] do lado de fora, na negociação (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

O juiz responsável pelo processo, por sua vez, chegou a convocar o coordenador da ULC[19] para que comparecesse pessoalmente ao seu gabinete. Diante dele, ligou para o governador do Estado, Mário Covas (PSDB), que se recusava a negociar, alegando que não falava com "invasor".

> [O governador] Mário Covas [dizia por telefone para o juiz]: "Não falo com invasor! Esses caras são bandidos, doutor!". Aí ele [juiz] dizia: "Doutor, o senhor é governador do Estado, o senhor é obrigado a falar com deus e o diabo, doutor. [...] Se eles são bandidos, se eles são isso,

[19] O coordenador da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), em 1997, seria, posteriormente, a principal liderança do Movimento de Moradia do Centro (MMC), divisão da ULC. Quando foi entrevistado para a presente pesquisa, 2008, era coordenador do MMC. Por isso, ao longo de todo o texto é denominado como "coordenador do Movimento de Moradia do Centro (MMC)", para não ser confundido como o coordenador da ULC entrevistado em 2005.

> são aquilo... se esses adjetivos que você está falando deles aí é verídico, é uma coisa, agora o senhor não pode se negar a falar com eles. O senhor não pode se negar a oferecer alguma coisa. E [...] se o senhor está se negando a oferecer alguma coisa, eu não vou mandar despejar". "Doutor, pelo amor de Deus! Eu preciso disso porque senão eu fico desmoralizado!" [disse o governador]. "Eu não vou despejar" (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

O juiz afirmava que suspenderia a ação de reintegração de posse caso não houvesse negociação. Enquanto isso, na rua do Carmo, o chefe de gabinete da Casa Civil Flávio Patrício, designado pelo governo estadual para comandar as negociações com os sem-teto, ordenou o corte de água do imóvel. O coronel da Polícia Militar suspendeu a ordem, que caminhava na contramão da tentativa de reintegração de posse pacífica. O governador do Estado se dispôs a negociar depois da interferência do juiz e ofereceu um colégio desocupado na zona leste para abrigar provisoriamente as famílias. Os integrantes da ULC, depois de visitarem o local, aceitaram a proposta de lá permanecerem durante três dias enquanto o governo buscava lugar definitivo para as famílias. Em uma primeira análise, o local parecia adequado para abrigar as famílias por alguns dias, mas os próprios policiais que participaram da ação de reintegração de posse sabiam das precárias condições da escola e do seu entorno, sendo conhecida a existência do tráfico de drogas e de constantes enchentes no local.

> Quando o pessoal [da ULC] voltou [da visita à Escola Estadual Francisca Teixeira de Camargo oferecida pelo governo para abrigar os integrantes da ULC despejados do imóvel da rua do Carmo falou:] [...] "Não, o lugar é bom, tal". O subcomandante [da Polícia Militar] falou: "É, mais ou menos, não é tão boa não". O subcomandante sabia já das coisas que aconteciam lá. Muita droga na área e outros problemas... quando chovia às vezes dava 40, 50, 70 centímetros de altura de água, dentro do colégio (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

A permanência na Escola Estadual Francisca Teixeira de Camargo, entretanto, acabou se prolongando, em condições precárias e improvisadas: cerca de cento e oitenta pessoas dividiam um único chuveiro de água fria e as crianças estavam sem freqüentar a escola; a alimentação foi cortada pelo Estado por não deixarem o local no prazo estipulado de três dias e os sem-teto viviam a apreensão de, a qualquer momento, a polícia entrar no local (OLIVEIRA, 12 ago. 1997). Em matéria de 12 de janeiro de 1999, ou seja, de um ano e cinco meses depois da reintegração de posse do casarão da rua do Carmo, intitulada "Invasão torna-se moradia fixa", a **Folha de São Paulo** lembrou que parte dos sem-teto continuava alojada na escola:

> A lentidão nos processos burocráticos para o início das obras do Programa de Atuação de Cortiços (PAC), da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), do Estado, e a falta de um

> programa da prefeitura para o problema têm transformado as invasões de habitações provisórias em verdadeiras casas.
> O endereço de invasões, que podem terminar a qualquer momento por força de uma ação de reintegração de posse, vira endereço no currículo de ex-encortiçados que participam de invasões.
> É o caso do auxiliar de entregas Marcelo Santos de Castro, 24, que "mora" na escola estadual desativada Francisca Teixeira de Camargo, na Penha (zona leste), desde agosto de 97, quando cerca de cem famílias ligadas à ULC (Unificação de Lutas dos Cortiços) foram obrigadas a deixar um prédio do governo do Estado na rua do Carmo, no centro de São Paulo.
> Eles deveriam ter ficado três dias, como solução provisória, mas devem ficar até março, quando serão erguidos abrigos.
> Enquanto isso, o endereço da escola é o endereço de Castro. "A única diferença para as outras pessoas é que eu moro numa escola" (FOLHA DE SÃO PAULO, 12 jan. 1999).

Em dezembro de 1997, contudo, parte dos integrantes da ULC, o grupo da Mooca, alojada na escola decidiu ocupar um edifício da Secretaria Estadual de Cultura, na rua do Ouvidor, Sé, fechado havia mais de oito anos.

> Porque foi agosto, setembro, outubro, novembro... aí nós dissemos o seguinte, nós do MMC [Movimento de Moradia do Centro] dissemos: “Olha, se não tem alternativa para essas famílias que estão lá [na Escola Estadual Francisca Teixeira de Camargo], nós queremos fazer uma ocupação”. O pessoal do MMC. O restante da ULC [Unificação das Lutas de Cortiços] era contra fazer ocupação e nós do MMC preparamos a ocupação fazendo seminário, fazendo informação, pápápá, preparamos uma ocupação para dezembro (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

Também aqui não houve possibilidades de negociação com o poder público para atender as reivindicações apresentadas pelo movimento. Se, em 1993, a ULC já havia se dividido, dando origem ao Fórum de Cortiços, em 1997 surgiu uma nova dissidência: aqueles que participaram da ocupação do prédio da rua do Ouvidor criaram o Movimento de Moradia do Centro (MMC).

As outras quarenta e três famílias permaneceram na escola da zona leste durante um ano e oito meses. Saíram de lá para uma outra ocupação, em maio de 1999, em um hospital desativado no distrito do Brás.

A intensificação das ocupações na área central e as divisões nos movimentos de moradia e sem-teto

Se em 1997 todas as ocupações organizadas pelos movimentos de moradia e sem-teto aconteceram em imóveis públicos, nos anos seguintes os edifícios particulares também entraram para a lista de “ocupáveis”. Ao mesmo tempo, “surgiram” outros movimentos de moradia e sem-teto na área central, muitos originários de dissidências no interior da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) e do

Fórum de Cortiços. Em 1998, aconteceram três ocupações: uma realizada pelo Fórum de Cortiços, em um hospital desativado na Bela Vista; outra pelo Movimento de Moradia do Centro (MMC), em um prédio da Caixa Econômica Federal na rua Floriano Peixoto, Sé; e uma terceira na rua Riachuelo, também em um prédio, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC), dissidência do Fórum de Cortiços. Em 1999, já se falava em outros movimentos como o Movimento de Moradia Novo Centro e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC). Em 2000, há as primeiras referências ao Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e, em 2003, ao Movimento de Moradia Região Centro (MMRC).

Em 1999, foram identificadas dezessete ocupações, além de várias passeatas opondo-se às reintegrações de posse e às ações de “limpeza social” na área central (FOLHA DE SÃO PAULO, 11 jul. 1999), reivindicando a construção de unidades habitacionais, sobretudo em regime de mutirão e autogestão, e a discussão da questão dos cortiços e favelas (OLIVEIRA, 19 ago. 1999).

Em outubro, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) reuniu 6.100 pessoas e, em menos de uma hora, ocupou seis imóveis na cidade, quatro deles na área central. Esse acontecimento teve ampla repercussão na imprensa e ficou conhecido como a primeira ocupação simultânea ou “megaocupação” realizada por movimentos de moradia e sem-teto filiados à UMM. Reivindicava-se, da Secretaria Estadual de Habitação, a construção de oitocentas unidades habitacionais. Outra demanda referia-se à forma de construção dos empreendimentos habitacionais: enquanto a UMM defendia o regime de mutirão, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) contratava empreiteiras (FOLHA DE SÃO PAULO, 26 out. 1999). Os coordenadores da União dos Movimentos de Moradia afirmavam que só sairiam dos imóveis ocupados se houvesse negociação com a Secretaria Estadual de Habitação. A CDHU cedeu e marcou para 30 de novembro a assinatura de acordo entre UMM e CDHU para a construção de 949 unidades habitacionais em regime de mutirão (IZIDORO, 04 nov. 1999).

Naquele período, vários imóveis ocupados nos anos anteriores permaneciam habitados por integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto. Segundo um dos seus coordenadores, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) estaria vivendo o seu maior momento desde 1987, quando as invasões “mudaram a cara da periferia de São Paulo” (FOLHA DE SÃO PAULO, 20 dez. 1999). E mais: planejava a intensificação dessas ocupações com o objetivo de ganhar apoio da opinião pública e de pressionar o governo (BONFIM, 12 dez. 1999).

> Em 99, foram dez ocupações na cidade pela União [dos Movimentos de Moradia]. Então foi lá no terreno do Jaraguá, rede ferroviária no

> Ipiranga, lá na zona norte, na zona sul ocuparam um [conjunto habitacional] da CDHU [Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano], aqui no centro nós ocupamos o Gasômetro, foi uma cadeia, foi no mesmo horário, todos à meia-noite, nós fizemos plantão numa secretaria dentro da União, nós montamos um plantão de advogados, assessoria até do próprio jornalismo, tudo, a [rede] Globo [de televisão], todos estavam sabendo o momento e a hora certa. Meia-noite todo mundo entrou [nos imóveis], parecia uma rede mesmo que nós tentamos mobilizar. O governo se chocou com aquilo, ele viu que nós chegamos num ponto de tanta organização, daquele tamanho [...] (Coordenador da ULC: depoimento, 2005).

Os confrontos com a polícia

No fim de 1999, o jornal **Folha de São Paulo** anunciava que, "em meio à lentidão dos governos estadual e municipal para implantar um programa de moradia para os 600 mil habitantes de cortiços do centro da cidade, os grupos de sem-teto, organizados ou não, crescem, se dividem" e as ocupações no centro expandido da maior metrópole do país intensificam-se. A ação dos sem-teto estaria começando a preocupar os moradores da região central e o Conselho de Segurança do Centro (CONSEG) propunha acordo para que cessassem: Estado e município firmariam pacto para resolver o problema da moradia e, em troca, movimentos parariam com as ocupações. Logo que esta proposta foi apresentada e aprovada em reunião do Conselho, três tentativas de ocupação foram impedidas e houve confrontos com a Polícia Militar durante reintegrações de posse (FOLHA DE SÃO PAULO, 20 dez. 1999).

Em 13 de agosto de 1999, por exemplo, integrantes do Movimento de Moradia do Centro (MMC) ocuparam um imóvel da massa falida do Banco Nacional, localizado na rua Libero Badaró, Sé. Em 27 de janeiro de 2000, houve uma tentativa violenta de reintegração de posse do imóvel (DURAN, 28 jan. 2000). Às sete horas da manhã, o oficial de justiça chegou ao imóvel, seguido de uma comissão coordenada pelo comissário de menores. As negociações mantiveram-se pacíficas até as nove horas, quando o comandante da Polícia Militar e membro da Associação Viva o Centro, capitão Ricardo Andrioli, decidiu entrar no prédio: segundo os integrantes do MMC, a polícia disparou duas bombas de gás lacrimogêneo; segundo o capitão Andrioli, foram utilizadas bombas de efeito moral, pois, se fossem de gás lacrimogêneo, as pessoas teriam pulado pelas janelas do prédio por causa dos seus efeitos. Em contrapartida, os integrantes do MMC atiraram pedaços de móveis nos policiais. A Polícia Militar mobilizou cento e cinqüenta homens, entre soldados da força normal, Tropa de Choque e Corpo de Bombeiros. Quatro integrantes do MMC foram detidos e liberados depois (DURAN, 28 jan. 2000).

Após horas de confrontos entre os integrantes do movimento e da polícia, o governador do Estado Mário Covas (PSDB) suspendeu a reintegração de posse: “Depois de pôr os sem-teto na rua, às 18h30, o juiz Virgílio de Oliveira Júnior, da 39ª Vara Cível, suspendeu a ação de reintegração de posse. Os policiais saíram vaiados do local pelos sem-teto, que retornaram ao prédio” (DURAN, 28 jan. 2000). O governador concordou com a desocupação do imóvel no dia seguinte, em 28 de janeiro, e autorizou que os integrantes do MMC ficassem alojados em um terreno na avenida Presidente Wilson, na Mooca, zona leste da cidade de São Paulo, onde permaneceram até 2005.

As primeiras “conquistas”: os prédios reciclados pelo Programa de Arrendamento Residencial

Com o decorrer dos anos, a ação da polícia ficou mais rápida e violenta, várias ocupações foram impedidas ou tiveram sua duração reduzida a alguns dias e tornaram-se freqüentes as reintegrações de posse.

Em 2000, a partir das entrevistas e da pesquisa documental identificou-se apenas uma ocupação. Nesse mesmo ano, ocorreram pelo menos duas reintegrações de posse, ambas envolvendo confrontos com a Polícia Militar.

Ainda assim, àquela época, os movimentos de sem-teto mantinham várias ocupações, que se transformaram em moradia para cerca de 3.500 famílias (FOLHA DE SÃO PAULO, 08 nov. 2000): quatro dos cinco imóveis ocupados em 1997 abrigavam famílias ligadas aos movimentos, um dos três ocupados em 1998, e pelo menos oito dos dezessete em 1999.

Além disso, começavam a aparecer as primeiras “conquistas”. Em 2001, foi inaugurado o primeiro prédio reciclado na área central pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), do Ministério das Cidades, em parceria com a Prefeitura de São Paulo. As 54 unidades habitacionais, na rua Fernão Sales, Sé, contemplaram demanda apresentada pelo Movimento de Moradia do Centro (MMC). Outros quatro edifícios encontravam-se em reforma pelo PAR e seriam entregues nos anos seguintes.

Outro avanço referia-se à criação, na Câmara Municipal de São Paulo, da Comissão de Estudos sobre Habitação na Área Central, presidida pelo vereador Nabil Bonduki, do Partido dos Trabalhadores (PT), arquiteto e urbanista que fora Superintendente de Habitação Popular durante o governo de Luíza Erundina (PT, 1989-1992). A Comissão reuniu parlamentares, técnicos das agências públicas ligadas ao setor habitacional, acadêmicos e membros dos diferentes movimentos de moradia e sem-teto do centro. O objetivo era “analisar a situação da área consolidada da

cidade, em particular seu esvaziamento econômico, imobiliário e populacional, e propor medidas para incrementar o uso habitacional na região, em particular no que se refere à moradia de interesse social" (São Paulo, 2001: 1). O **Relatório Final** (São Paulo, 2001), além da compilação de todos os debates, trouxe uma série de estudos sobre a situação habitacional na área central, sobre as ocupações de imóveis pelos movimentos, sobre os programas e recursos existentes.

Era o primeiro ano do governo de Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores (PT), na Prefeitura e várias propostas dos movimentos de moradia e sem-teto vinham contempladas no plano de governo, a começar pela produção de habitação de interesse social na área central. Alguns dos coordenadores dos movimentos filiados à União dos Movimentos de Moradia (UMM) foram convidados a trabalhar no governo e nas assessorias dos vereadores do PT. Esperavam-se avanços significativos nos programas habitacionais e, apesar das ocupações não terem cessado, os protestos não se direcionavam mais para o governo municipal: os dois manifestos publicados pelo Movimento de Moradia do Centro (MMC), pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e pela Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) na ocasião de três ocupações em 2001 endereçavam-se para o governo estadual e federal. Assim foi quando, em julho de 2001, os três movimentos reuniram cerca de 1.500 pessoas e ocuparam um conjunto de prédios, em fase de construção, da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), no Brás. Em manifesto intitulado **Por falta de política habitacional, ocupamos este imóvel**, denunciavam o caráter excludente dos programas habitacionais da Secretaria Estadual de Habitação e defendiam uma política de subsídios que contemplasse a população com renda inferior a três salários mínimos. Reivindicavam ainda a construção de unidades habitacionais que funcionassem como "pulmões", ou seja, como alojamentos provisórios para as famílias retiradas de áreas de risco ou de imóveis em reforma até que fossem atendidas nos programas habitacionais.

> Por falta de Políticas Sociais e neste caso uma Política Habitacional que venha contemplar a todas as camadas sociais é que os Movimentos tomam como última saída a Ocupação [...].
>
> O Programa, passando pelo CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), está preso ao PAC-BID [Programa de Atuação em Cortiços – Banco Interamericano de Desenvolvimento] e é excludente. As famílias de baixa renda não serão contempladas nesse programa é necessário que se tenha uma Política de Subsídio que atenda esta parcela da população Sem Teto da Região Central.
>
> Também é necessário que se criem Programas para atender aos idosos e aqueles(as) que hoje estão na Rua, como também aqueles que não têm parceiros ou parceiras. Acreditamos que esse

> seria o Aluguel Social e que esse valor não venha a ultrapassar 10% (dez por cento) da renda familiar.
>
> Há 3 anos na CDHU falava-se que nesta área seriam construídos 360 (trezentos e sessenta) unidades habitacionais que serviriam como PULMÃO, para as famílias que estavam morando em imóveis que viessem a ser reformados ou construindo um novo empreendimento no local.
>
> O que percebemos é que na CDHU o Governo Estadual mudou o tom da conversa, não se fala mais em PULMÃO e sim, em sorteios sem nenhuma discussão com os Movimentos, perdendo totalmente sua característica inicial (MMC; MSTC; ULC, jul. 2001).

Em novembro, os três movimentos voltaram, juntos, a organizar ocupações, desta vez em dois prédios públicos, um federal e outro estadual[20]. Reivindicavam a transformação de um dos imóveis em moradia popular e programas habitacionais autogeridos que atendessem famílias com renda de até três salários mínimos. O manifesto endereçava-se ao "ao governador federal e estadual, à imprensa – jornais, rádio e TV – e à população da cidade de São Paulo".

> A única forma de fazer valer a Lei é lutar, ocupando os espaços vazios, para transformá-los em nossa moradia. Por isso, ocupamos este prédio da rua Bráulio Gomes, 139, que está vazio e abandonado há vários anos. Não podemos aceitar esse desperdício criminoso. Esse imóvel pertence ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social. Queremos transformá-lo em moradia popular e dar uma finalidade social a ele. Enquanto esse imóvel ficar vazio, milhares de famílias não têm onde morar.
>
> Pedimos, pois, o apoio de todos os seres humanos de bem para esta nossa causa justa. Estamos solicitando ao governo:
>
> 1. queremos financiamento do governo federal para transformar esse imóvel em moradia popular;
> 2. queremos a implantação de programas habitacionais que atendam as seguintes faixas de rendimento familiar: de zero a 3 salários mínimos;
> 3. isenção de taxas e emolumentos para a aquisição da moradia popular;
> 4. que os programas habitacionais sejam desenvolvidos por meio de autogestão ou seja, em parceria entre a Associação dos atendidos e os órgãos públicos;
> 5. que tenha início o Fundo Nacional de Moradia Popular gerenciado por um conselho de representantes dos movimentos populares;
> 6. que em todos os projetos habitacionais para as famílias de baixa renda, sejam implantados programas sociais complementares, tais como: bolsa-escola, bolsa-trabalho, renda mínima, frente de trabalho, creche, cursos de alfabetização e profissionalizantes, atividades culturais, etc. (MMC; MSTC; ULC, 01 nov. 2001).

[20] Os prédios ocupados pertenciam (1) ao Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP), localizado na rua Bráulio Gomes, 139, República; e (2) ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), localizado na praça Nina Rodrigues, Liberdade. O primeiro encontrava-se ocioso havia vários anos e os movimentos reivindicavam a sua transformação em habitação popular. O segundo ainda era sede do INSS, mas seus funcionários encontravam-se em greve; assim, a ocupação consistiu em uma forma de pressão ao governo federal; por não se tratar de prédio ocioso, não entrou para a lista das ocupações.

Em 2002, foram mapeadas oito ocupações. Quatro delas ocorreram durante a segunda “megaocupação” organizada pela União dos Movimentos de Moradia (UMM) que reuniu cerca de cinco mil pessoas.

As divergências entre os movimentos de moradia e sem-teto: entre as ocupações e os canais institucionais de participação

Em 2003, contudo, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) optou por não realizar ocupações, afirmando utilizar outros canais de negociação com o governo. Já o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) junto com outros grupos ocuparam quatro prédios particulares no centro e viram frustradas pela polícia outras duas tentativas, na terceira “megaocupação” no centro da cidade. Mais de três mil pessoas participaram da ação. No manifesto divulgado, os movimentos reivindicavam o atendimento em programas habitacionais, a declaração de todos os prédios vazios por mais de dois anos como imóveis de interesse social e a utilização para habitação popular das terras e dos edifícios penhorados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Iniciavam o documento com um desabafo: “Não agüentamos esperar! Se pagar o aluguel, não come. Se comer, não paga o aluguel. É este o nosso dilema”. Terminavam-no com uma súplica: “Enquanto não houver atendimento definitivo, queremos morar nos imóveis que ocupamos”.

O jornal **Folha de São Paulo** (GÓIS; IZIDORO, 22 jul. 2003) nomeou a megaocupação como a "maior ação dos sem-teto nos últimos 14 meses" e noticiou intensamente o acontecimento até que todos os prédios tivessem sofrido reintegração de posse, menos de um mês depois[21].

A União dos Movimentos de Moradia (UMM), pela primeira vez, não participava de uma “megaocupação” na área central; já o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) explicitavam sua oposição às novas diretrizes UMM.

Houve ainda uma quinta ocupação realizada pelo Movimento de Moradia Região Centro (MMRC), dissidência do Movimento de Moradia do Centro (MMC), de um edifício particular na rua Plínio Ramos.

Naquele ano de 2003, foram publicadas diversas matérias na **Folha de São Paulo** que citavam os movimentos de sem-teto do centro de São Paulo e suas ações bem como de movimentos semelhantes em outras partes do país. Entre estas matérias, parte significativa referia-se justamente ao processo de reintegração de

[21] No período de menos de dois meses, foram publicadas na **Folha de São Paulo** doze matérias sobre essas ocupações, as quais, somadas às veiculadas na **Folha Online**, totalizam pelo menos trinta.

posse, noticiando dia-a-dia as reações dos proprietários dos imóveis ocupados, a autorização das reintegrações, os conflitos entre a Polícia Militar e os integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto e o desalento destes últimos após as desocupações dos imóveis, visto que, muitos deles, acabavam ficando semanas acampados na rua sem terem para onde ir[22].

Em 2004, foram identificadas onze ocupações na área central, sendo que quatro não duraram mais do que vinte e quatro horas e outra sofreu reintegração de posse menos de dez dias depois. Movimentos filiados à União dos Movimentos de Moradia (UMM) voltaram a realizar, em abril[23], ocupações simultâneas pela cidade, seguidas de protestos pela cidade. No mesmo dia, houve manifestações em outras partes do Brasil, organizadas pela Central dos Movimentos Populares (CMP), pela União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM).

Ainda em 2004, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC), ocupou seis imóveis durante uma megaocupação. A ação ocorreu menos de seis horas depois de fechadas as urnas das eleições municipais de São Paulo, cujo vencedor foi José Serra, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Nessas últimas ocupações, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) já havia rompido definitivamente com a União dos Movimentos de Moradia (UMM), formando, em conjunto com outros dois movimentos de sem-teto do centro – o Movimento de Moradia Região Centro (MMRC) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) – e de outras regiões da cidade a Frente de Luta por Moradia (FLM). Esta, do mesmo modo que a União dos Movimentos de Moradia (UMM), transformou-se em uma “entidade” aglutinadora de uma série de movimentos populares que estruturavam suas demandas em torno do direito à moradia.

Em março de 2005, a União dos Movimentos de Moradia (UMM) organizou duas “ocupações relâmpago” ou “ocupações denúncia”, ou seja, aquelas em que não havia intenção de permanecer nos imóveis, mas apenas de pressionar o poder público a atender as reivindicações. Desse modo, seus integrantes entravam no imóvel e, horas depois, desocupavam-no. Foi assim com uma fábrica em ruínas de propriedade

---

[22] Veja-se o caso das ocupações simultâneas de quatro imóveis realizadas pelo MSTC. No período de menos de dois meses, foram publicadas na **Folha de São Paulo** doze matérias, as quais, somadas às veiculadas na **Folha Online**, totalizam pelo menos trinta textos sobre aquelas ocupações.

[23] No campo, desde o massacre de Eldorado dos Carajás, em 19 de abril de 1996, quando dezenove integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foram assassinados pela Polícia Militar do Pará, o mês de abril tornou-se palco da “jornada de luta pela reforma agrária” com ocupações de terras improdutivas e protestos em todo o país. Essas manifestações, em diversos veículos da imprensa, passaram a ser denominadas “abril vermelho”. Na cidade de São Paulo e em outros centros urbanos, esse mês também tornou-se simbólico para os protestos de movimentos populares.

do Instituto do Seguro Social (INSS), no Brás, e com um terreno da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), no Jaraguá, zona oeste, ambos desocupados pacificamente no mesmo dia. Em novembro, a UMM, em parceria com a Federação das Associações de Moradores do Estado de São Paulo (FACESP), voltou a realizar "ocupações-relâmpago" e simultâneas pela cidade em imóveis de propriedade do governo municipal, estadual e federal, incluindo dois na área central; ao mesmo tempo, organizou passeatas pela cidade.

Dias antes, a Frente de Luta por Moradia (FLM) havia ocupado, em uma mesma noite, cinco imóveis, três deles na área central. Todos foram desocupados em seguida e a FLM conseguiu marcar reuniões com o poder público e entregar o cadastro de membros do movimento para que fossem atendidos nos programas habitacionais (O ESTADO DE SÃO PAULO, 04 nov. 2005). Antes disso, em maio, a FLM ocupara um edifício do Instituto Nacional do Seguro Social, na avenida Nove de Julho, República, reivindicando a realização de uma reunião com representantes do Ministério das Cidades; o objetivo era pressionar o governo federal a liberar vinte e três terrenos e imóveis para a construção de moradia, além de reformar o prédio ocupado. No mesmo dia, a reunião foi marcada e o imóvel desocupado.

A paralisação dos programas habitacionais e a intensificação das reintegrações de posse

É importante notar que, apesar de realizarem protestos separadamente, a Frente de Luta por Moradia (FLM) e a União dos Movimentos de Moradia (UMM) possuíam pautas de reivindicações comuns. E, além das demandas que vinham se repetindo praticamente durante uma década de ocupações na área central, também reclamavam a retomada de programas habitacionais iniciados durante o governo de Marta Suplicy (PT, 2001-2004), e interrompidos pela gestão de José Serra (PSDB, 2005-2006). As reivindicações incluíam, assim, não apenas a construção de unidades habitacionais, a abertura de canais de diálogo com as três esferas de governo, o repasse dos imóveis ociosos para os movimentos de moradia para serem transformados em habitação de interesse social e a liberação de recursos para mutirão, como também a volta dos programas municipais Bolsa Aluguel, Locação Social e das reformas de prédios na área central.

Além da paralisação daqueles programas que vinham, em certa medida, atendendo as demandas dos movimentos de moradia, 2005 foi um ano com diversas reintegrações de posse, algumas bastante violentas, como a de um edifício na rua Plínio Ramos ocupado pelo Movimento de Moradia Região Centro (MMRC). Apesar de vários esforços do MMRC, de entidades de direitos humanos e de advogados, a

reintegração de posse foi executada. Na fachada do prédio, uma série de faixas trazia reivindicações por moradia: “Sr. Juiz, o direito à moradia é mais do que o direito à propriedade abandonada” ou “Não queremos guerra. Ocupamos para conquistar nossos direitos roubados pelo capitalismo” (FÓRUM CENTRO VIVO, 2006: 31-48). Cento e vinte policiais participaram da ação que terminou com vinte sem-teto e universitários detidos e vinte e cinco pessoas feridas, incluindo cinco policiais, um jornalista e um cinegrafista. As famílias passaram semanas acampadas em frente ao prédio lacrado com alvenaria para evitar novas ocupações.

Naquele ano, também a mais antiga ocupação da área central sofreu reintegração de posse. Tratava-se do imóvel da Secretaria Estadual da Cultura, na rua do Ouvidor, Sé, ocupado havia quase oito anos pelo Movimento de Moradia do Centro (MMC). A desocupação foi pacífica depois de anos de disputas entre governo e movimento. Ocorreu em um momento de fragilidade do MMC, quando a sua principal liderança sofria processo judicial e encontrava-se foragida. Segundo ela, os integrantes do MMC foram induzidos a relacionar a desocupação do prédio à sua absolvição. O que estava acontecendo, contudo, era o desmanche de um dos maiores símbolos da luta dos movimentos de moradia e sem-teto da área central.

> Tira o pessoal da Rua do Ouvidor fica mais fácil despejar qualquer outra [ocupação]. E é o que eu digo aí: o pessoal [integrantes do MMC] não teve a percepção da importância [de permanecer no prédio]! A rua do Ouvidor era um símbolo! Não era um símbolo do MMC não! A rua do Ouvidor era um símbolo da luta na região central, a praça mais velha, completando oito anos (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

De fato, a ocupação da rua do Ouvidor era a mais antiga da área central. Acumulava um histórico de parcerias e resistência. Ali ocorrera a experiência inédita de sistematização de uma proposta de reciclagem dos prédios ociosos na área central da cidade, durante o Laboratório Integrado e Participativo de Requalificação de Cortiços: centenas de estudantes, professores de universidades brasileiras e européias, laboratórios de extensão universitária, integrantes de centros de direitos humanos, de organizações não-governamentais, de assessorias técnicas e jurídicas reuniram-se para analisar o perfil e as demandas dos moradores da ocupação, as condições físicas e jurídicas do imóvel; elaboraram um projeto de reciclagem do prédio para construção de unidades habitacionais, exposto na 4ª Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo e publicado em livro (SANTOS, André et al, 2002), em português e em inglês. No prédio da rua do Ouvidor também funcionavam grupos de alfabetização de adultos, além de espaços de formação política e de estudos. Entretanto, não houve disposição para negociação e o prédio permanece vazio.

Em 2006, houve ao menos cinco ocupações de imóveis ociosos na área central: duas realizadas pela União dos Movimentos de Moradia (UMM)[24], uma terceira pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC), e duas pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC).

Em 2007, o Fórum de Cortiços e a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) participaram, em conjunto com outros movimentos da União dos Movimentos de Moradia (UMM), de três “ocupações-relâmpago”, sendo que duas foram impedidas pela polícia e a terceira durou apenas algumas horas. No mesmo dia, houve protestos pela cidade de São Paulo e manifestações em pelo menos onze Estados brasileiros e em Brasília. Em carta aberta, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), da qual a UMM faz parte, afirmou que as medidas do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) destinaram R$ 2,6 bilhões à habitação, mas apenas metade desse valor ficou sob o controle do Conselho Gestor do Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social. Para a UNMP, isso significava a “pulverização de investimentos'”, permitindo que a verba fosse redirecionada para a classe média e deixasse de fora a população com renda de até três salários mínimos, a qual corresponde por 80% do *déficit* habitacional no Brasil (DURAN; SOARES, 10 abr. 2008). O Ministério das Cidades informou em nota que abrira em abril chamada pública para que os municípios apresentassem projetos de moradia popular; para a capital paulista, haviam sido repassados, em 2006, R$ 19,6 milhões em dois convênios". A Prefeitura de São Paulo alegou que para resolver o problema das 800 mil famílias que vivem em situação precária na capital seriam necessários R$ 34 bilhões. A prefeitura recusou reunião com os movimentos, apontando "questão eleitoral". A Secretaria Estadual da Habitação, por sua vez, informou que sempre atendera os líderes dos sem-teto, “seguindo os princípios da legalidade e do cronograma de atendimento das famílias inscritas nos programas habitacionais'"(DURAN; SOARES, 10 abr. 2008).

A Frente de Luta por Moradia (FLM) organizou outras três ocupações. Duas delas, a do edifício São Vito e a de um prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na rua Álvaro de Carvalho, República, foram desocupadas logo em seguida pela polícia. A terceira foi no Hotel Santos Dumont, Luz, já ocupado pelo mesmo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) em 2003. Talvez esta seja a única ocupação que permanecia em andamento em outubro de 2009, quando esta pesquisa foi finalizada.

---

[24] A UMM ocupou, em 2006, um imóvel do INSS, no Brás, em abril, e, em junho, um terreno no Belenzinho, o qual, segundo a própria UMM, fora comprado durante a gestão municipal de Marta Suplicy para a construção de casas populares, mas o projeto não havia saído do papel. No mesmo dia, houve passeata organizada pelo movimento no centro de São Paulo (FOLHA ONLINE, 28 jun. 2006).

CAPÍTULO IV

As ocupações de imóveis ociosos na área central: algumas reflexões

3. Notas metodológicas

O termo “ocupação” assume, neste trabalho, um duplo sentido. Por um lado, denomina-se “ocupação” o ato de ocupar uma propriedade ociosa, ou seja, a entrada dos integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto nos imóveis, quer para ali estabelecer moradia provisória enquanto aguardam o atendimento nos programas habitacionais quer para denunciar a ociosidade da propriedade e reivindicar políticas habitacionais para a população de baixa renda. Por outro lado, a “ocupação” refere-se também à transformação da edificação ocupada em moradia provisória, o que aconteceu inúmeras vezes no período pesquisado (1997-2007). Apenas para exemplificar, é possível citar o caso do edifício da Secretaria Estadual de Cultura, localizado na rua do Ouvidor, distrito da Sé: a ocupação (ato de ocupar) pelos integrantes do Movimento de Moradia do Centro (MMC) aconteceu em 12 de dezembro de 1997, quando cerca de seiscentas pessoas, durante a madrugada, abriram a força o portão do edifício e nele entraram; a ocupação (permanência no edifício) durou quase oito anos, servindo como moradia para 83 famílias.

Considerou-se, pois, uma ocupação para cada imóvel ocupado por um ou mais movimentos de sem-teto em determinada data. Também nas “mega-ocupações” ou nas “ocupações simultâneas”, quando mais de um prédio ou terreno foi ocupado em uma única noite, contabilizou-se uma ocupação para cada imóvel. Nos imóveis ocupados mais de uma vez, mas em períodos distintos, compreendeu-se que a ação em cada data específica constituiu uma ocupação.

As tentativas de ocupação impedidas pela Polícia Militar ou por outros agentes e fatores não foram entendidas como ocupações, já que se considerou como tal a entrada nos imóveis, mesmo que a permanência ali tenha se resumido a algumas horas. Se somadas às ocupações, essas tentativas ampliariam em, pelo menos, mais oito prédios e terrenos vazios contabilizados.

É preciso ainda frisar que foram catalogadas apenas as ocupações organizadas por movimentos de sem-teto, excluindo várias ações ocorridas no período pesquisado realizadas por outros movimentos e grupos. Frise-se que essas ações também explicitam a diversidade de agentes que “disputam” o direito de habitar, de trabalhar, de permanecer no centro.

Houve ainda quatro imóveis que, quando ocupados, estavam em construção, ou seja, não haviam sido utilizados anteriormente. De um lado, havia duas obras paralisadas e envolvidas em escândalos de corrupção: a do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), na qual milhões de reais haviam sido desviados para beneficiar o juiz Nicolau dos Santos Neto; e a de um prédio produzido pela empresa privada do ramo

da construção civil ENCOL, cuja falência deixou inúmeros mutuários sem as moradias pelas quais pagaram. Essas ocupações tiveram curta duração, até porque não havia um mínimo de infra-estrutura (água, energia elétrica, etc.) para abrigar as famílias, e foram anunciadas como protestos contra a corrupção e em favor dos mutuários da ENCOL. De outro lado, estavam dois conjuntos habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano (CDHU) em construção; os movimentos ocuparam-nos com vistas a pressionar a Secretaria de Habitação a utilizar as unidades habitacionais daqueles empreendimentos como moradias temporárias para sem-teto que aguardavam atendimento.

Com as informações obtidas sobre cada uma das ocupações construiu-se um banco de dados, disponível no Anexo I. Parte dessa produção encontra-se nos quadros e tabelas apresentados neste capítulo. É necessário apontar também que as informações sistematizadas referem-se ao momento do ato da ocupação. Assim, por exemplo, o tempo de ociosidade do imóvel diz respeito ao período em que se manteve vazio até o dia em que fora ocupado pelo(s) movimento(s) de sem-teto(s); aqueles prédios ocupados mais de uma vez, mas em épocas distintas, trazem informações diferentes sobre o tempo de ociosidade.

Todo esse trabalho foi fruto da pesquisa bibliográfica e documental (em jornais, na Internet e nos arquivos dos movimentos de moradia e sem-teto) bem como da pesquisa de campo, que consistiu na visita a cada um dos imóveis identificados. Há, dados, contudo, que não foram obtidos ou mesmo que são contrastantes; nesse último, optou-se por publicar as diferentes versões sobre os acontecimentos, indicando as suas respectivas fontes.

Nos capítulos anteriores, os esforços de analisar a ação dos movimentos de sem-teto resultaram na “construção” de certos “marcos” da sua luta na área central. Pretende-se, agora, refletir sobre alguns impactos e desdobramentos dessas ações, questionando em que medida repercutiram na organização dos movimentos de sem-teto e na sua fragmentação, na formulação de suas reivindicações e nas suas conquistas.

4. As ocupações de imóveis na área central: balanço geral

A partir das entrevistas, da pesquisa bibliográfica e documental foram mapeadas 72 ocupações na área central de São Paulo, realizadas entre 1997 e 2007 pelos movimentos de moradia e sem-teto. Entre 63[25] imóveis ocupados havia prédios, casarões, instalações industriais desativadas e terrenos abandonados, nos quais funcionaram outrora agências bancárias, escritórios, repartições públicas, escolas, hospitais, hotéis, quartéis, fábricas e residências, dentre outros.

Entre os imóveis com proprietários identificados, 33 pertenciam a secretarias, autarquias, fundações e empresas públicas, e 31 a pessoas físicas e jurídicas privadas (Tabela 2).

TABELA 2. Ocupações de imóveis ociosos na área central da cidade de São Paulo organizadas por movimentos de moradia e sem-teto, de acordo com o ano de realização e o proprietário (1997-2007).

ANO	PROPRIEDADE			TOTAL
	PÚBLICA	PRIVADA	SEM INFORMAÇÃO	
1997	5	0	0	5
1998	1	2	0	3
1999	8	9	1	18
2000	0	1	0	1
2001	2	1	0	3
2002	3	4	1	8
2003	0	5	0	5
2004	4	4	5	14
2005	6	1	0	7
2006	2	2	1	5
2007	2	2	0	4
Total	**33**	**31**	**8**	**72**

Fonte: pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

[25] Alguns imóveis foram ocupados mais de uma vez pelos movimentos de moradia e sem-teto, por isso, ao final, não somam 73 e sim 63. São eles:

- Casarão da rua do Carmo, 88, Sé, da Secretaria Estadual da Fazenda, ocupado entre 13 de junho e 06 de agosto de 1997 pela ULC, e durante dezoito horas pelo movimento Novo Centro, em 08 de dezembro de 1999.
- Edifício da Caixa Econômica Federal, na rua Gravataí com a rua João Guimarães Rosa, Praça Roosevelt, República, ocupado por movimentos ligados à UMM, em 2002 e em 2007, e à FLM, em 2004.
- Hospital na rua 21 de Abril, Brás, ocupado em 1999 por dois movimentos (até, pelo menos, 2001), em 2005 e em 2006, pelo MTSTRC (1999 e 2006), pela ULC (1999) e pela UMM.
- Hotel Santos Dumont, na rua Mauá, 340, Luz, ocupado durante quase dois meses em 2003 e em 27 de março de 2007 (permanece ocupado ainda em 2009), ambas as vezes pelo MSTC.
- Prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na avenida Nove de Julho, 570/584, República, ocupado entre 1997 e 2003, pelo Fórum de Cortiços e pelo MSTC, e em 01 de maio de 2005, durante 17 horas, pelo MSTC.
- Galpão do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), na avenida Rangel Pestana, 1.099, Brás, ocupado em 2002, 2005 e 2006, por movimentos ligados à UMM.

Entre os imóveis de propriedade pública, 18 (54,5%) pertenciam ao herário estadual[26] e 14 (42,5%) ao federal[27]; apenas um imóvel era de propriedade de empresa pública municipal (Companhia Metropolitana de Habitação) (Tabela 3).

TABELA 3. Imóveis públicos ocupados por movimentos de moradia e sem-teto na área central da cidade de São Paulo, de acordo com a esfera à qual se vinculam (1997-2007)

ANO	ESFERA			TOTAL
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL	
1997	1	4	0	5
1998	1	0	0	1
1999	2	7	0	9
2000	0	0	0	0
2001	0	2	0	2
2002	3	0	0	3
2003	0	0	0	0
2004	2	2	0	4
2005	3	2	1	6
2006	1	1	0	1
2007	2	0	0	2
Total	14	18	1	33

Fonte: pesquisa bibliográfica, documental e de campo.

Entre os movimentos que organizaram as ocupações encontrava-se o Fórum de Cortiços e Sem-Teto, a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), o Movimento de Moradia do Centro (MMC), o Movimento de Moradia Região Centro (MMRC), o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) e o Movimento de Moradia Novo Centro[28], além da União dos Movimentos de Moradia (UMM) e da Frente de Luta por Moradia (FLM), “entidades” que reúnem vários movimentos de moradia do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo, respectivamente.

Entre as “mega-ocupações”, ou seja, as ocupações simultâneas de vários imóveis pela cidade, foram identificadas nove. Os movimentos ligados à União dos Movimentos de Moradia organizaram seis delas, em outubro de 1999, maio de 2002, abril de 2004, março e novembro de 2005 e abril de 2007. A Frente de Luta por

[26] Foram ocupados os seguintes imóveis do governo estadual, de acordo com as estruturas às quais são vinculados e a quantidade de prédios e terrenos ocupados entre parêntesis:

- Secretarias estaduais: de Cultura (1), de Educação (1), da Fazenda (5) e Segurança Pública (1).
- Empresas: Banco do Estado de São Paulo (Banespa) (1), privatizado após a compra pelo banco Santander; Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) (4), Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) (1).
- Autarquias: Instituto de Previdência do Estado de São Paulo (IPESP) (1); Universidade de São Paulo (USP) (1).
- Fundações: Programa de Proteção e Orientação ao Consumidor (PROCON) (1); Centro de Educação Socioeducativo ao Adolescente, antiga FEBEM (1).

[27] Foram ocupados cinco imóveis da Caixa Econômica Federal, oito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e um do Tribunal Regional do Trabalho (TRT).

[28] O único movimento cuja ação resumiu-se ao ano de 1999 e sobre o qual não foram obtidas maiores informações foi o Novo Centro. É possível que suas ações tenham se resumido àquele ano apenas ou mesmo que tenham se vinculado a um outro movimento, o MTSTRC, mas não há elementos suficientes para afirmá-lo.

Moradia realizou três mega-ocupações: em outubro de 2004, novembro de 2005 e outubro de 2006. Houve ainda a ocupação simultânea de quatro imóveis, todos no centro, em julho de 2003 organizada pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) (Tabela 4).

TABELA 4. Ocupações de imóveis ociosos na área central de São Paulo, de acordo com o ano de realização e o movimento de sem-teto que organizou a ação (1997-2007).

ANO	MOVIMENTO DE MORADIA E SEM-TETO									TOTAL
	FLM	Fórum de Cortiços	MMC	MMRC	MSTC	MTSTRC	Novo Centro	ULC	UMM	
1997	-	3	-	-	-	-	-	2	0	5
1998	-	1	1	-	-	1	-	0	0	3
1999	-	6	1	-	-	2	3	2	3	17
2000	-	0	0	-	1	0	0	0	0	1
2001	-	0	2	-	2	1	0	2	0	7
2002	-	0	0	-	3	2	0	1	2	8
2003	-	0	0	1	3	1	0	0	0	5
2004	-	0	0	2	7	4	0	1	1	15
2005	4	0	1	0	0	0	0	0	2	9
2006	0	0	0	0	2	1	0	0	2	5
2007	1	1	0	1	2	1	0	0	0	6
TOTAL	**5**	**11**	**5**	**4**	**20**	**13**	**3**	**8**	**10**	**81**

Observações:

- Algumas ocupações foram realizadas por determinado movimento de sem-teto e depois passaram a ser coordenadas por outro, o que aconteceu devido a divisões internas. Na tabela 4, considerou-se como autor apenas o movimento que realizou o ato da ocupação.
- A autoria das ocupações simultâneas foi atribuída às "entidades" FLM e UMM às quais são vinculados os movimentos de moradia quando não se obteve informações sobre os movimentos que as realizaram. Quando se encontrou referência aos movimentos de moradia e sem-teto e estes atuavam na área central, a autoria foi atribuída a eles e não à "entidade", mesmo quando realizada durante ocupação simultânea.
- Quando a mesma ocupação foi realizada por diferentes movimentos que atuam no centro, computou-se como uma ocupação por movimento, na tabela 4. Entretanto, computou-se, nas demais tabelas, como uma única ocupação (a quantidade de ocupações corresponde à quantidade de imóveis ocupados).

O Quadro 1 resume parte das informações obtidas sobre as ocupações de imóveis ociosos na área central. Esse material encontra-se detalhado no Anexo I.

QUADRO 1. Imóveis na área central ocupados pelos movimento de moradia e sem-teto (1997-2007).

4. Ocupar (também) para morar

a. Das ocupações como alternativas habitacionais temporárias às reintegrações de posse

"Toda ocupação tem setenta e cinco por cento de chance de ser despejada". É com essa perspectiva que os movimentos de moradia e sem-teto trabalham, segundo o coordenador do Movimento de Moradia do Centro (MMC) (depoimento, 2008). Como quem geralmente participa dessas ações paga aluguel ou mesmo vive nas ruas, se a ocupação estiver entre as vinte e cinco por cento que não resultam em despejo imediato, as pessoas deixam os cortiços e a rua para morar nela.

> O camelô Paulo César Rosa, antes de mudar para o imóvel da USP, contou que o despejo, no cortiço [em que morava], era inevitável. "O despejo já estava decretado desde a semana passada e a execução estava prevista para hoje [ontem]. Eles [a polícia] não vieram até agora, mas nós não vamos ficar mais aqui" (OLIVEIRA, 03 abril 1997).

Paulo, como as outras trinta famílias que moravam no cortiço da rua Tomás de Lima, Sé, e seriam despejadas, participou da ocupação organizada pelo Fórum de Cortiços do conjunto de casas pertencente à Universidade de São Paulo (USP), na rua Pirineus, Santa Cecília. Ali pretendia permanecer e constituir moradia, enquanto negociava com o poder público a reforma do imóvel para adequá-lo às suas necessidades habitacionais. Foi assim que aquele como diversos outros imóveis transformou-se em moradia provisória para milhares de pessoas.

Para a coordenadora do Fórum de Cortiços (depoimento, 2005), como não havia programas habitacionais, a saída era "pegar o povo despejado e ocupar prédio público". O coordenador da União dos Movimentos de Moradia (UMM) (OLIVEIRA, 26 out. 1999), na ocasião da primeira série de ocupações simultâneas de imóveis na área central, em 1999, também afirmava que a ação era, ao mesmo tempo, um protesto político e uma forma de "arrumar espaço para pessoas despejadas e sem local para morar". Os manifestos e boletins publicados pelos movimentos corroboravam a necessidade imediata de alojar famílias que se encontravam nas ruas:

> Nós, trabalhadores sem teto, precisamos de moradia. O desemprego e os miseráveis salários não permitem o pagamento do aluguel. Muitos de nós já estão morando na rua. Outros, residem em cortiços, pensões e favelas, em péssimas condições. Centenas de nossas famílias estão ameaçadas pelo despejo (MSTC, 04 nov. 2002).
>
> Nas condições atuais, os pobres da cidade estão necessitando de moradia para já, agora. Estão em via de serem despejados ou já estão morando na rua ou de favores. Este elemento deve ser combinado com

> um outro aspecto conjuntural que é a grande quantidade de prédios vazios existentes na cidade. [...] Em face dessa realidade, a luta por moradia, na cidade de São Paulo, tem um potencial efetivo de desenvolvimento nos próximos anos. Especialmente a ocupação de prédios vazios para solucionar de imediato o problema da moradia de seus ocupantes e ao mesmo tempo exigir do governo investimentos na reforma e adaptação desses prédios para moradia popular e a construção de novas edificações (DEL RIO, 1998).
>
> A única forma de fazer valer a Lei é lutar, ocupando os espaços vazios, para transformá-los em nossa moradia. Por isso, ocupamos este prédio da rua Bráulio Gomes, 139, que está vazio e abandonado há vários anos. Não podemos aceitar esse desperdício criminoso. [...]. Queremos transformá-lo em moradia popular e dar uma finalidade social a ele. Enquanto esse imóvel ficar vazio, milhares de famílias não têm onde morar (MMC; MSTC; ULC, 03 nov. 2001).

A própria biografia dos integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto justificava a transformação das ocupações em habitações provisórias: tratava-se de uma população empobrecida, no geral migrante, com vínculos empregatícios instáveis e baixa escolaridade, que comprometia parte significativa da renda pagando altos aluguéis nos cortiços da área central. Assim foi caracterizada nos materiais publicados pelos movimentos de sem-teto e na imprensa:

> Somos famílias de baixa renda, trabalhamos na região central [...]. Somos empregadas domésticas, manicures, babás, porteiros, merendeiras, vigilantes, copeiros, auxiliares de enfermagem, faxineiros, telefonistas, carregadores, entregadores, frentistas, balconistas, operadores de caixa, cozinheiros, garçons, operadores de xerox, vendedores, ambulantes, catadores de papel, motoristas, e tantos outros (MSTC, 04 nov. 2002).
>
> O desempregado Ailton José da Silva, 31, natural de Timbaúba (PE), chegou a São Paulo há três anos. Analfabeto e sem qualificação profissional, nunca conseguiu emprego fixo e vive de bicos. Sem opções, mora em um cortiço, onde divide um quarto de menos de nove metros quadrados com a mulher e seis filhos. Há apenas uma cama. O cômodo ao lado serve de banheiro e cozinha. O vaso sanitário e a pia de cozinha dividem o mesmo encanamento. É normal um dos filhos do casal utilizar o banheiro enquanto a mãe cozinha (CABRAL, 03 nov. 1999).
>
> Luzia Gonçalves, 33, levou seus quatro filhos para a “ocupação” no hospital Umberto Primo. Antes de invadir o prédio do hospital com outras mães como ela, Luzia vivia em um cortiço no bairro do Cambuci, no centro da cidade, fugindo do fim do casamento e da vida como lavradora em Piedade (98 km de SP). “Pagava R$ 250 por um quarto cheio de ratos e úmido. A casa não tinha telhado, pois já tinha começado a ser demolida, mas arrumei um plástico para fazer a cobertura”, disse (OLIVEIRA, 07 out. 1998).

Cabe destacar o grande número de mulheres nos movimentos de moradia e sem-teto, o que não se configura como algo excepcional quando se trata de um

movimento popular urbano e já podia ser observado no Movimento dos Quintais da Mooca. De acordo com as coordenadoras do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), as mulheres sempre foram maioria, embora tenha se ampliado a participação masculina: “Se você pegar umas foto da nossa [reunião] ampliada de três, quatro anos atrás, você só vai ver mulher. Ontem se você viesse aqui, nós podemos dizer que estava quarenta [homens] para sessenta [mulheres], trinta para setenta” (Coordenadoras do MSTC: depoimento, 2005).

> [...] está vindo um maior número de homens participar [do MSTC] e isso é muito bom, porque antigamente as mulheres vinham participar escondidas do marido, não é? Se o marido descobrisse que estava participando da moradia, nossa, era uma briga! Aí quando conquistava a casa ele era o primeiro a pegar a chave e abrir a porta. E hoje em dia não, hoje em dia está tendo uma participação maior e isso para nós é bom, porque é um homem a menos que deixou de se entregar para a bebida, para a droga e vem para a luta mesmo e se tiver uma maior conscientização deles é bem melhor, nós vamos conseguir ter um número maior de famílias (Coordenadoras do MSTC: depoimento, 2005).

Apesar da precariedade da vida nas ocupações, elas ofereciam uma alternativa para as famílias, garantindo abrigo, proximidade em relação ao local de trabalho e acesso aos serviços, equipamentos e infra-estrutura da área central. Entretanto, eram milhares de pessoas que vivenciavam a mesma situação e que não tinham acesso aos programas habitacionais e de assistência social do Estado. Os movimentos acabaram, pois, cumprindo o papel de encontrar soluções no curto e médio prazo para elas e, desse modo, se viram diante da necessidade de realizar sucessivas ocupações.

> [No início, a idéia era ocupar] para morar, porque as famílias estavam despejadas e não tinham para onde ir. Nós, o Fórum dos Cortiços e todas as ocupações que nós fizemos... foram muitas ocupações. Por exemplo, em 99, só no ano 99, fizemos seis ocupações. Foi uma loucura isso para a gente. Imagina, você saia de uma ocupação estava dentro de outra (Coordenadora do MMC: depoimento, 2005).

> Se tivesse moradia, se o governo olhasse, não teria ocupação. Mas como ele não está nem aí, a forma de acudir as pessoas [é ocupar prédio]. Se é a melhor forma, se é a pior, não sei te falar, mas na nossa cabeça é melhor, porque você está tirando as pessoas da rua, tirando crianças, idosos, porque é muito cômodo você passar e ver as pessoas jogadas na rua. [...] Essas ocupações, no momento, [...] o movimento está fazendo o papel de assistencialismo, infelizmente (Coordenador da ULC: depoimento, 2005).

Todavia, da mesma forma que as ocupações se transformaram em uma solução habitacional emergencial, quando ocorriam reintegrações de posse várias famílias ficavam ao relento. Foi assim que, com o passar do tempo, os movimentos se

depararam com a demanda das pessoas despejadas tanto dos cortiços quanto das ocupações. Em julho de 2003, por exemplo, os integrantes do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC), com as sucessivas reintegrações de posse de quatro hotéis no centro, migraram de uma ocupação para outra, até não sobrarem alternativas e acamparem em frente à sede da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), durante uma semana. Saíram de lá para um terreno na periferia leste da cidade, sem infra-estrutura para abrigá-los. O caso foi descrito pelo jornal **Folha de São Paulo**:

> A coordenação do Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) ainda não sabe para onde levar os sem-teto que participaram de uma série de invasões a prédios do centro de São Paulo deflagrada no final de julho.
>
> A Justiça já concedeu a reintegração de posse do antigo hotel Santos Dumont, na rua Mauá, invadido por 600 sem-teto. Na próxima semana, vence o prazo para a desocupação de um edifício residencial na rua Aurora. A permanência de 208 famílias em um terreno na zona leste, cedido pelo governo do Estado, está garantida só até o dia 29.
>
> Desde as invasões, as famílias que estão nesse terreno já passaram por três lugares: retiradas do antigo hotel Danúbio (na av. Brigadeiro Luís Antônio), acamparam na frente da CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo), até serem alojadas na zona leste, em uma área onde havia apenas um circo abandonado.
>
> A situação no terreno ficou mais difícil depois que os sem-teto ficaram sem água. Ela era retirada de uma favela próxima, mas o uso excessivo levou à falta de água na favela União. A luz é fornecida por um bar das proximidades, cujo dono, segundo o coordenador do movimento, Hamilton Silvio de Souza, aceitou receber R$ 100 por 30 dias de consumo de "três bicos de luz".
>
> Segundo Souza, a ajuda da CDHU se restringiu a barracas e banheiros químicos. Por causa do frio dos últimos dias, muitas crianças estão com dor de ouvido (FOLHA DE SÃO PAULO, 16 ago. 2003).

Também se tornou bastante conhecida a experiência em um edifício particular na rua Plínio Ramos, Luz, ocupado pelo Movimento de Moradia Região Centro (MMRC) durante quase três anos. Depois da reintegração de posse, quarenta e cinco famílias passaram três meses acampadas na calçada, em frente ao prédio: montaram abrigos com papelão e madeira, improvisaram cozinha comunitária e utilizavam banheiro de outras ocupações e do comércio local, enquanto o imóvel era lacrado com cimento.

> Depois do violento despejo [do prédio da rua Plínio Ramos], nós estamos lá na rua. [...] Vai para um mês que estamos lá, todo mundo... Tiveram famílias que saíram, teve uma família que alugou um quarto lá na Cidade Tiradentes [periferia leste de São Paulo]: ela tem cinco filhos, hoje a mulher foi me falar que não vai ficar lá, que o máximo que eles vão ficar é esse mês, porque eles já pagaram... eles trabalham na [rua] 25 [de Março, Sé] e moram lá na Cidade Tiradentes... Está vendo porque que o movimento faz a luta no centro? (Coordenador do MMRC: depoimento, 2005).

Na mesma época e em uma rua vizinha à Plínio Ramos, outras oitenta famílias que não se encontravam organizadas em movimentos de sem-teto acamparam na calçada depois de despejadas de um edifício na rua Paula Souza. A imprensa passou a noticiar o acontecimento como a “favelização das ruas” e a denunciar o incômodo aos comerciantes locais (BRITO, 13 out. 2005. FOLHA DE SÃO PAULO, 14 out. 2005). Programas como Bolsa-Aluguel e Moradia Transitória, utilizados outrora em situações semelhantes para atendimento emergencial das famílias de sem-teto, haviam sido suspensos pelo governo.

Foto: Mariana Cavalcante (FÓRUM CENTRO VIVO, 2006: 47).

FIGURA 5. Acampamento dos integrantes do MMRC na rua Plínio Ramos, depois da reintegração de posse do prédio ocupado entre 2003 e 2005 (2005).

b. A organização do dia-a-dia das ocupações

Manter os imóveis ocupados por centenas e, às vezes, milhares de pessoas trouxe diversos desafios para os integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto: tornar os locais habitáveis, garantir a segurança de todos, estabelecer regras de convivência, conseguir pagar as contas de água e energia elétrica, dentre muitos outros aspectos.

Para tornar os prédios relativamente habitáveis, após as ocupações era comum a organização de mutirões de trabalho: retirava-se o entulho acumulado e objetos deixados pelos proprietários, limpavam-se as dependências, realizavam-se as ligações de água e de energia elétrica. Em seguida, a elaboração do regulamento interno objetivava "estabelecer regras claras que garantam condições dignas de convivência coletiva às famílias moradoras" (MSTC; MTSTRC, jul. 2003). No geral, entre os principais interditos constava o consumo de drogas e álcool, os furtos e roubos bem como a violência, sobretudo contra mulheres e crianças. O trecho do regulamento interno das ocupações de julho de 2003, organizadas pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) recupera a dimensão dessa organização:

> - São proibidas agressões físicas e ofensas pessoais e morais, entre os moradores (especialmente, espancamento de mulheres e crianças).
> - É proibido consumir drogas dentro da ocupação.
> - É proibido ingressar no prédio em estado de embriaguês.
> - É proibido perturbar a convivência entre as famílias.
> - Entre as 22 e 6 horas da manhã, não é permitido fazer barulho nos cômodos ou nos corredores e escadas. Evitar fazer barulho (e ligar o som alto) mesmo dentro do horário permitido, respeitando o direito ao descanso de quem trabalhou, o sono dos bebês, a pessoa que esteja doente, o horário de estudos das crianças (MSTC; MTSTRC, jul. 2003).

Só poderiam habitar os prédios famílias cadastradas nos grupos de base dos movimentos e que participavam das ocupações. A entrada e a saída de pessoas eram controladas e as visitas permitidas até às 21 horas. Toda ocupação elegia uma coordenação geral, formada por representantes dos andares, por responsáveis pelas comissões de trabalho e por outros coordenadores eleitos pela assembléia geral, órgão máximo e soberano de decisão. As famílias deveriam participar das atividades coletivas, tais como assembléias, atos e reuniões, "para contribuir com o avanço da luta por moradia" (MSTC; MTSTRC, jul. 2003). O não cumprimento das regras poderia resultar em advertências, obrigatoriedade de reparação de danos ou mesmo expulsão das ocupações, sendo que estava estabelecido o direito de defesa na assembléia geral (MSTC; MTSTRC, jul. 2003).

A divisão de tarefas, ponto essencial da organização das ocupações, no geral, referia-se à portaria, na qual os homens permaneciam de plantão, e à limpeza das áreas comuns, atividade feminina. Grupos de estudo e de alfabetização de adultos também se tornaram comuns nas ocupações, e as próprias assembléias eram consideradas espaços de formação política: "E mesmo a ocupação não é para depósito de gente, é para atividade. Então as reuniões são um momento de

informação, a assembléia também é outro momento de informação" (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

> Fizemos ocupações para morar e para denunciar. Nosso movimento sempre procurou fazer aquilo que o povo pede e, pensando muito além, nós tínhamos dentro da ocupação [da rua Plínio Ramos] uma oficina de costura, aula de alfabetização, aula de computação, aula de artesanato e tinha uma horta agrícola de uns companheiros da USP que foram lá, com uma experiência de usar garrafa *pet* para plantar alface, coentro... essas coisas todas. E você vê que o movimento não pensa só na moradia, o ideal seria moradia e renda, mas como nós ocupamos o centro, não tem um espaço para, dentro da ocupação, ele gerar a própria renda, como o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra], que ocupa mais para produtividade, então, sem moradia, sem renda, não vive. O meu sonho era que o movimento tivesse uma casa que comportasse crianças, jovens, como nós temos o exemplo de São Bernardo do Campo, que tem o espaço Che Guevara, onde as mães deixam os filhos lá, vão trabalhar, e depois volta para buscar o filho nessa escola. É uma escola que vive de doações e não cobra nada pra essas mães, tem três refeições e são muito bem tratadas (Coordenador do MMRC: depoimento, 2005).

Algumas coordenadoras dos movimentos de sem-teto destacaram o papel da organização dos movimentos e da convivência nas ocupações na vida dos seus moradores. Segundo elas, as pessoas adquirem uma certa "humanidade" dentro dos movimentos, tornam-se cidadãs e solidárias:

> [...] porque aqui [na ocupação da rua do Ouvidor] tem uma história [...] de alfabetizar, de resgatar a cidadania. Nós tínhamos pessoas que dizem, hoje em dia, que quando entraram aqui eram um bicho e saíram daqui gente. Que [onde] viviam, onde moravam brigavam, puxavam arma e aqui não (Coordenadora do MMC: depoimento, 2005).

Durante a entrevista concedida para esta pesquisa, o grupo de coordenadoras do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) relatou como chegou ao movimento e as mudanças ocorridas nas suas vidas. Uma delas trabalhava na lavoura do interior de São Paulo como bóia-fria e veio para a capital aspirando a melhoria nas suas condições de vida. Quando chegou aqui não conseguiu trabalho e morou, com marido e filhos, na rua. Segundo ela, quando se vive na rua, a forma de defesa é a "cara feia". Com a participação no MSTC, ela teria mudado e não conseguiria mais viver sem esse "coletivo".

> **Bárbara**: Posso dizer? A Isabel [uma das coordenadoras do MSTC presente na entrevista], quando ela chegou aqui, você olhava para ela, ela rosnava (risos). Pisasse torto com ela, você apanhava. Hoje não, hoje ela sempre conversa.
> **Rosa**: Nós, a gente, eu também vim assim, eu vim para São Paulo – sou do interior, ex-bóia-fria – [...] com o objetivo de conseguir uma coisa melhor para a minha família [...]. Enfim, aí eu vim para cá e me

> deparei com a realidade. Morei na rua também, morei em cortiço e, quando a Bárbara fala assim: "Não olhava para a Isabel porque ela rosnava...", é a nossa maneira, de quem mora na rua, de se defender, entendeu, é com a cara feia.
> **Bárbara**: A Rosa, então! A Rosa usava um vestido por aqui, um chinelo Havaiana, o cabelo aqui na frente, não levantava a cabeça para nada... [...] Aí o pessoal começou a puxar: "Rosa, vem, vem, vem, vem". [...] Está aí, hoje é coordenadora geral [do MSTC].
> **Isabel**: E, é assim, a história não é nem a questão do que que a gente consegue, é realmente o resgate, porque o resgate não é só a nível da gente só, o pessoal, o resgate é que a gente começa a ter uma consciência que tem que resgatar outras pessoas também, entendeu? Isso é o mais importante no movimento, não é o que eu consegui no material, não é nada disso, o importante pra mim é a minha consciência. Hoje eu sou capaz de chegar num pessoal de rua, sentar com o pessoal de rua, eu sou capaz de ir numa cadeia, sentar com o pessoal da cadeia (Coordenadoras do MSTC: depoimento, 2005)[29].

Em estudo sobre a gestão de cinco edifícios reabilitados ou reciclados pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), Costa (2009) constatou que, depois de atendidas nos programas habitacionais, muitas pessoas abandonaram o movimento de moradia e sem-teto do qual faziam parte. Nesses casos, a administração dos imóveis apresentou maior número de problemas, os quais abrangiam desde a dificuldade de pagamento de taxa condominial e de arrendamento até furtos, depredação dos espaços comuns e tráfico de drogas. A alta rotatividade de moradores contribuiria para agravar esses problemas. Menores dificuldades foram encontradas em edifícios onde os moradores possuíam vínculos mais consolidados com os movimentos ou nos quais viviam lideranças daqueles mesmos movimentos: as relações com a vizinhança e o sentimento de solidariedade favoreceriam a gestão dos edifícios (COSTA, 2009: 137).

É possível, pois, sugerir que as ocupações não consistiram apenas em "soluções" habitacionais emergenciais, mas, em certa medida, em lugares de práticas coletivas e organizadas. Talvez ali tenham sido elaboradas, para recuperar a noção de "sujeito coletivo" de Sader (1998: 55), uma coletividade por meio da qual seus membros tentavam expressar suas vontades e demandas, bem como defender seus interesses.

c. Os problemas estruturais dos imóveis

Se, após as ocupações, fazia-se necessária a mobilização coletiva para organizar as regras de convivência, limpar os espaços, os integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto também enfrentavam as condições estruturais dos imóveis. Fechados durante anos, muitos prédios, casarões e galpões acumulavam infiltrações e

[29] Para preservar a identidade das entrevistadas, os nomes utilizados são fictícios.

vazamentos, fiações elétricas desgastadas, ferragens expostas e oxidadas, além de equipamentos abandonados e toneladas de entulho.

> “Na noite após a ocupação é muita tensão. Ficamos acordados a noite inteira. É muita tensão”, disse Lisete Gomes da Neves, da coordenação do Fórum de Cortiços. “Todos os prédios de ocupações são perigosos, sem manutenção, sem fiação. Mas é como em qualquer cortiço. Pelo menos é melhor que nos lugares onde eles [participantes da ocupação] viviam”, disse Evaniza Rodrigues, da UMM [União dos Movimentos de Moradia] (IZIDORO, 09 nov. 1999).

A descrição da situação do prédio da rua do Ouvidor, ocupado pelo Movimento de Moradia do Centro (MMC), expõe as dificuldades de, sem os recursos necessários, adaptar para o uso residencial imóveis originalmente construídos para outros fins e não reproduzir as condições de habitabilidade dos cortiços:

> O uso distinto daquele previsto no seu projeto original exigiu adaptações [no prédio da rua do Ouvidor, ocupado pelo MMC] que, diante da falta de recursos e da urgência de sua implementação, resultaram em ambientes insalubres, delimitados por materiais inflamáveis ou até tóxicos, e que não respondem satisfatoriamente à demanda dos moradores.
>
> [...] Nos pavimentos, a ocupação é caótica, com unidades habitacionais de vários tamanhos e que não guardam qualquer relação com o número de moradores. As rotas de circulação são apertadas, confusas e mal iluminadas. Essa ocupação irregular propicia o aparecimento de espaços ociosos, enquanto as próprias moradias são pequenas. As várias funções de uma casa se misturam no mesmo espaço e, muitas vezes, os cômodos são separados por cortinas.
>
> Tamanha é a exigüidade do espaço que varais são erguidos nos corredores e nas varandas. Os banheiros são insuficientes e há filas para utilizar os chuveiros. A situação é agravada pela existência de vasos sanitários e pontos de água quebrados. É nos banheiros que as roupas e louças são lavadas. Apesar da falta de espaço, duas áreas grandes, no segundo e no quarto andares, foram reservadas para as atividades coletivas dos ocupantes em clara sinalização da importância de manter a organização construída no movimento de luta por moradia (SANTOS et al, 2002: 64-65).

Os riscos de acidentes e de contração de doenças eram grandes, o que ficou ainda mais evidente em 1999 quando, depois de ocupado o antigo Hotel São Paulo, Sé, uma criança caiu na caixa d’água do edifício, cuja tampa estava podre. O menino brincava com um colega dentro do prédio que, antes da ocupação pelo Fórum de Cortiços, permanecera fechado por catorze anos; a criança foi tirada com vida do local, mas faleceu logo em seguida.

Já em 2003, um incêndio destruiu quatro dos nove andares do prédio da rua Brigadeiro Tobias, ocupado em 2002 pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) juntamente com o prédio vizinho da avenida Prestes Maia. Além dos feridos, uma

criança de quatro anos faleceu. Essa foi mais uma das inúmeras catástrofes da ocupação, a começar pelo cotidiano de precárias condições de vida, como foram descritas pelos coordenadores dos movimentos e pelas matérias publicadas na imprensa:

> [...] morreu gente, morreram pessoas nossas contaminadas [nas ocupações], que perderam perna, que perderam mão, por causa desses lugares há muitos anos fechados (Coordenadora do Fórum de Cortiços: depoimento, 2005).

> Desde que o grupo invadiu o prédio [da rua Brigadeiro Tobias e da avenida Prestes Maia], que estava abandonado, várias tragédias aconteceram no local. Menos de um ano após a invasão, quatro andares do bloco A pegaram fogo. Moradores suspeitam que alguma vela tenha iniciado o incêndio, que matou uma menina de quatro anos cuja mãe havia saído para trabalhar. Tempos depois, um sem-teto de 30 anos, desempregado e com dificuldades financeiras, se jogou do décimo andar. Os moradores têm luz por meio de instalações clandestinas, os "gatos", e, do 9º ao 20º andar, a água só chega das 0h às 7h. As casas são divididas por pedaços de madeira, como se fossem barracos de uma favela. Os banheiros são coletivos, e há divisão de tarefas entre os habitantes de cada andar. Os invasores pagam R$ 20 de condomínio para manter três porteiros na entrada do prédio e fazer consertos do imóvel (BALAZINA, 01 fev. 2006).

As explicações para os incêndios não eram difíceis de serem encontradas. Mais uma vez, a descrição das condições estruturais e de habitabilidade do prédio da rua do Ouvidor torna-se bastante ilustrativa:

> De um modo geral, as instalações hidráulicas, as sanitárias e as de águas pluviais estão em estado precário. Os vazamentos são muitos e há fortes indícios de contaminação do sistema hidráulico.
>
> [...] A maioria das unidades habitacionais utiliza-se de fiação elétrica aparente. Os fios se cruzam pelos corredores e, às vezes, são utilizados como varais. É comum vários eletrodomésticos de uma moradia conectados a uma mesma tomada e as ligações de várias moradias se ligarem a um mesmo ponto de luz da instalação original. Em muitas situações os fusíveis foram eliminados, deixando a instalação sem proteção (SANTOS et al, 2002: 66-67).

A constante falta de água e de energia, um dos complicadores da vida nas ocupações, decorria das ligações clandestinas e da dificuldade para pagar no prazo determinado. Entretanto, não raro fora utilizada pelo próprio governo como instrumento para forçar a saída das famílias dos edifícios. Em 1997, por exemplo, durante a reintegração de posse do casarão da rua do Carmo, enquanto o judiciário, a Polícia Militar e os integrantes da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) negociavam uma saída pacífica, o chefe da Casa Civil ordenou o corte de água no imóvel. Em outra ocasião, segundo depoimento do coordenador do Movimento de Moradia do Centro

(MMC) (2008), o governador do Estado ordenou que a Eletropaulo, distribuidora de energia elétrica de São Paulo, interrompesse o fornecimento de energia no prédio da rua do Ouvidor. Qual era o objetivo? “Sem luz e água dentro de um prédio daquele ninguém resiste. [...] Eles [governo do Estado] apagaram a luz para a gente sair. Como a gente não saiu...”. As oitenta e sete famílias que moravam no edifício ficaram sem energia elétrica durante dois dias e só conseguiram o seu restabelecimento com um protesto na sede da Secretaria Estadual de Cultura, proprietária do edifício.

d. Violência e criminalização dos movimentos de sem-teto

Como relatado nos capítulos anteriores, a força policial foi utilizada em inúmeras ocasiões para conter as ocupações ou para executar as reintegrações de posse e a ela se somam os processos e as prisões dos integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto. Além da violência promovida pelos aparatos do Estado, é necessário ainda citar a violência urbana e doméstica vivenciada nas ocupações.

Veja-se que, apesar das rígidas regras proibindo o uso de drogas e de bebida alcoólica, o porte de armas de fogo e as agressões físicas, a violência e o tráfico de drogas não estiveram ausentes das ocupações. O casarão Santos Dumont, ocupado entre 1997 e 2001 pelo Fórum de Cortiços, transformou-se em ponto de tráfico de drogas (coordenadora do Fórum de Cortiços: depoimento, 2005). Já no prédio do INSS, da avenida Nove de Julho, tanto o pavimento térreo foi tomado por pessoas sem vínculos com o Fórum de Cortiços e que instalaram ali comércios e oficinas irregulares, quanto algumas unidades do edifício passaram a ser utilizadas por narcotraficantes; todos esses problemas somados às ligações de energia irregulares, aumentando os riscos de incêndios, tornaram a vida na ocupação perigosa, a tal ponto que, em 2003, a Prefeitura negociou a saída das famílias, atendendo-as no programa de moradia transitória (SILVA; SÍGOLO, 2007a: 15).

No prédio da rua da Abolição, Bela Vista, ocupado pelo mesmo movimento entre 1999 e 2005, depois de inúmeras tentativas frustradas de entrar no imóvel, traficantes de drogas do bairro assassinaram o responsável pela portaria do edifício. Depois do episódio, ninguém mais teve coragem de controlar a circulação de pessoas e o tráfico “entrou” na ocupação. Para realizar o cadastro das famílias nas linhas de atendimento da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), quando se negociava a desocupação do edifício, foi necessário realizar o levantamento dos moradores da ocupação em data e horário desconhecidos pelos traficantes e confrontar o cadastro da CDHU com a lista original elaborada pelo Fórum de Cortiços com os nomes dos integrantes do movimento.

> O Casarão [Santos Dumont] virou um ponto de tráfico de drogas. [...] No meio de todo esse povo que vem, você não consegue dizer quem é o traficante ou quem está envolvido com droga. Você começa a conviver com as famílias e lá dentro que você começa a ter clareza. Por exemplo, na [ocupação da rua da] Abolição nós tínhamos três famílias [envolvidas com o crime]... bastou! Era uma das melhores ocupações que nós tínhamos, a Abolição. Quer dizer, primeiro, quando o tráfico viu que não ia conseguir entrar fez o quê? Matou o porteiro. Aí ninguém mais quis ficar na portaria e aí eles entraram [...]. E nós do movimento íamos fazer o quê? Nada (Coordenadora do Fórum de Cortiços: depoimento, 2005).

Os conflitos dos integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto com traficantes que tentavam assumir o controle das ocupações ou se instalar dentro delas acabaram resultando no indiciamento pela justiça de uma dos mais antigos e conhecioas coordenadores dos movimentos populares de São Paulo, acusado de participação em um homicídio. O caso teve início em 2000 depois da reintegração de posse do prédio da massa falida do Banco Nacional, ocupado pelo Movimento de Moradia do Centro (MMC) em 1999. Os membros do MMC, na ocasião, foram encaminhados pela Secretaria Estadual de Habitação para um terreno na avenida Presidente Wilson, Vila Carioca, zona leste. Localizado próximo a duas favelas, nas quais, segundo o coordenador do MMC (depoimento, 2008), era intenso o tráfico de drogas, o acampamento tornou-se objeto de disputa. Quando chegaram na área cedida pelo governo do Estado, os integrantes do MMC já começaram a ser pressionados para abandonar o local.

> No dia que o governo autorizou a gente entrar, que foi no dia 27 de janeiro de 2000, nós estávamos aqui e os caras de carrão. Três carrões. O crime organizado. Pediram para a gente sair. “O governador que pôs a gente aqui. Não tem como a gente sair daqui agora. A gente não tem para aonde ir. Vocês têm que reconhecer isso” [responderam os integrantes do MMC] (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

Ainda assim, realizaram melhorias e reformas no terreno, definiram uma coordenação, instituíram divisão de tarefas e regras de convivência, criaram grupo de alfabetização de adultos. Entretanto, o local era distante do centro e muitas pessoas foram saindo dali e sendo substituídas por outras que não tinham vínculos com o movimento. Entre os novos moradores, alguns começaram a disputar o controle do acampamento e a questionar a legitimidade da coordenação. Tornou-se difícil garantir o cumprimento das regras do movimento e as atividades de formação foram suspensas (FÓRUM DE CORTIÇOS, 2006: 196). Em agosto de 2002, houve um homicídio no local, vitimando uma das pessoas que se opunham ao MMC, e o coordenador do movimento foi indiciado pela justiça, acusado de participação no crime. Em 2004, a juíza do Primeiro Tribunal do Júri decretou sua prisão preventiva

por co-autoria no homicídio, sob a justificativa de que, em liberdade, representaria risco à ordem pública e poderia dificultar a aplicação da lei penal. Ele ficou preso entre 5 de abril e 26 de maio de 2004. Em abril de 2005, a sentença determinou que seria submetido ao Júri Popular e decretou novamente sua prisão preventiva (FÓRUM DE CORTIÇOS, 2006: 197). Ele não voltou a se apresentar à justiça, passando a viver na clandestinidade. Em 2005 as famílias deixaram o terreno temendo agressões. No ano seguinte, foi concedido novo *habeas corpus* para o coordenador do MMC responder o processo em liberdade.

De acordo com o coordenador do MMC, não houve investigação. Para ele, o anúncio da sua prisão caracterizou-se como "perseguição estritamente política" por parte do governo do Estado. Várias campanhas foram organizadas em sua defesa, envolvendo diferentes movimentos, organizações não-governamentais, sindicatos e parlamentares, os quais publicaram manifestos, organizaram atos e audiências públicas. Esse caso tornou-se emblemático do que passou a ser denunciado como um processo de "criminalização dos movimentos sociais", ou seja, de caracterização da ação política como caso de polícia. Tratar-se-ia, pois, de um processo em que se questiona a própria legitimidade e legalidade do associativismo civil (MIAGUSKO, 2008: 58-59). Esta discussão será desenvolvida adiante, na reflexão sobre as representações da imprensa sobre a ação dos movimentos sociais. Desde já, contudo, pode-se sugerir que o dossiê-denúncia preparado pelo Fórum Centro Vivo (2006), intitulado **Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas**, tornou-se um dos principais documentos que sintetizam as diferentes dimensões desse processo de criminalização.

5. Ocupar (apenas) para protestar

Com o passar dos anos, coordenadores de movimentos de moradia e sem-teto da área central ligados à União dos Movimentos de Moradia (UMM) começaram a defender que as ocupações fossem realizadas apenas para pressionar o poder público, sem se transformarem em habitação provisória. Argumentavam que elas reproduziam as precárias condições de habitabilidade dos cortiços e desmobilizavam os movimentos.

> [...] nós tivemos várias experiências concretas de ocupar e depois, assim, transformava aquilo num verdadeiro carma na vida da gente. Porque, por exemplo, a Nove de Julho, que ficou ocupada ali um bom tempo. Aí as pessoas não conseguiam pagar a conta de água, as pessoas não conseguiam pagar conta de luz e cada vez que não

> conseguiam, vinham, cortavam e a gente tinha que ficar lá o tempo todo, fazendo conta, fazendo conta, para ver o quanto chegava para conseguir pagar. E, por outro lado, assim, a gente percebia que morar todo mundo naquele prédio, duas, três famílias [dividindo o mesmo cômodo], cozinhar conjuntamente e fazer tudo conjuntamente, estava construindo mais um cortiço, e por isso chegamos à conclusão de não ocupar para ficar e sim pra reivindicar e negociar (Coordenadora da UMM: depoimento, 2005).

> [...] porque viver em ocupação é viver sem dignidade, é ser sofrido, é mais um cortiço, só com a diferença que é cortiço vertical. [...] Por isso é que surgiram as primeiras ocupações, porque a gente vivia indignado de ver aquele povo morando em cortiço... é vida desumana, ali é uma vida triste. Só que nas ocupações não tem muita diferença, gente! A diferença é que eles [os integrantes do movimento que vivem nas ocupações] não são explorados (Coordenadora do MMC: depoimento, 2005).

Para a coordenadora do Fórum de Cortiços, uma das estratégias mais eficazes dos governos para enfraquecer os movimentos de moradia foi estender as negociações por longos anos e deixar que o seu próprio instrumento de pressão – as ocupações – se encarregasse de destruí-los. Seria, pois, a imagem do Estado que, nas palavras de Miagusko (2008: 62), “gesta as inseguranças” e, assim, controla as populações.

> A [ocupação do prédio do INSS na avenida] Nove de Julho não chegou a esse ponto [de ser tomado pelo tráfico de drogas], mas foi se complicando de uma forma que vai ficando difícil... Por que o que é que o governo faz? “Tá bom, vocês ocuparam um prédio público?”. Então ele vai deixando, quatro, cinco, seis anos, que o povo se cansa de morar naquela situação precária, que não é lugar para se colocar gente para morar porque é a situação de risco, de risco... [...] E ele [governo] aposta no quê? Na população se virar contra o movimento e dizer o seguinte: “Vocês [movimento de sem-teto] chamaram nós, estão dizendo que a gente teria uma casa, e qual a casa que vocês tão dando para gente?”. Foi isso o que o governo fez (Coordenadora do Fórum de Cortiços: depoimento, 2005).

Parte dos coordenadores dos movimentos ligados à UMM avaliavam também que, ao contrário de meados da década de 1990, quando iniciaram as ocupações sistemáticas de imóveis, foram criados e fortalecidos canais de negociação com o poder público, existindo, assim, outros meios para reivindicar políticas para a população de baixa renda no centro que não as ocupações.

> [...] Aí nós começamos a pegar o povo despejado e a ocupar prédio público. A gente foi pioneiro nessa questão. Tanto é que as ocupações hoje não dão muito resultado. Porque se você pega a CDHU tem o PAC [Programa de Atuação em Cortiço]; a Caixa [Econômica Federal], por mais sacana [que seja], que tenha os problemas, também tem o programa que atende, não é? Na Prefeitura, nós tínhamos Locação Social, Bolsa Aluguel, que o [prefeito José] Serra [PSDB, 2005-2006]

> acabou. Mas foram se criando esses programas (Coordenadora do Fórum de Cortiços: depoimento, 2005).

Foi nesse contexto que elaborou-se a proposta de organização apenas do que os movimentos chamam de “ocupações-denúncia” ou “ocupações-relâmpago”, sem pretensão de alojar as famílias nos imóveis ocupados. Para um dos coordenadores da UMM, o impacto que os movimentos de moradia pretendem causar é o mesmo quando se ocupa um prédio por dois dias ou por cinco anos. Isso porque só tem visibilidade o momento da ocupação e o da desocupação; todo o desgaste e violência vivenciados diariamente, seja por alguns dias seja durante anos, ficariam invisíveis aos olhos da imprensa, do poder público e da sociedade como um todo. Coordenadores de outros movimentos corroboravam tal opinião:

> Porque a gente antes ocupava e continuava naquele prédio insistindo e, depois, [...] a gente mudou, a gente ocupa para negociar, porque o nosso lema é “moradia digna” e se você ocupa um prédio que tem que ser reciclado, aquilo acaba se transformando num verdadeiro inferno porque as famílias não vão morar com dignidade. Então, assim, a gente já ocupa com as pessoas sabendo: “Olha, nós vamos entrar hoje e pode ser que saia no dia seguinte porque é só para dar a repercussão para negociar” (Coordenadora da UMM: depoimento, 2005).

O Fórum de Cortiços e a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) deixaram de realizar ocupações “para morar” em 1999 e em 2002, respectivamente; também o Movimento de Moradia do Centro (MMC) passou longo período sem organizar ações dessa natureza, embora tenha mantido a ocupação da rua do Ouvidor durante quase oito anos. Esses movimentos passaram a participar de ações conjuntas com a UMM, mas sem transformar as ocupações em moradias provisórias. No entanto, essa opção não se tornou um consenso entre todos os coordenadores dos movimentos. Veja-se o caso do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC): dissidência do Fórum de Cortiços, passou a coordenar ocupações inicialmente realizadas por aquele movimento, além de organizar cerca de vinte ações dessa natureza entre 2000 e 2007. Em 2004, o MSTC se desligou da UMM para formar, junto com outros movimentos, a Frente de Lutas por Moradia (FLM), a qual continuou tendo as ocupações como uma estratégia de luta pela moradia e também como uma solução emergencial para abrigar os sem-teto.

> [...] ocupamos em 97 o casarão da Cleveland, [o imóvel na rua] Pirineus, o prédio da [avenida] Nove de Julho, depois em 98 o hospital Matarazzo, em 99 o Ana Cintra e Armênia. Quando chegou em 2000, [...] uma das pessoas do Fórum [de Cortiços] decidiu que não ia mais fazer esse tipo de luta. [...] Como ela estava dentro de um gabinete [de um parlamentar] – a gente descobriu isso só em 2000 –, então nós separamos. Aí nós fizemos associação sozinhas. A idéia na época era

> a gente ficar com a sigla "Fórum dos Cortiços" e essa pessoa ser isolada, só que nós chegamos nessa ocupação que foi lá no hospital da zona leste na Vila Formosa e o jornalista perguntou quem era, nós falamos que era o "Movimento dos Sem Teto do Centro". E acabamos adquirindo um nome, nossa própria razão social, nossa própria sigla e deixamos "Fórum dos Cortiços" com a [...] [nome da coordenadora do Fórum de Cortiços] que ainda está aí hoje, faz luta, mas a luta tem uma outra tipologia [...] (Coordenadoras do MSTC: depoimento, 2005).

A explicação das coordenadoras do MSTC para a modificação do caráter das ocupações era diferente da justificativa dada pelos integrantes da UMM: para elas, a mudança de orientação coincidiu com o momento em que lideranças dos movimentos de moradia foram trabalhar em gabinetes de parlamentares e/ou quando aceitaram cargos no governo. Teriam, assim, perdido a autonomia de organizar protestos e de fazer pressão para negociar por meio de outros canais[30].

> [...] até a gente [integrantes do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC)] ficou como radical para a UMM [União dos Movimentos de Moradia]. Então eles fazem ato, e [...] anteriormente eles ligam [para o governo]: "Olha vai ser uma coisa pacífica, que não sei o que, que não sei o que...". Já negocia [antes do ato], já tira uma comissão para entrar, já negocia aquilo, entendeu? Aí a família vai, toda balançando a bandeirinha... Ah, que lindo, não é, nós que conseguimos fazer a equipe entrar... ô caramba, já tinha sido negociado antes! E a gente não, a gente é mais assim: olha, movimento é para se movimentar. Não é tipo "marcha soldado cabeça de papel", não, é ocupar mesmo, denunciar mesmo. Tudo bem, alguns atos é importante que se faça, mas como nós fizemos lá na porta da CDHU [Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano] [...]. Nós loucos para poder entrar na CDHU – "Vamos ocupar, vamos ocupar" – [e os integrantes de outros movimentos dizendo] "Não, porque não é assim, porque é pacífico tal, tal". Tem momento que não dá para ser pacífico, os caras não são bons com a gente, porque que a gente tem que ser bom com eles? (Coordenadora do MSTC: depoimento, 2005).
> Cada um tem um tipo de trabalho, cada um tem uma metodologia de trabalho. Não é que eles estão desunidos, é que nós [...] somos encarados como os radicais, porque a gente vai para a luta. MMC, ULC, Fórum dos Cortiços: eles ficaram mais na faixa da negociação, só que eles também estão acordando que só ficar fazendo atinho e marcando reunião não está dando resultado, porque do mesmo jeito que não está saindo o que a gente espera, para eles muito menos, não é, as promessas feitas de gabinete não estão sendo cumpridas (Coordenadora do MSTC: depoimento, 2005).

[30] Sobre a relação entre os movimentos de moradia de São Paulo com o Partido dos Trabalhadores e com o governo ver Cavalcanti (2006).

6. A repercussão das ocupações

a. A reabilitação dos imóveis vazios

Entre 1997 e 2007, os integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto realizaram 72 ocupações, a maioria em imóveis ociosos durante vários anos. Obteve-se informações sobre a situação atual de 50 desses imóveis (70%): 22 foram transformados em habitação popular a partir de empreendimentos públicos (8) e privados (3).

Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 6. Edifício da rua Aurora, 579, República, ocupado em 2003 pelo MSTC, foi reformado pela iniciativa privada para o uso residencial.

Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 7. Edifício da rua Duque de Caxias, 401, Santa Cecília, ocupado em 2000 pelo MSTC, fi reformado pela iniciativa privada para o uso residencial.

Há ainda os imóveis reformados que hoje exercem outros usos que não o habitacional, abrigando biblioteca (1), espaço cultural (1), museus (2), universidade (1), órgão público (4) e estacionamento (1). No casarão Santos Dumont, local da primeira ocupação realizada pelo Fórum de Cortiços, funciona desde 2005 o Museu da Energia de São Paulo (Figura 8). O edifício da antiga Escola Estadual de Primeiro Grau Campos Salles está sendo transformado no Museu de Arte Moderna Nipo-Brasileira Manabu Mabe (Figura 9). O casarão da rua do Carmo, Sé, ocupado em 1997 e em 1999 pela Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) e pelo Movimento de Moradia Novo Centro, respectivamente, hoje abriga a Escola Fazendária do Estado de São Paulo (FAZESP), que oferece cursos de informática para funcionários públicos (Figura 10).

Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 8. O Casarão Santos Dumont, ocupado entre 1997 e 2001 pelo Fórum de Cortiços, foi restaurado e transformado no Museu da Energia de São Paulo (set. 2009).

Fonte: www.institutomanabumabe.org.br

FIGURA 9. Folder anunciando a recuperação do Colégio Campos Salles, ocupado entre 2004 e 2005 pelo MTSTRC, para abrigar o Museu de Arte Moderna Nipo-Brasileira Manabu Mabe.

Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 10. O Casarão do Carmo, ocupado em 1997 e em 1999 pela ULC e pelo Movimento Novo Centro, abriga hoje a Escola Fazendária do Estado de São Paulo.

13 imóveis ocupados pelos movimentos de moradia e sem-teto permanecem vazios, sendo que 3 deles possuem projetos para construção de unidades habitacionais. O prédio da Secretaria Estadual da Fazenda, na rua da Abolição, foi demolido e o terreno permanece vazio.

i. A produção pública de habitação popular na área central

Embora a produção pública de unidades habitacionais na área central tenha sido insuficiente se comparada com a demanda existente e com o estoque imobiliário vago naquela região, é reconhecido o seu caráter inovador no sentido de oferecer

soluções habitacionais adequadas para a população de baixa renda (SÍGOLO; SILVA, 2007a: 61) e de garantir o uso residencial de imóveis ociosos. Uma série de estudos vem sendo desenvolvida a fim de avaliar essas experiências (MALERONKA, 2005. SÍGOLO; SILVA, 2007a. SILVA, 2006. YOLE NETO, 2006) e a maioria não se furta de indicar a ação dos movimentos de moradia e sem-teto como um importante fator que contribuiu para pressionar os agentes públicos a produzirem unidades habitacionais no centro da cidade. Isso fica evidente quando analisada a presença dos integrantes desses movimentos nos programas habitacionais: quase todos os edifícios reformados[31] ou reciclados[32] atenderam demanda apresentada pelos movimentos, cujos integrantes também se encontram em parte significativa dos empreendimentos que consistiram na construção de novas edificações.

TABELA 5. Unidades de habitação de interesse social concluídas e em andamento produzidas por agentes públicos na área central da cidade de São Paulo (1990-2006)

	Nº DE IMÓVEIS REABILITADOS		Nº DE CONSTRUÇÕES NOVAS		TOTAL	
AGENTES PROMOTORES[(3)]	Unidades	Conjuntos	Unidades	Conjuntos	Unidades	Co
SEHAB / COHAB (Programa de cortiços): FUNAPS (1989-92) e FMH (2001-04)	**0**	**0**	**300**	**5**	**300**	
SEHAB / COHAB (Locação social): FMH e PEHP	**205**	**3**	**768**	**3**	**973**	
CEF: PAR e Crédito Associativo	**826**	**8**	**709**	**3**	**1535**	
CDHU: PAC / BID	**70**	**1**	**2124**	**14**	**2194**	
Total	1101	12	3901[(1)]	25	5.002	

Fonte: Sígolo e Silva (2007a: 25).

[(1)] Adequação da tabela original (SÍGOLO; SILVA, 2007a: 25) que somava 3.756 unidades habitacionais e 24 empreendimentos, ao invés de 3.901 e 25, respectivamente.

[31] A reabilitação dos imóveis não implica na mudança do uso original da construção, mas podem implicar ou não na reorganização da planta das unidades habitacionais (SÃO PAULO, 2004: 45). Nesse caso se inserem experiências de edifícios construídos para o uso residencial, às vezes com unidades de alto padrão, que foram reformadas e subdivididas para a produção de unidades de habitação de interesse social.

[32] A reciclagem de imóveis implica na mudança do uso original da construção (SÃO PAULO, 2004: 45), como nos casos de transformação de edificações projetadas para o uso comercial em unidades de habitação de interesse social.

A novidade dessas experiências acentua-se se considerar que até o final da década de 1990 a produção da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e da Prefeitura Municipal de São Paulo concentrava-se nos bairros periféricos. Em balanço sobre a produção pública de habitação de interesse social na área central da cidade de São Paulo, Sígolo e Silva (2007a) identificaram que, entre 1990 e 2006, concluiu-se ou estava em andamento[33] a construção de 5.002 unidades habitacionais, em um total de 37 empreendimentos. Essa produção incluiu tanto a reforma e a reciclagem de imóveis vazios, quanto a construção de novas edificações. Note-se que, desse total, apenas dois empreendimentos tiveram início antes de 1997, quando se iniciaram as ocupações de imóveis vazios na área central da cidade. Ainda assim, essas duas experiências foram demandas apresentadas para Prefeitura pelo Movimento dos Quintais da Mooca, movimento que mais tarde participaria da formação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC).

1. Prefeitura Municipal de São Paulo

As duas primeiras experiências, na área central, de produção de unidades habitacionais para a população moradora de cortiços atendendo a reivindicação de movimentos de moradia e sem-teto aconteceram durante a gestão de Luíza Erundina (1989-1992), do Partido dos Trabalhadores (PT), na Prefeitura Municipal de São Paulo. Os dois empreendimentos, conhecidos como Casarão Celso Garcia, no Brás, e Madre de Deus, na Mooca, foram produzidos em regime de mutirão em áreas encortiçadas com recursos do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Sub-normais (FUNAPS).

Essas iniciativas de produção de unidades habitacionais foram interrompidas durante as gestões de Paulo Maluf (PPB, 1993-1996) e de Celso Pitta (PPB, 1997-2000), ambos, na época, do Partido Progressista Brasileiro (PPB), para serem retomadas apenas em 2001, durante a gestão de Marta Suplicy (PT, 2001-2004). Criou-se então, com recursos financeiros do Fundo Municipal de Habitação (FMH) e da Caixa Econômica Federal (CEF), o programa Morar Melhor[34], articulado com a Ação Centro, política mais ampla direcionada para a reversão do processo de degradação e abandono da área central.

---

[33] Sígolo e Silva (2007) consideraram “em andamento” os empreendimentos nos quais já havia sido realizada a aquisição dos imóveis e encontrava-se em desenvolvimento a elaboração do projeto de intervenção.

[34] O programa Morar Melhor, de acordo com documento institucional (SÃO PAULO, 2004), visava à melhoria das condições de vida e de moradia dos habitantes da área central, bem como à garantia de permanência da população de baixa renda na região, evitando a sua expulsão com o processo de valorização imobiliária. O Morar Melhor pretendia priorizar a reforma de prédios vazios, combinando soluções habitacionais com iniciativas de geração de renda, e, ao mesmo tempo, buscar a diversidade social nos bairros da área central, atraindo novos moradores e mantendo a população de baixa renda na região (SÃO PAULO, 2004: 9).

Entre as linhas de atendimento do Morar Melhor encontrava-se a intervenção em cortiços para melhorar as suas condições de habitabilidade[35] bem como o apoio financeiro para famílias provenientes de áreas de risco ou de intervenção da Prefeitura para a locação de imóveis no mercado privado[36]. Também estabeleceu parcerias com a Caixa Econômica Federal, para a implementação do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), e implementou o programa de Locação Social[37]. Nestas duas últimas linhas de atendimento foram reabilitados ou reciclados edifícios vazios na área central, incluindo imóveis ocupados pelos movimentos de sem-teto (Quadro 2).

Os sucessores de Marta Suplicy na prefeitura de São Paulo, José Serra (PSDB, 2005-2006) e Gilberto Kassab (DEM, 2007-2012), investiram em outros projetos de reabilitação da área central, priorizando a construção de grandes equipamentos culturais, a atração de novos públicos e agentes. Essa gestão também propôs ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um dos financiadores das intervenções na área central, a modificação do contrato aprovado em 2004, na tentativa de reduzir o volume de recursos direcionados para a habitação de interesse social.

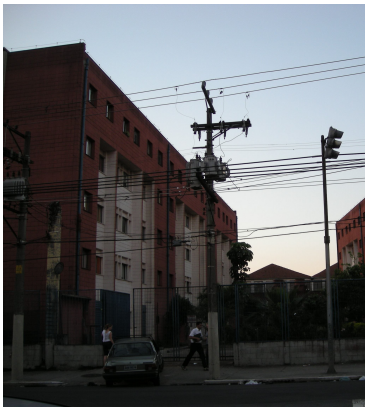


Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 11. Projeto habitacional na avenida Celso Garcia, 849, Brás, realizado

Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 12. Casarão que abrigava um cortiço antes do projeto habitacional da avenida Celso Garcia, 849, Brás, realizado por meio do FUNAPS Comunitário (1990-1992),

[35] O Programa de Intervenção em Cortiços (PRIH), linha de atendimento do Morar Melhor, disponibilizava recursos públicos para a melhoria das condições de habitabilidade de cortiços inseridos em perímetros de intervenção da Prefeitura.

[36] O apoio financeiro para a locação de imóveis no mercado privado dividiu-se em duas linhas de atendimento. A primeira ficou conhecida como “Bolsa-Aluguel” e fornecia subsídios para complementação do valor do aluguel ao longo de trinta meses, podendo ser prorrogada por período igual, oferecendo também caução de três meses de aluguel ou seguro da própria Prefeitura como garantia de locação. A segunda linha, a “Moradia transitória”, fornecia uma verba durante um ano para o aluguel de imóveis ou hotéis enquanto as famílias provenientes de áreas de risco ou de áreas de intervenção da Prefeitura aguardavam atendimento (SÃO PAULO, 2004: 15-17).

[37] O Locação Social objetivava produzir um parque habitacional público para locação de unidades habitacionais com valor compatível com a renda de até três salários mínimos das famílias que seriam atendidas. Além da construção de novos prédios, no geral em áreas que abrigavam cortiços e favelas, essa linha de atendimento também reformou edifícios vazios na área de central.

por meio do FUNAPS Comunitário (1990-1992), uma das primeiras experiências de produção pública de unidades habitacionais na área central (set. 2009).

Fonte: Roberta Neuhold

FIGURA 13. Prédio da rua Riachuelo, 275, Sé, ocupado pelo MTSTRC, foi reformado pela COHAB (locação social) e transformado em habitação de interesse social (set. 2009).

QUADRO 2. Empreendimentos da Prefeitura Municipal de São Paulo na área central da cidade que atenderam demandas apresentadas pelos movimentos de moradia e sem-teto (1988-2006).

PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	
FUNAPS Subprograma de Cortiços[1]	Denominação:	**Celso Garcia**.
	Endereço:	Av. Celso Garcia, 849, Brás.
	Propriedade:	Privada[1].
	Uso anterior:	Cortiço.
	Movimento atendido:	Movimento de Quintais da Mooca / ULC.
	Período do empreendimento:	1990-1992[1].
	Nº de unidades habitacionais:	182[1].
	Valor da unidade habitacional:	US$13.579,00[1].
	Área útil:	24,7 e 30,4 m^2[1].
	Observação:	Construção nova, em regime de mutirão, em área encortiçada.
FUNAPS Subprograma de Cortiços[1]	Denominação:	**Madre de Deus**.
	Endereço:	R. Madre de Deus, 769, Mooca.
	Propriedade:	Privada[1].
	Uso anterior:	Cortiço.
	Movimento atendido:	Movimento de Quintais e Cortiços da Mooca / ULC.
	Período do empreendimento:	1990-1996[1].
	Nº de unidades habitacionais:	45[1].
	Valor da unidade habitacional:	US$11.710,00[1].
	Área útil:	59,8 m^2[1].
	Observação:	Construção nova, em regime de mutirão, em área encortiçada.
FUNAPS / FMH[1]	Denominação:	**Vilinha 25 de Abril**.
	Endereço:	Bom Retiro.
	Propriedade:	Privada (Cúria Metropolitana)[1].
	Uso anterior:	Sem informação.

	Movimento atendido:	MMC[2].
	Período do empreendimento:	1992-2004[1].
	Nº de unidades habitacionais:	33.
	Valor da unidade habitacional:	R$ 30 mil[1].
	Área útil:	41,3 m^2[1].
	Observação:	Construção nova.

Locação social	Denominação:	**Parque do Gato**.
	Endereço:	Bom Retiro.
	Propriedade:	Pública (PMSP)[1].
	Uso anterior:	Favela.
	Movimento atendido:	Integrantes do MSTC[3]
	Período do empreendimento:	2003-2004[1].
	Nº de unidades habitacionais:	486[1].
	Valor da unidade habitacional:	R$ 39.200,00[1].
	Área útil:	37,5 m^2[1].
	Observação:	Construção nova em área ocupada por favela.
Locação social.	Denominação:	**Olarias**.
	Endereço:	Pari.
	Propriedade:	Pública (SEMAB / PMSP)[1].
	Uso anterior:	Sem informação.
	Movimento atendido:	Fórum de Cortiços, MMC e ULC[2].
	Período do empreendimento:	2003-2004.
	Nº de unidades habitacionais:	137[1].
	Valor da unidade habitacional:	R$ 42.300,00[1].
	Área útil:	38,8 m^2[1].
	Observação:	Construção nova.
Locação Social	Denominação:	**Riachuelo**[1].
	Endereço:	R. Riachuelo, 275, Sé.
	Propriedade:	Privada (vários proprietários)[1].
	Uso anterior:	Comercial.
	Movimento atendido:	Fórum de Cortiços, FLM, MMC, MSTC e ULC[5].
	Período do empreendimento:	2003[1] – 2008[5].
	Nº de unidades habitacionais:	120[1].
	Valor da unidade habitacional:	R$ 41.867,00[1].
	Área útil:	35,5 m^2[1].
	Observação:	Imóvel ocupado pela MTSTRC, em 1998. Prédio reformado[5].
Locação social	Denominação:	**Asdrúbal do Nascimento**.
	Endereço:	R. Asdrúbal do Nascimento, 282, Sé.
	Propriedade:	Privada[1].
	Uso anterior:	
	Movimento atendido:	MTSTRC.
	Período do empreendimento:	2003 – em andamento em 2009.
	Nº de unidades habitacionais:	40[1].
	Valor da unidade habitacional:	R$ 63.199,00[1].
	Área útil:	34,5 m^2[1].
	Observação:	Reforma de edifício vazio[1].
Locação social	Denominação:	**Senador Feijó**.
	Endereço:	R. Senador Feijó, 126, Sé.
	Propriedade:	Privada (hotel)[1].
	Uso anterior:	ULC[2].
	Movimento atendido:	2001 – em andamento em 2009.
	Período do empreendimento:	45[1].
	Nº de unidades habitacionais:	R$ 48,799,00[1].
	Valor da unidade habitacional:	31 m^2[1].
	Área útil:	Reforma de edifício vazio[1].

Fontes:
[1] Sígolo e Silva (2007a).
[2] UMM (http://sp.unmp.org.br).
[3] São Paulo (2004).
[4] Coordenadoras do MSTC: depoimento, 2005.
[5] Coordenador do MMC: depoimento, 2008.

Observação: em alguns empreendimentos foram atendidos não apenas integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto como também pessoas sem vínculos com movimentos. Destaca-se na tabela apenas os movimentos atendidos.

2. Governo do Estado: o Programa de Atuação em Cortiços (PAC)

Na Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), da Secretaria Estadual de Habitação, o Programa de Atuação em Cortiços (PAC), criado por meio do decreto estadual nº 43.132 de 1º de junho de 1998, respondeu pela maior parte da produção de unidades habitacionais para a população de baixa renda na área central.

Os objetivos do PAC incluem a melhoria da qualidade de vida da população que vive em habitações coletivas de aluguel, a indução da reabilitação de imóveis nos perímetros definidos nos setores de intervenção e a preservação das áreas urbanas centrais (CDHU, 2003: 4-6). Possui como público-alvo a população moradora de cortiços, com renda familiar entre um e dez salários mínimos, não-proprietária de imóveis no Estado de São Paulo. Quanto aos recursos orçamentários, advêm do Tesouro do Estado e de empréstimos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O PAC firma convênios com prefeituras, associações de moradores ou empresas e possui várias linhas de atendimento[38], fornecendo subsídios de R$ 14 mil para unidades habitacionais no valor de até R$ 55 mil (CDHU, 2003: 10).

O primeiro empreendimento do PAC foi desenvolvido no conjunto de casas de propriedade da Universidade de São Paulo (USP), localizado na rua Pirineus, distrito de Santa Cecília, ocupado pelo Fórum de Cortiços em 1997. À época, o coordenador do PAC, Lázaro Piunti, designou o caso como a primeira experiência concreta do programa (OLIVEIRA, 08 nov. 1997). O imóvel datava das décadas de 1940 e 1950 e se encontrava em desuso havia vários anos. Os integrantes do Fórum de Cortiços que participaram da ocupação constituíram uma associação para assinar contrato com a CDHU. Esta comprou o conjunto de casas da USP em 1997, pelo valor de R$ 175 mil. O projeto para a construção de unidades habitacionais, elaborado pela assessoria

[38] As linhas de atendimento do PAC compreendem: (1) emissão de carta de crédito e de certificados de subsídios para a compra de imóveis já existentes no mercado; (2) aquisição de imóveis encortiçados para (2.1) reformá-lo ou ampliá-lo, ou para (2.2) demoli-lo, construindo no local novo empreendimento habitacional; (3) aquisição de imóveis ociosos ou de terreno na área dos cortiços afetados ou em outra área aceita pelos beneficiários para (3.1) reformá-los e/ou ampliá-los ou para (3.2) construir novas unidades habitacionais; (4) encaminhamento ao Conselho de Intervenção e Reabilitação de Cortiços da Prefeitura Municipal de São Paulo para vistoria do imóvel, objetivando a sua adequação ou lacração bem como o atendimento das famílias residentes no local; (5) fornecimento de ajuda de custo, de R$ 2.300, para moradores de cortiços que não possuam renda ou que não queiram assumir financiamento habitacional (CDHU, 2003: 5).

técnica Ambiente, demorou dois anos para ser aprovado pela Prefeitura[39]. Previa a demolição das casas e a construção, em regime de mutirão autogerido, de um edifício com cinco pavimentos, unidades habitacionais de cerca de 32 m^2 de área útil e área de lazer. As casas foram demolidas em mutirão organizado pelos integrantes do Fórum de Cortiços, mas, posteriormente, a CDHU determinou a execução do projeto por uma empreiteira, contrariando a reivindicação do movimento (SÃO PAULO, 2001: 57). O projeto foi aprovado em dezembro de 2000 e a obra entregue em 2003, atendendo vinte e oito famílias (SÃO PAULO, 2001: 57). O valor por unidade habitacional ficou em R$ 26.097,74, a serem pagos ao longo de vinte e cinco anos pelas famílias[40].

Outro imóvel reformado pelo PAC foi um edifício particular localizado na rua Ana Cintra, esquina com a avenida São João, Santa Cecília. No local, ocupado em 1999 pelo Fórum de Cortiços e, após divisão interna, coordenado pelo Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), construíram-se setenta unidades habitacionais, entregues em 2006.

Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 14. Edifício da rua Pirineus, 1177, Santa Cecília, construído pelo PAC / CDHU, localiza-se em terreno ocupado pelo Fórum de Cortiços em 1997 (set. 2009).

Foto: Márcio Pozzer

FIGURA 15. O Pari A, obra da CDHU, foi ocupado pelo MSTC, MMC e ULC em 2001 (set. 2009).

Foto: Roberta Neuhold

Ana Cintra

FIGURA 16. Edifício reformado pela CDHU na rua Ana Cintra, 123, ocupado pelo Fórum de Cortiços e pelo MSTC durante quase 5 anos (set. 2009) .

Os integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto também foram atendidos com cartas de crédito, para compra de imóveis já existentes, e em empreendimentos que consistiram na construção de novas unidades habitacionais. Aí

[39] Entre as dificuldades para a aprovação do projeto encontravam-se as limitações geradas pela Legislação de Interesse Social para a recuperação de edifícios bem como a Lei de Melhoramentos, de 1929, a qual implicava na perda de uma faixa de 3,15 metros de largura no terreno. Após negociações, a perda foi de 2,50 metros (SÃO PAULO, 2001: 57).

[40] Informações completas sobre o empreendimento podem ser encontradas em: www.habitacao.sp.gov.br/. Acesso em: 01 set. 2009.

encontram-se casos como o Pari A, conjunto com 160 unidades habitacionais, construído em um terreno da FEPASA (Ferrovia Paulista Sociedade Anônima), demanda dos movimentos de moradia e sem-teto; e o Cinema da Mooca, edificação encortiçada e antiga reivindicação da Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) que abrigará 238 unidades habitacionais.

QUADRO 3. Empreendimentos (concluídos ou em andamento) da CDHU na área central da cidade de São Paulo que atenderam demandas apresentadas pelos movimentos de moradia e sem-teto (2003-2009)

PROGRAMA	CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDIMENTO	
PAC	Denominação:	**Pari A / FEPASA**(3).
	Endereço:	R. Canindé, 85, Pari(3).
	Movimentos atendidos:	Fórum de Cortiços, ULC(2), MSTC(4).
	Ano de entrega:	2002(3).
	Nº de unidades habitacionais:	160(3).
	Valor da unidade habitacional:	R$ 28.200,00(3).
	Área útil:	42,81 m^2(3).
	Observação:	Construção nova.
PAC	Denominação:	**Santa Cecília A / Pirineus**.
	Endereço:	R. Pirineus, 117, com Brigadeiro Galvão, Santa Cecília(1).
	Movimento atendido:	Fórum de Cortiços(2).
	Ano de entrega:	2003(1).
	Nº de unidades habitacionais:	24(1).
	Valor da unidade habitacional:	R$ 26,097.74(1).
	Área útil:	31,07 a 33,47 m^2(1).
	Observação:	Imóvel ocupado em 1997 pelo Fórum de Cortiços.
PAC	Denominação:	**Brás G**.
	Endereço:	R. Sampaio Moreira, 197 / 221, Brás(1).
	Movimentos atendidos:	Fórum de Cortiços (200 unidades); ULC (50)(2).
	Ano de entrega:	2004(1).
	Nº de unidades habitacionais:	200(1).
	Valor da unidade habitacional:	R$ 45.358,54(1).
	Área útil:	35 a 41 m^2(1).
	Observação:	Construção nova.
PAC	Denominação:	**Mooca B**(1).
	Endereço:	R. Dr. Fomm, 173, Mooca(1).
	Movimentos atendidos:	Fórum de Cortiços (100 unidades), MMC (22), ULC (12)(2).
	Ano de entrega:	2005(1).
	Nº de unidades habitacionais:	140(1).
	Valor da unidade habitacional:	R$ 48.681,35(1).
	Área útil:	41,88 a 42,11 m^2(1).
	Observação:	Construção nova.
PAC	Denominação:	**Mooca D**(1).
	Endereço:	R. Dr. Fomm, 237 / Pr. Barão do Tietê, 55, Mooca(1).
	Movimentos atendidos:	Fórum de Cortiços e MMC(2).
	Ano de entrega:	2006(1).
	Nº de unidades habitacionais:	128(1).
	Valor da unidade habitacional:	R$ 48.893,82(1).
	Área útil:	41,88 a 42,11 m^2(1).
	Observação:	Construção nova.
PAC	Denominação:	**Santa Cecília C / Ana Cintra**.
	Endereço:	R. Ana Cintra, 123, com a av. São João, Santa Cecília(1).
	Movimento atendido:	MSTC(4).
	Ano de entrega:	2006(1).
	Nº de unidades habitacionais:	70(1).

	Valor da unidade habitacional:	R$ 39.703,83[1].
	Área útil:	Sem informação.
	Observação:	Imóvel ocupado pelo Fórum de Cortiços. Único caso de edifício reformado na área central pela CDHU.

PAC	Denominação:	**Mooca A / Cinema da Mooca**[1].
	Endereço:	R. da Mooca com a r. Pires de Campos, s/nº, Mooca[1].
	Movimento atendido:	ULC[2].
	Ano de entrega:	Em obra[1].
	Nº de unidades habitacionais:	238[1].
	Valor da unidade habitacional:	R$ 50.372,21[1].
	Área útil:	Sem informação.
	Observação:	Construção nova em área encortiçada. Cortiço acompanhado pela ULC desde a década de 1980.
PAC	Denominação:	**Bom Retiro B**[1].
	Endereço:	R. Joaquim Murtinho, nº 236 e 244, Bom Retiro[1].
	Movimento atendido:	Fórum de Cortiços[2].
	Ano de entrega:	Projeto[2].
	Nº de unidades habitacionais:	34[1].
	Valor da unidade habitacional:	R$ 44.197,15[1].
	Área útil:	Sem informação.
	Observação:	Construção em área encortiçada. Cortiço acompanhado pelo Fórum de Cortiços.
Carta de crédito	Movimentos atendidos:	Fórum de Cortiços (1.200), MMC (50) e ULC (30)[2].

Fontes:
[1] CDHU (http://www.habitacao.sp.gov.br).
[2] UMM (http://sp.unmp.org.br).
[3] Araújo; Cleto; Ribeiro; Yolle Neto (2003).
[4] Coordenadoras do Movimento Sem-Teto do Centro: depoimento, 2005.

Observação: em alguns empreendimentos foram atendidos não apenas integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto como também pessoas sem vínculos com movimentos. Destaca-se na tabela apenas os movimentos atendidos.

3. Governo Federal: o Programa de Arrendamento Residencial (PAR)

No mesmo sentido do Programa de Atuação em Cortiços (PAC), o primeiro empreendimento na área central da cidade de São Paulo realizado pelo Programa de Arrendamento Residencial (PAR), da Caixa Econômica Federal, atendeu a demanda de um movimento de moradia e sem-teto. Mais do que isso, o edifício localizado na rua Fernão Sales, 24, Sé, reformado pelo PAR em parceria com a Prefeitura Municipal de São Paulo, atendeu famílias integrantes do Movimento de Moradia do Centro (MMC) e foi o primeiro empreendimento do PAR em todo o Brasil. Os outros seis projetos financiados pelo PAR, entre 1999 e 2007, na área central também tiveram os movimentos de moradia como proponentes e consistiram na reforma ou na reciclagem de edifícios ocupados ou indicados por eles: o edifício Olga Benário Prestes ou “Banespa”, no Brás, foi ocupado em 1999 pela Unificação das Lutas de Cortiços; o Hotel São Paulo, Sé, e o Labor, na rua Brigadeiro Tobias, República, pelo Fórum de

Cortiços (ULC), em 1999; o Joaquim Carlos, no Belém, o Maria Paula e o Riskallah Jorge, Sé, foram indicações dos movimentos e atenderam famílias provenientes de outras ocupações.

Operacionalizado pela Caixa Econômica Federal e financiado pelo Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o PAR foi criado por meio da medida provisória nº 1.823-1, de 27 de maio de 1999, e convertido em lei em 12 de fevereiro de 2001 (lei 10.188/2001). Priorizando famílias com renda de até seis salários mínimos, o programa direciona-se às capitais estaduais, às regiões metropolitanas e às cidades com mais de cem mil habitantes. O imóvel adquirido para o arrendamento pode estar na planta ou em construção (PAR-Construção) bem como concluído ou necessitando de reformas (PAR-Reforma) (CEF, 2008). Depois de concluído o empreendimento, as famílias que passam a habitar o local pagam uma taxa mensal com valor inferior ao aluguel dos imóveis da região e, ao final de quinze anos, têm a opção de comprá-lo. Em pesquisa publicada em 2009, Costa estimou entre R$ 125 e R$ 240 a parcela mensal paga pelo arrendamento e entre R$ 95 e R$ 170 o valor da taxa condominial dos edifícios reciclados ou reformados pelo PAR.

Note-se que os recursos federais, na cidade de São Paulo, têm sido predominantemente utilizados para a produção de novas unidades habitacionais e não para a reforma de imóveis. Nos cinco primeiros anos de existência do PAR, entre 1999 e 2003, cinco imóveis foram reformados pelo programa, todos na área central, enquanto cem empreendimentos consistiram na construção de novas unidades na Região Metropolitana de São Paulo (MALERONKA, 2005: 68). Ainda assim, é necessário ressaltar a importância destas experiências, na medida em que consistiram nas primeiras reformas e reciclagens de edifícios na área central.

Quando tomaram conhecimento do PAR, os integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto da área central começaram a reivindicar adequações para que suas demandas fossem atendidas e para que pudessem estabelecer parcerias com o poder público, participando, assim, dos empreendimentos de arrendamento residencial. Hoje, a Caixa Econômica Federal firma convênios não apenas com as prefeituras, que indicam as áreas preferenciais para os projetos e os candidatos ao arrendamento, como também com associações de moradores. Os movimentos não conseguiram, porém, que uma das suas “bandeiras” históricas – a produção habitacional por meio de mutirões autogeridos – fosse incluída no PAR, cujas obras são realizadas exclusivamente por meio de empreiteiras.

Ressalte-se que a primeira experiência do PAR-Reforma aconteceu em tempo recorde: oito meses, entre a indicação do imóvel e a entrega das unidades habitacionais reformadas (MALERONKA, 2005: 73 e 74). Alguns fatores podem ter

contribuído para essa agilidade, dentre os quais as reivindicações dos movimentos de moradia e sem-teto que se encontravam em evidência por causa das ocupações de imóveis vazios[41]. Nessa experiência, o Movimento de Moradia do Centro (MMC) não apenas indicou o imóvel que deveria ser reformado como também contratou os responsáveis pela elaboração do projeto de reforma, o Escritório Helena Saia Arquitetos Associados, e negociou a compra do edifício com os proprietários. Entre as cinqüenta e quatro unidades habitacionais produzidas, além de cozinha e banheiro, parte possui um dormitório conjugado com a sala e parte dois dormitórios e sala.

Entre os limitantes dos empreendimentos do PAR encontra-se a subdivisão excessiva dos imóveis para comportarem o maior número possível de unidades habitacionais, muitas vezes ultrapassando o número ideal (MALERONKA, 2005: 72). O projeto inicial do edifício Olga Benário, por exemplo, antiga agência bancária do Banespa, previa a construção de 68 unidades habitacionais, cada uma com 55 m^2. Entretanto, como o valor máximo por apartamento estipulado pelo PAR era, na época, de R$ 20 mil, reduziu-se a área para 26 a 34 m^2, em um total de 84 unidades.

Sígolo e Silva (2007a: 25-26), por sua vez, diagnosticaram o aumento do valor das unidades habitacionais produzidas por meio do PAR, excluindo gradativamente as famílias com renda mais baixa: enquanto no primeiro empreendimento, na rua Fernão Sales, os apartamentos foram arrendados por R$ 19.220,16, incluindo famílias com renda de três salários mínimos, no imóvel da rua Joaquim Carlos, concluído em 2007, as unidades não saíram por menos de R$ 34.419,00, excluindo famílias com renda inferior a 4,5 salários mínimos.

No âmbito federal, há ainda o Crédito Solidário, voltado para o atendimento da população de baixa renda organizada em cooperativas, associações e entidades da sociedade civil. Objetiva tanto a produção de novas habitações quanto a conclusão e reforma de moradias existentes, mediante concessão de financiamento diretamente ao beneficiário. A Vilinha 25 de Janeiro, onde vivem famílias que integram a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), inseriu-se nesse programa que reabilitou imóveis vazios ou subutilizados no distrito do Bom Retiro.

[41] Outros fatores que podem ter contribuído para a realização, em curto espaço de tempo, do empreendimento da rua Fernão Sales, Sé, referem-se à sua incorporação às modalidades de atendimento do Morar no Centro, da Prefeitura. Além disso, o empreendimento era relativamente pequeno e não houve entraves para a compra do edifício (MALERONKA, 2005: 73 e 74).

Foto: Camila Maleronka (2005: 64).

FIGURA 17. Agência do antigo Banespa, ocupada pela ULC em 1999, foi transformada em habitação popular por meio de empreendimento do PAR.

Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 18. Prédio da rua Brigadeiro Tobias, 300, República, ocupado pelo Fórum de Cortiços em 1999, foi reformado por meio do PAR e transformado em habitação popular (set. 2009).

Foto: Roberta Neuhold

FIGURA 19. Hotel São Paulo, Sé, ocupado pelo Fórum de Cortiços em 1999, foi reformado por meio do PAR e transformado em habitação popular (set. 2009).

QUADRO 4. Empreendimentos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) que reformaram edifícios vazios na área central da cidade de São Paulo e atenderam demandas apresentadas pelos movimentos de sem-teto (1999-2007)

CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS DO PAR-REFORMA NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE SÃO PAULO	
Denominação:	**Fernão Sales**.
Endereço:	R. Fernão Sales, 24, Sé.
Propriedade:	Privada.
Uso anterior do imóvel:	Comercial.
Movimento atendido:	MMC(2).
Assessoria técnica:	Escritório Helena Saia Arquitetos Associados(3).
Período da reforma:	2000-2001(3).
Nº de unidades habitacionais:	54(1).
Valor do arrendamento por unidade:	R$ 19.220,16(1).
Área útil:	32 a 57 m^2(1).
Denominação:	**Olga Benário Prestes (Antigo Banespa)**.
Endereço:	Av. Celso Garcia, 787, Brás.
Propriedade:	Privada (1950-1960) e pública (até privatização do Banespa)
Uso anterior do imóvel:	Fábrica (1950-1960) e agência do Banespa (1960-1990)(3).
Movimento atendido:	ULC(2).
Assessoria técnica:	Integra(3).
Período da reforma:	2001-2002(3).
Nº de unidades habitacionais:	84(1).
Valor do arrendamento por unidade:	R$ 21.507,37(1).
Área útil:	27 a 43 m^2(1).
Observação:	Imóvel ocupado pela ULC em dezembro de 1999.
Denominação:	**Riskallah Jorge**.
Endereço:	Rua Riskallah Jorge, 50, Sé.
Propriedade:	Privada(3).
Uso anterior do imóvel:	Comercial(3).
Movimento atendido:	MMC(2).
Assessoria técnica:	Escritório Helena Saia Arquitetos Associados(3).
Período da reforma:	2001-2003.
Nº de unidades habitacionais:	167(1).
Valor do arrendamento por unidade:	R$ 24.667,98(1).
Área útil:	24 a 45 m^2(1).
Denominação:	**Edifício Labor (Brigadeiro Tobias)**.
Endereço:	R. Brigadeiro Tobias, 300, República.
Propriedade:	Privada (REFER).
Uso anterior do imóvel:	Escritório da Rede Ferroviária Federal(3).
Movimento atendido:	MSTC(4).
Assessoria técnica:	Integra e GRÃO(3).
Período da reforma:	Agosto de 2002 a dezembro de 2003.
Nº de unidades habitacionais:	84(1).
Valor do arrendamento por unidade:	R$ 26.392,00(1).
Área útil:	31 a 36 m^2(1).
Observação:	Ocupação do Fórum de Cortiços realizada em 1999 e, depois da divisão do movimento, coordenada pelo MSTC.
Denominação:	**Maria Paula**.
Endereço:	R. Maria Paula, 161, República.
Propriedade:	Privada(3).
Uso anterior do imóvel:	Residencial(3).
Movimento atendido:	Fórum de Cortiços(2).
Assessoria técnica:	Fábrica Urbana(3).
Período da reforma:	2001-2003(3).
Nº de unidades habitacionais:	75(1).
Valor do arrendamento por unidade:	R$ 24.974,36(1).
Área útil:	26 a 57 m^2(1).

Denominação:	**Hotel São Paulo**.
Endereço:	R. São Francisco, 113, Sé[5].
Propriedade:	Privada[3].
Uso anterior do imóvel:	Hotel[3].
Movimento atendido:	Fórum de Cortiços[2].
Assessoria técnica:	Fábrica Urbana.
Período da reforma:	2004-2006[5].
Nº de unidades habitacionais:	152[5].
Valor do arrendamento por unidade:	R$ 30.740,00 [5].
Área útil:	35 m^2[5].
Denominação:	**Joaquim Carlos**.
Endereço:	R. Joaquim Carlos, 94, Belém.
Propriedade:	Privada[5].
Uso anterior do imóvel:	Residencial[5].
Movimento atendido:	ULC[2].
Assessoria técnica:	Integra.
Período da reforma:	2004-2007[5].
Nº de unidades habitacionais:	93[2].
Valor do arrendamento por unidade:	R$34.419,00[5].
Área útil:	46 m^2[5].
Denominação:	**Nove de Julho**.
Endereço:	Av. Nove de Julho, 570, República.
Propriedade:	Pública (INSS).
Uso anterior do imóvel:	Órgão público: agência do INAMPS[5].
Movimento atendido:	MSTC[6].
Assessoria técnica:	Ambiente (projeto).
Período da reforma:	Projeto[5].
Nº de unidades habitacionais:	117[2].
Valor do arrendamento por unidade:	R$ 43.050,00 [5].
Área útil:	43 m^2[5].
Denominação:	**Maria Domitíla / INSS**.
Endereço:	R. Maria Domitila, 228, Brás.
Propriedade:	Pública (INSS)
Uso anterior do imóvel:	Galpão.
Movimento atendido:	ULC[2].
Assessoria técnica:	Sem informação.
Período da reforma:	Projeto[2].
Nº de unidades habitacionais:	167[2].
Valor do arrendamento por unidade:	R$ 43.500,00 [7].
Área útil:	44 a 46 m^2[7].

Fonte:
[1] Maleronka (2005).
[2] UMM (http://sp.unmp.org.br).
[3] Costa (2009).
[4] Coordenadoras do Movimento Sem-Teto do Centro: depoimento, 2005.
[5] Sígolo e Silva (2007a).
[6] Sígolo e Silva (2007b).
[7] Revista de Direito Social (http://www.revistards.com.br/content/noticias.asp?id=60150).

b. Conflitos e fragmentação dos movimentos de sem-teto

Como exposto anteriormente, as experiências de reforma e reciclagem de prédios na área central representaram avanços diante da histórica concentração da produção habitacional para a população de baixa renda nas periferias, mas se mantiveram bastante aquém da demanda existente. Os problemas daí decorrentes foram inúmeros, abrangendo desde as dificuldades de seleção das pessoas a serem atendidas e a ausência de perspectiva de inserir parcela dos integrantes dos movimentos nas linhas de financiamento habitacional, até as disputas por vagas nos

programas e a impossibilidade de construir consensos sobre a legitimidade da população de baixa renda permanecer na área central.

A restrita quantidade de unidades habitacionais colocou os integrantes dos movimentos de moradia e sem-teto diante do dilema de ter que escolher quem teria prioridade para ocupar as vagas nos programas habitacionais, delimitando critérios que envolviam desde a participação nas atividades de mobilização (protestos, ocupações, assembléias, etc.) até as urgências que vivenciavam, decisões difíceis de se tomar quando se trabalha com uma demanda tão empobrecida.

Entretanto, mesmo havendo vagas nos programas, nem todas as famílias cumpriam os critérios estabelecidos, sendo que o maior fator limitante referia-se à renda familiar. Daí os movimentos reivindicarem políticas subsidiadas que incluíssem a população com renda inferior a três salários mínimos. Ressalte-se que esse foi mais um dos pontos indicados pelas coordenadoras do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) para justificar a opção da União dos Movimentos de Moradia (UMM) em realizar apenas “ocupações-denúncia”: argumentavam que a UMM estaria trabalhando com uma demanda menos empobrecida do que a do MSTC e a de outros movimentos filiados à Frente de Luta por Moradia (FLM), e, por isso, não necessitava mais realizar ocupações para alojar famílias.

Um outro aspecto a se ressaltar refere-se às disputas entre os próprios movimentos para garantir o atendimento dos seus integrantes nos programas habitacionais. Essas contendas já estavam presentes na primeira ocupação do Fórum de Cortiços em 1997, no casarão Santos Dumont. Isso porque a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) vinha negociando com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) a produção de unidades habitacionais no local; o Fórum de Cortiços, por sua vez, ocupou o casarão tentando tornar-se o principal interlocutor do governo e garantir o atendimento dos seus integrantes naquele projeto.

Uma das faces mais radicais dessa disputa aconteceu no terreno do hospital desativado Nossa Senhora da Conceição, na rua 21 de Abril, Brás. A Unificação das Lutas de Cortiços (ULC) negociava com a CDHU a transferência de quarenta e três famílias alojadas havia mais de um ano nas instalações de uma escola na zona leste da cidade que sofria com enchentes e com péssimas condições de habitabilidade. O Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto da Região Central (MTSTRC) adiantou-se e ocupou o imóvel com as famílias despejadas da ocupação da rua Riachuelo, Sé. A ULC tentou negociar a ida dos seus integrantes para o imóvel, já que era grande o suficiente para comportar todas as famílias. Diante das negativas do coordenador do MTSTRC, a solução encontrada pela ULC foi “ocupar a ocupação”. Os dois

movimentos acabaram dividindo o imóvel, que passou a ter duas coordenações isoladas.

Posteriormente, o prédio da rua Riachuelo, também seria objeto de litígio: quando o imóvel, reformado pela Companhia Metropolitana de Habitação (Cohab) para locação social, foi entregue, os integrantes do Movimento de Moradia do Centro (MMC) que negociavam havia anos com a Prefeitura foram surpreendidos com a notícia de que não teriam acesso a nenhuma unidade habitacional. Já a Unificação das Lutas de Cortiços (ULC), o Fórum de Cortiços, o Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) e a Frente de Luta por Moradia (FLM) tinham ficado, cada um, com quinze vagas.

> O prédio da rua Riachuelo foi comprado pelo governo Marta Suplicy... [...] Foi ocupado, mas não por nós [do MMC]. Mas esse prédio aí faz dezoito ou dezenove anos que a gente [MMC] trabalha com ele. [...] Só que o prédio da rua Riachuelo foi comprado pelo governo da Marta Suplicy, em 2004, para o MMC. Esse povo que eu acabei de falar [ULC, Fórum de Cortiços, MSTC e FLM] fez um acordo com o Walter Abraão [da Companhia Metropolitana de Habitação]: cinqüenta por cento das unidades habitacionais do prédio que foram reformadas ficariam para a COHAB e cinqüenta por cento para eles [Unificação das Lutas de Cortiços, Fórum de Cortiços, Movimento Sem-Teto do Centro e Frente de Luta por Moradia]. Para o MMC nenhuma vaga. Zero vaga. Quando nós descobrimos, deu quinhentos de nós aqui [na sede do MMC], um mundo... uma loucura, um pânico. Essas companheiras choravam, queriam pegar à mão, a qualquer custo. Com muita luta, oito vagas rejeitadas nos deram. Das cento e vinte unidades, oito vagas rejeitadas deram pro MMC. [...] Quinze vagas [ficaram] para a ULC, quinze [para o] Fórum de Cortiços, quinze [para o] MSTC e quinze [para a] Frente de Luta. [...] É dolorido, nós estamos nos recuperando dessa traição aí... (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

Para o coordenador do Movimento de Moradia do Centro (MMC) (depoimento, 2008), essas “pequenas conquistas” silenciaram os movimentos de sem-teto. Seriam, pois, políticas sociais, ou fragmentos delas, que inverteriam os sentidos e a própria luta pela cidadania, mantendo-se afastadas do horizonte da universalização dos direitos.

> Tenho certeza [que são conquistas pontuais]. É um cala boca. Você já viu uma criança brigando por uma bala. Como é que o pai faz, rapidamente, ou a mãe, ou o avô? Vai lá e dá a bala para ela. Daqui a meia hora ela está querendo bala? Então, o que ele devia brigar era pela fábrica de bala e não pela bala. Então nós, proletários, proletárias, temos que brigar pela reforma urbana, porque só com uma reforma urbana feita com uma participação popular ativa, com o povo organizado, é que resolverá os problemas das desigualdades sociais. Nós temos que brigar para que se tenha programa e política de Estado e não política de governo. “Calma, meu irmão foi o governo que mais fez”. É verdade, foi o que mais fez. Mas e quando acabar o governo Lula? Esse povo que ganhou alguma coisa, que avançou? Vai ficar

> como? [...]. A nossa grande briga se dá exatamente em cima da política de Estado só que nós nos satisfazemos com qualquer migalha. As balinhas distribuídas... (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

Ressalte-se, por fim, que não se construiu um consenso sobre o direito das populações de baixa renda habitarem a área central. Isso quer dizer que os programas habitacionais não se constituíram, para retomar a fala do coordenador do MMC, como políticas de Estado e sim como políticas de determinados governos cuja continuidade esteve atrelada à permanência das mesmas coligações partidárias no poder executivo. Se ao longo do governo de Marta Suplicy foram despendidos alguns esforços para produzir habitação de interesse social na área central, ao término do seu governo, as gestões seguintes, de José Serra (PSDB) e de Gilberto Kassab (DEM), suspenderam os programas habitacionais e apoiaram uma série de despejos de prédios ocupados, opondo-se à habitação para a população de baixa renda na área central.

Foi nesse contexto que aconteceu a interrupção de programas como o Bolsa-Aluguel, de Locação Social e de Moradia Transitória, os quais, entre 2001 e 2004, haviam atendido centenas de integrantes dos movimentos de sem-teto depois das reintegrações de posse ou enquanto aguardavam a reforma de edifícios ocupados. O governo deixou de oferecer possibilidades de inserção das famílias em programas habitacionais, disponibilizando, em alguns casos, verba para que os sem-teto deixassem a cidade de São Paulo:

> A administração [da Prefeitura Municipal de São Paulo] José Serra (PSDB) paga até R$ 5.000 para famílias de sem-teto deixarem a cidade de São Paulo. Além do dinheiro, a prefeitura cede as passagens de ônibus para os municípios de origem dos desabrigados.
>
> [...] No último sábado, ao menos três grupos de sem-teto saíram da cidade, após retirar a verba e a passagem. Despejados de invasões, estavam em alojamento municipal no centro. "Não vou ficar lá. Peguei o dinheiro e vou visitar minha família, que não vejo há sete anos", disse Vanessa Ajala, 22, que é de Birigüi, no interior de São Paulo (BALAZINA; IZIDORO, 07 fev. 2006).

Em outras situações, exigiu-se que as famílias que vinham sendo atendidas pelos programas encontrassem, elas próprias, soluções habitacionais alternativas. Veja-se o exemplo do edifício São Vito, bastante conhecido na paisagem paulistana. O governo de Marta Suplicy desocupou o prédio de vinte e seis andares e mais de 600 unidades habitacionais, sob a promessa de reformá-lo para voltar a abrigar seus moradores, proprietários dos apartamentos, mas nem todos com escritura. Durante a reforma, os moradores receberiam o Bolsa-Aluguel, verba para locarem um imóvel temporariamente no mercado privado. Com a mudança de gestão, os prefeitos José Serra e Gilberto Kassab decidiram demolir o São Vito para abrir uma esplanada

ligando o Mercado Municipal e o Palácio das Indústrias, criando pólos culturais e de atração de visitantes (O ESTADO DE SÃO PAULO, 09 abril 2007). Resolveram, também, suspender o pagamento do Bolsa-Aluguel. Em entrevista à **Folha de São Paulo** (ZONTA, 04 fev. 2006, C6), o secretário municipal de Habitação, Orlando Almeida Filho, informava que os antigos moradores do São Vito receberam indenizações entre R$ 4 mil e R$ 10 mil e que deveriam, por si só, encontrar local para morar: “Com esse dinheiro, as pessoas deveriam ter comprado outra moradia. No interior, é possível comprar um imóvel modesto com esse valor", afirmava o Secretário de Habitação. Para ele, todos os ex-moradores do São Vito teriam tido trinta meses para se inserirem em programas habitacionais (ZONTA, 04 fev. 2006, C6).

c. O registro da imprensa

Ainda que não tenha sido construído um consenso sobre a legitimidade das populações de baixa renda habitarem a área central, os movimentos de moradia e sem-teto conseguiram tornar públicas as suas reivindicações e colocar o tema na pauta das discussões sobre os programas de reabilitação do centro. De certo modo, pode-se medir tal visibilidade por meio da repercussão das ações dos movimentos na imprensa. Compreendido como uma forma de conquistar apoio da sociedade, esse aparecimento na mídia foi apontado, pelos próprios coordenadores dos movimentos de sem-teto, como um dos principais objetivos das ocupações de imóveis na área central.

Em entrevista ao jornal **Folha de São Paulo** (BONFIM, 12 dez. 1999), o coordenador da Central de Movimentos Populares (CMP) afirmou que, da mesma forma que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) havia sensibilizado a sociedade para a questão da reforma agrária, os movimentos de sem-teto urbanos pretendiam ganhar apoio da “opinião pública” e conscientizá-la para um drama social ainda desconhecido por ela: o dos moradores de cortiços do centro da cidade de São Paulo.

Em depoimento (2008) concedido para esta pesquisa, o coordenador do Movimento de Moradia do Centro (MMC), quando questionado sobre os critérios adotados pelos movimentos de sem-teto para escolher os imóveis que seriam ocupados, não hesitou em responder que era a visibilidade na imprensa, a qual garantiria também a “estabilidade” da luta.

> **Pesquisadora**: Como vocês escolhem os prédios que serão ocupados?
>
> **Coordenador do MMC**: Nós, do MMC [Movimento de Moradia do Centro], temos um critério político que crie impacto. Não adianta a gente ocupar a tua casa, que não vai criar impacto.

> **Pesquisadora**: Que tipo de impacto?
> **Coordenador do MMC**: Impacto jornalístico. Quando nós ocupamos o Casarão da Rua do Carmo, ficamos uma semana na mídia.
> [...]
> **Pesquisadora**: E por que é importante aparecer na mídia?
> **Coordenador do MMC**: Porque dá estabilidade para o enfrentamento. A rua do Ouvidor [imóvel da Secretaria de Estado da Cultura], nós ocupamos no dia doze de dezembro de noventa e sete, uma sexta-feira; quando foi no domingo, nós recebemos visita de deputado federal, de presidente de sindicato da cultura, do [ator] Sérgio Mambert... (Coordenador do MMC: depoimento, 2008).

A coordenadora do Fórum de Cortiços avaliava que foram os movimentos de sem-teto que colocaram na agenda da cidade os problemas da habitação popular na área central e, em um âmbito mais geral, o próprio tema da reabilitação daquela região, o que também poderia ser notado pelo espaço que ganharam nos meios de comunicação:

> Tanto é que [em] [19]97, dia 8 de março, nós fizemos a primeira ocupação, no Casarão Santos Dummont, dizendo que havia prédio público abandonado e que nem o governo federal nem o governo municipal nem o governo estadual tinham recurso e preocupação em recuperar o centro da cidade, que o centro era um centro vazio, que durante o dia as pessoas trabalham e à noite todo mundo vai embora e fica o centro vazio. E eu me lembro que depois nós fizemos a ocupação [...] [da rua] Pirineus, daí dia 2 de novembro, o INSS [Instituto Nacional do Seguro Social]. Então, eu me lembro que nós ficamos mais de dois meses no jornal escrito, eu fui para a televisão, para debate, porque o pessoal não entendia muito bem o que que nós queríamos da região do centro. Eles achavam que a gente queria morar de graça, não queria pagar. [...] Aí a gente falou: “não, nós queremos pagar sim, mas de acordo com o nosso salário”. [...] Então nós fomos o pontapé inicial para a questão do que hoje está existindo no centro, porque até então ninguém reconhecia cortiço, ninguém sabia na verdade quem era a população que morava em cortiço. Eles achavam que essa população era uma população pior do que a da favela, e a gente dizia “favela é uma coisa e cortiço é outra”. E que tem que ter um programa específico pra atender o cortiço [...] (Coordenadora do Fórum de Cortiços: depoimento, 2005).

Os documentos produzidos pelos movimentos de sem-teto e por seus parceiros também enfatizavam o aparecimento das suas ações e reivindicações nos meios de comunicação:

Reportagens ocupam as páginas dos jornais
(22.07.2003)

Matérias de capa e diversas reportagens ocuparam hoje as páginas dos principais jornais do país, dando ampla cobertura às ocupações realizadas no último domingo, dia 20 de julho, por integrantes do MSTC e de vários movimentos de moradia, mostrando a importância dessa luta justa das famílias sem-teto de baixa renda.

Reprodução das capas dos principais jornais
(clique nas imagens para ampliá-las)

Disponível em: http://www.mstc.org.br/movimento.php. Arquivo consultado em: 07 jun. 2006.

FIGURA 20. Material publicado na página eletrônica do MSTC divulgando a repercussão das ocupações simultâneas de julho de 2003 na primeira página dos principais jornais paulistas (2003).

De fato, as ocupações de imóveis ociosos pelos movimentos de sem-teto foram noticiadas pela imprensa e colocaram em pauta temas como a situação da moradia popular na área central, os programas habitacionais direcionados para moradores de cortiços e os altos índices de vacância imobiliária na região. Isso se confirmou nesta investigação não apenas por meio dos depoimentos dos integrantes dos movimentos de sem-teto, como, sobretudo, pela pesquisa dos textos publicados sobre o tema em um jornal de grande circulação de São Paulo – a **Folha de São Paulo**[42] – e na sua versão eletrônica – a **Folha Online**. Embora a publicação desse material não tenha sido uniforme ao longo dos dez anos analisados (1997-2007), variando entre três, em 1998, e trinta e seis, em 2004, foram encontradas quase duzentas e trinta matérias (artigos, reportagens, entrevistas, editoriais, etc.) que citavam diretamente os movimentos de sem-teto do centro[43], como pode ser observado na Tabela 6.

[42] De alcance nacional, a **Folha de São Paulo** teve, em 2007, uma circulação média de 299 mil exemplares em dias úteis e 370 mil aos domingos (http://www1.folha.uol.com.br/folha/conheca/).
[43] Os critérios e os procedimentos adotados para esta pesquisa documental estão descritos na "Introdução" desta dissertação.

TABELA 6. Quantidade de textos publicados nos jornais **Folha de São Paulo** e **Folha Online** sobre os movimentos de moradia e sem-teto e suas ações na área central da cidade de São Paulo (1997-2007).

Ano	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**	**2001**	**2002**	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**	**Total**
Matérias	29	3	16	7	18	14	35	36	26	29	15	228

Entre as 228 matérias mapeadas na **Folha de São Paulo** e na **Folha Online**, 96 (42%) diziam respeito às ocupações de imóveis abandonados na área central da capital paulista pelos movimentos de sem-teto, abordando desde o ato da ocupação (67,4%), a sua organização e o seu planejamento (9,5%) e o anúncio, pelos movimentos de sem-teto, de que tais ocupações se intensificariam caso suas reivindicações não fossem atendidas (14,7%), até reportagens sobre as condições de vida dentro das ocupações e as formas de organização interna (13,7%), os acidentes ocorridos naqueles imóveis e que chegaram a causar a morte de integrantes dos movimentos (5,3%), e sobre o apoio de intelectuais e artistas às ações dos sem-teto (8,4%). Outras formas de protesto organizadas pelos movimentos de sem-teto, tais como passeatas, acampamentos em frente aos órgãos públicos e abaixo-assinados, foram notícia em 18,9% do total das matérias da **Folha de São Paulo** e da **Folha Online**; dentre elas, 23,3% citavam os congestionamentos que provocaram.

Se as ocupações de imóveis ociosos no centro da capital paulista foram um tema de grande incidência, também tiveram destaque as reintegrações de posse: 55 (24,1%) das 228 matérias analisadas noticiaram (a) os mandatos de reintegração de posse, o seu adiamento ou, na maior parte dos casos, a sua execução (85,5%) e / ou (b) as condições de vida dos integrantes dos movimentos de sem-teto depois de despejados dos imóveis ocupados (32,7%).

Entre as ocupações de imóveis, a expedição e a execução dos mandatos de reintegração de posse, também as posições e respostas do poder público foram abordadas em 37 (16,7%) textos levantados na **Folha de São Paulo** e na **Folha Online**. Em metade destas matérias citou-se a utilização de força policial e/ou as críticas do governo, especialmente dos governadores, aos movimentos de sem-teto, como será detalhado mais adiante. Outra parte daquelas matérias (18,4%) apontava para divergências internas no poder público ou entre níveis diferentes de governo sobre a postura a ser adotada em relação aos movimentos de sem-teto e às políticas habitacionais. Em outras situações (18,4%), o poder público ofereceu atendimento emergencial em albergues ou mesmo passagens de retorno para a cidade natal dos integrantes dos movimentos de sem-teto, sem acenar, contudo, com a possibilidade de serem incluídos em programas habitacionais. Houve, por fim, casos em que algum nível do governo considerou legítimas as ações dos movimentos de sem-teto,

recomendando tolerância ou mesmo acusando outros níveis de governo de "criminalizá-los" (13,2%).

Várias matérias sobre as ocupações ou reintegrações de posse traziam complementos abordando temas como (a) a questão da habitação popular, especialmente no centro da cidade de São Paulo (estudos e pesquisas sobre déficit habitacional e sobre as condições de habitabilidade dos cortiços) (3,9% do total) e (b) os subsídios para moradia popular, os programas habitacionais ou ainda a reabilitação de imóveis ocupados por movimentos de sem-teto na área central de São Paulo (15% do total); enquanto isso, (c) outras denunciavam os critérios excludentes destes programas ou o fim de programas habitacionais, as metas não cumpridas para a área habitacional ou o orçamento insuficiente (4,8% do total).

No material levantado na **Folha de São Paulo** e na **Folha Online**, também estiveram presentes esforços para descrever e caracterizar tanto os movimentos de sem-teto (relação com outros movimentos, vinculação político-partidária, forma de organização, etc.) e suas lideranças (região de origem, vinculação político-partidária, etc.) (4,8% do total de 228 matérias) quanto os seus integrantes (região de origem, condições de vida, ocupação, gênero, idade, etc.) (5,3% do total). Somam-se a estas, aquelas matérias que traziam integrantes dos movimentos de sem-teto como participantes de debates sobre a cidade ou como protagonistas de documentários sobre a sua organização e as suas ações (4,8% do total).

Temas como a função social da propriedade *versus* o direito à propriedade privada foram diretamente tratados ou citados em apenas seis ocasiões (2,6% do total), sendo todas elas após 2003. Com o passar dos anos, também foram publicadas algumas matérias que chegaram a tomar partido em favor dos sem-teto e a utilizar terminologias que os nomeavam mais como vítimas ou como cidadãos reivindicando direitos do que como perturbadores da ordem. Isso poderia inclusive ser entendido como a construção de novos critérios de julgamento que passaram a considerar legítimas as ações dos movimentos de sem-teto e as suas demandas. Um caso exemplar neste sentido foi o da ocupação Prestes Maia. A **Folha de São Paulo** e a **Folha Online** publicaram inúmeros artigos e reportagens[44] sobre esta ocupação do

[44] Para ficar em apenas uma parte daqueles registros da **Folha de São Paulo** e da **Folha Online** pode-se citar que em 01 de fevereiro de 2006 o jornal publicou matéria sobre a biblioteca que vinha sendo construída no edifício da avenida Prestes Maia (BALAZINA, 01 fev. 2006); em 24 e 25 de março e em 29 de abril artigos anunciavam a estréia dos documentários **Dia de Festa** e **À margem do concreto** sobre a trajetória de integrantes dos movimentos (FOLHA ONLINE, 24 mar. 2006. SIMÕES, 25 mar. 2006. CARLOS, 29 abril 2006); em 27 de março, a manchete foi "Coletivos "vão" à Bienal de Havana via fax" (LONGMAN, 27 mar. 2006), sobre onze coletivos de arte que não conseguiram verbas para ir à Bienal de Arte em Cuba e que colocaram suas exposições, performances e ações artísticas no prédio ocupado pelo MSTC; menos de quatro dias depois havia nota sobre um ciclo de palestras intitulado "O direito à cidade" organizado pela Escola Prestes Maia no imóvel ocupado, indicando inclusive uma página eletrônica para maiores informações (FOLHA DE SÃO PAULO, 01 abril 2006); em 12 de abril, Aziz Ab'Saber, Maria Rita

Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), nos quais, muitas vezes, foram evitados termos como “invasão” e “invasores”, tão correntes na maioria dos seus textos.

> Uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo garantiu o Sábado de Aleluia dos moradores da maior ocupação vertical do Brasil, o edifício Prestes Maia, no centro da capital paulista. O tribunal adiou, por tempo indeterminado, a reintegração de posse do prédio, que estava prevista para hoje. A decisão judicial tem caráter provisório, mas dá novo fôlego ao movimento dos mais de 1.600 moradores, que atraiu a atenção de intelectuais e artistas.
>
> [...] O professor emérito da Universidade de São Paulo Aziz Ab'Saber, especialista em geografia urbana e econômica, foi um dos intelectuais que se manifestaram contra o desalojamento dos moradores do edifício. "Seria uma calamidade social", diz. Para ele "a questão não é apenas retirá-los ou não do edifício. O problema é como tratar uma população pobre, briosa e culturalmente intuitiva".
>
> No Prestes Maia vive uma comunidade organizada. Quem sai depois das 22h não pode voltar até as 6h do dia seguinte. Cada família contribui com um valor de R$ 20 por mês para despesas administrativas, usadas para pagar o salário de dois porteiros. Há um coordenador por andar, responsável pela limpeza e pelas demandas de seus vizinhos em reuniões semanais. A cada 15 dias há uma assembléia geral, da qual até as crianças podem participar. O prédio tem também uma biblioteca com mais de 3.500 livros, montada e administrada pelos moradores (TAMARI, 15 abril 2006)[45].

Em uma outra coluna publicada no caderno “Ilustrada” (WISNIK, 09 abril 2007), da **Folha de São Paulo**, anunciava-se a estréia, na própria ocupação da Prestes Maia, da peça **A rua é um Rio**, encenada pelo grupo Tablado de Arruar, sobre a remoção de uma favela na zona sul de São Paulo, o Jardim Edtih, durante a construção da avenida Água Espraiada. No artigo, tomou-se claramente posição em favor dos integrantes do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC), exaltando a sua capacidade de organização e o tema que colocou em pauta para a cidade: a grande quantidade de imóveis abandonados no centro da cidade que não cumprem a sua função social (WISNIK, 09 abril 2007):

Kehl e Pádua Fernandes assinaram artigo na **Folha de São Paulo** apelando ao então prefeito Gilberto Kassab (DEM) para que iniciasse sua gestão “de modo positivo para a cidade”, legalizando a ocupação da Prestes Maia; três dias depois, uma reportagem anunciava que a ocupação ganhara mais prazo para negociar. Naquela ocasião, o Tribunal de Justiça de São Paulo adiara por tempo indeterminado a reintegração de posse do prédio, determinada pela 25ª Vara Cível para 15 de abril de 2006; os advogados do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) argumentaram que os proprietários do edifício não tinham a posse anterior do imóvel, na medida em que o edifício permanecera abandonado por mais de doze anos, sem exercer sua função social, o que invalidaria a liminar de reintegração de posse; no mais, os integrantes do MSTC teriam a “posse velha” do prédio, já que se encontravam no local havia mais de um ano e um dia (TAMARI, 15 abril 2006). Naquela reportagem (TAMARI, 15 abril 2006), lembrava-se ainda que não apenas os membros do movimento de sem-teto conseguiram mais tempo para negociar, mas também os coletivos de arte que montaram na ocupação uma sala, denominada “Território São Paulo”, da Bienal de Arte de Havana.

[45] Grifo nosso.

> Eis aqui a riqueza da situação criada pela apresentação [da peça], pois a Ocupação Prestes Maia representa o outro lado dessa história: um movimento forte, organizado (permanece no imóvel desde novembro de 2002) e considerado a maior ocupação vertical do Brasil (conta com aproximadamente 468 famílias residentes).
>
> No centro, os movimentos de sem-teto são organizações politizadas que explicitam um interdito: a existência de um enorme estoque de imóveis vazios, que não cumprem a função social da propriedade. Como "ocupantes", estão na vanguarda da ação, que implica também a ameaça iminente de choque com a polícia. Já os moradores da favela [do Jardim Edith] são vítimas dos movimentos alienantes do mercado imobiliário, que desloca enormes contingentes de pessoas através de negociadas "parcerias público-privadas", dando indenizações pífias que as empurram para lugares cada vez mais precários e distantes[46].

Há textos da **Folha de São Paulo** e da **Folha Online** que chegaram a atribuir aos movimentos o protagonismo na própria reabilitação da área central. Em 2000, no caderno “Imóveis”, por exemplo, uma reportagem sobre o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), da Caixa Econômica Federal, no centro de São Paulo, anunciava que, em outubro daquele mesmo ano, a região ganharia o primeiro prédio reformado pelo programa, o qual serviria de moradia para cinqüenta e quatro famílias de moradores de cortiços e de sem-teto, integrantes do Movimento de Moradia do Centro (MMC) (FOLHA DE SÃO PAULO, 02 jul. 2000). Outros dois projetos teriam obras iniciadas ainda em 2000. Segundo a **Folha de São Paulo** (02 jul. 2000), “com o PAR e outras iniciativas, a região central pode ter o seu perfil completamente mudado, tornando-se mais residencial”. A Caixa Econômica Federal teria decidido investir na região depois de um imóvel seu ser ocupado pelo Movimento de Moradia do Centro. A reportagem lembrou também que a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) investia na mesma questão por meio do Programa de Atuação em Cortiços (PAC), citando ainda o projeto Revive São Paulo, destinado a levar secretarias e sedes do governo para o centro (FOLHA DE SÃO PAULO, 02 jul. 2000). Uma outra reportagem (COTES; DURAN, 10 abril 2002) afirmava que “os sem-teto que antes enfrentavam a polícia em tumultuadas invasões de prédios no centro de São Paulo são hoje os que promovem a valorização da região, ao liderar o movimento de reocupação de prédios abandonados”.

[46] Grifo nosso.

d. Desqualificação do dissenso

O tom habitual do material publicado na imprensa e as respostas do poder público nem sempre consideraram legítimas e legais as ações dos movimentos de sem-teto. Ao contrário, o vocabulário utilizado pela **Folha de São Paulo** e pela **Folha Online** para qualificar as ações dos movimentos não raro trazia termos das páginas policiais, como a manifestação de demandas sociais e políticas. Foi quase generalizada e insistente a denominação dos integrantes daqueles movimentos como "invasores" e das ocupações de imóveis ociosos como "invasões"; por vezes, termos como "facções", "chefes" ou "líderes" foram utilizados para fazer referência às divisões entre os diversos movimentos de sem-teto e aos seus coordenadores, como mostram os trechos a seguir:

> Cerca de 6.100 pessoas organizadas invadiram em menos de uma hora seis imóveis da cidade de São Paulo. Os invasores identificam-se como sem-teto e são filiados à União dos Movimentos de Moradia (UMM). A invasão foi rápida. [...] Segundo os movimentos, os invasores integram grupos de sem-teto do centro e das regiões oeste e leste da cidade. O slogan da invasão simultânea é "Chega de blá, blá, blá. Mutirão já". Uma das áreas invadidas é particular (OLIVEIRA, 26 out. 1999)[47].

> **Como virar sem-teto**
> O processo para ingressar em um dos movimentos [de sem-teto] é relativamente simples. Além de não ter moradia, o candidato a sem-teto tem de, primeiro, procurar uma das facções, que podem ser encontradas nos prédios invadidos.
>
> Outra solução indicada pelos sem-teto é procurar uma igreja onde haja um representante da Pastoral da Moradia.
>
> O candidato é convidado a preencher um cadastro. Após esse processo, ele é obrigado a participar das reuniões dos movimentos. Contribuições em dinheiro não são obrigatórias, mas em casos de invasão são necessárias (FOLHA DE SÃO PAULO, 08 nov. 2000)[48].

A imprensa também noticiou as ocupações promovidas pelos movimentos associando-as a uma crise social e política do Brasil. Em 2003, por exemplo, as ocupações de terra no campo e de prédios nas principais regiões metropolitanas engendradas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e por movimentos de sem-teto – incluindo aí os da cidade de São Paulo –, somadas às greves do funcionalismo público, além de diversas manifestações por todo o país, passaram a ser interpretadas como causas de uma instabilidade social, como parte de uma crise generalizada pelo Brasil, de "quebra da ordem pública"[49], de "exacerbação

---

[47] Grifo nosso.
[48] Grifo nosso.
[49] Palavras de Jarbas Vasconcelos, governador de Pernambuco (GUIBU; NORONHA, 11 ago. 2003).

de ânimos”[50], de uma onda de “descumprimento reiterado de decisões judiciais em flagrante afronta aos poderes constituídos”[51]. 26% do total das 35 matérias levantadas naquele ano de 2003 relacionavam as ações dos movimentos de sem-teto do centro de São Paulo a um contexto de caos social que se espalhava pelo Brasil. A **Folha de São Paulo** (03 ago. 2003) chegou a promover uma enquete com personalidades para saber se o país vivia ou não o “caos social”. E, em meio a essa “crise social”, cobrava-se, especialmente do governo federal, a imposição de limites aos movimentos e “invasões” que “se alastravam” pelo país (CATANHÊDE; CRUZ, 28 jul. 2003).

Vale a pena aqui recuperar as palavras de Marilena Chauí (03 ago. 2003) quando convidada a responder aquela enquete sobre a suposta crise social que o Brasil vinha enfrentando. A filósofa respondeu: “Que crise social? Quem vê crise social é a **Folha de São Paulo**”. O jornalista retrucou: “A sra. acha que não cabe falar em desordem social no país?”. Chauí: **“**O que existe é democracia em pleno funcionamento. É uma coisa espantosa e certamente deixa as pessoas desorientadas porque é uma experiência inédita no país. Mas é a mais profunda experiência de democracia que esse país já teve”. E completou, mais adiante: “A tragédia da história política brasileira tem sido o fato de que toda vez que os conflitos procuram se exprimir legitimamente, imediatamente eles recebem o nome de crise. E a palavra crise para a direita brasileira significa perigo e desordem. É por isso que a democracia nunca vai para frente”.

É o que Rancière (2000: 372) chamaria de “ordem consensual”, do esquecimento do modo de racionalidade próprio à política e que seria melhor entendido se denominado como “polícia”: “o conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”. Isso lembra a própria estigmatização da palavra política, a negação do seu sentido original: não apenas o governador de São Paulo “acusava” os movimentos de sem-teto de serem “políticos” (CATANHÊDE; CRUZ, 28 jul. 2003), como os próprios movimentos insistentemente passaram a afirmar que a sua luta não era política.

Quanto ao poder público, em inúmeras ocasiões também desqualificou as demandas que vinham sendo construídas, destituindo-as de suas garantias de expressão pública e política. Alegava-se, nessas ocasiões, que eram exageradas ou investidas de caráter político-partidário.

---

[50] Palavras de Geraldo Alckmin, governador de São Paulo (CATANHÊDE; CRUZ, 28 jul. 2003).
[51] Manifesto Público em Defesa da Sociedade Brasileira, assinado pela Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso do Sul e outras dezenove entidades (FOLHA ONLINE, 01 ago. 2003).

> Para [Geraldo] Alckmin [governador do Estado de São Paulo], as invasões de ontem são um "movimento politiqueiro", "organizado", que "nada tem de espontâneo". "São ações organizadas, para ocupar lugar na mídia. Há uma logística por trás de tudo, que inclui até cesta básica aos participantes". Alckmin considerou um "abuso, uma provocação" o fato de os invasores terem ocupado também uma instalação militar.
>
> [...] O secretário da Segurança Pública, Saulo de Castro Abreu Filho, [...] também chamou a mobilização de "política". Ele acusou os grupos de sem-teto de serem "inflados artificialmente".
>
> "A quantidade de pessoas que participam [das invasões] é muito maior do que a que faz parte do movimento", afirmou. "Quem está esperando na fila [dos apartamentos da CDHU] tem mais necessidade do que os invasores".
>
> Abreu Filho disse que a invasão de um quartel da PM foi uma "tentativa de desmoralização" da instituição. Ele declarou que "eventualmente teve de ser usada um pouco de força", mas negou que tivesse havido abuso policial. "Foram duas negociações. Fomos no limite e usamos somente armas não letais, como bomba de efeito moral", afirmou (FOLHA DE SÃO PAULO, 20 abril 2004) [52].

> O prefeito de São Paulo, José Serra (PSDB), disse que há motivação política nos grupos de sem-teto que estão montando barracos nas ruas depois de terem sido retirados, por decisão judicial, de áreas particulares invadidas.
>
> A estratégia dos sem-teto provocou o surgimento de pequenas favelas em pelo menos três ruas e uma praça da cidade, como revelou ontem a Folha [de São Paulo].
>
> "Oferecemos lugares para ir e oferecemos, através do governo do Estado, uma ajuda-aluguel. O resto é problema político-partidário, muito claramente. Há militantes", afirmou o prefeito (BRITO, 14 out. 2005) [53].

O secretário municipal de Habitação do governo de José Serra (PSDB, 2005-2006), Orlando de Almeida Filho (26 fev. 2006), publicou artigo no jornal paulistano **Folha da Tarde**, posteriormente disponibilizado no sítio eletrônico da própria Prefeitura, intitulado "O déficit habitacional e a invasão do edifício Prestes Maia". Depois de expor as estatísticas habitacionais da cidade e os esforços da prefeitura para solucionar o problema, o secretário de Habitação afirmava que difícil era a tarefa de "tentar ajudar quem não quer ser ajudado". Referia-se aos integrantes do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC) na ocupação da Prestes Maia. Apesar de longo, é interessante reproduzir parte do artigo escrito pelo secretário:

> Lamentável a atitude de algumas "lideranças" de sem teto, que agem de forma retrógrada, violenta, irresponsável, com fins eleitoreiros, praticando mercantilismo com pessoas debilitadas social e economicamente, sugando o pouco que têm, invadem propriedades públicas ou privadas levando essa população fragilizada a aventuras arriscadas. Nesses casos, crianças, idosos e deficientes acabam sendo os que mais sofrem.

[52] Grifo nosso.
[53] Grifo nosso.

> É exemplar a situação do prédio invadido há 4 anos na Avenida Prestes Maia. Trata-se de uma propriedade particular que, segundo o autodenominado Movimento dos Sem-Teto do Centro (MSTC), abriga 468 famílias com 2 mil pessoas.
>
> Na realidade, ali habitam, de forma inadequada, sem um mínimo de segurança, com higiene precária, 293 famílias e 138 solteiros, somando aproximadamente 1.100 pessoas (cadastro oficial realizado no final de 2005 pelas assistentes sociais da Subprefeitura Sé, organizado e autorizado pelas "lideranças" do MSTC, cuja cópia contendo as características das famílias e solteiros foi entregue ao Ministério Público Estadual interessado em resolver o problema).
>
> Qual o objetivo das "lideranças" informarem sistematicamente à imprensa a presença de 468 famílias e 2 mil pessoas? Será que alguém irá usufruir ilicitamente (em nome das 900 pessoas declaradas a mais) do atendimento dos órgãos públicos quando da execução da ordem de reintegração de posse determinada judicialmente?
>
> São freqüentes as "manifestações" por meio de passeatas na região central, causando transtornos a quem transita na cidade e desrespeitando aqueles que de forma ordeira e civilizada fazem suas inscrições nos programas públicos de atendimento habitacional.
>
> Recentemente, os moradores foram insuflados pelas "lideranças" a interditar a Avenida Prestes Maia, o que foi feito, expondo as pessoas a risco de atropelamentos e podendo ocasionar acidentes, causando enorme congestionamento nas principais vias de acesso da região central com repercussão no trânsito de toda a cidade.
>
> Prática comum tem sido o comportamento dessas "lideranças" que, após terem sido atendidas nas suas reivindicações, orientam seus associados ao não pagamento de prestações, condomínios, etc., criando inadimplência e deterioração do patrimônio.
>
> A população da cidade de São Paulo que acorda cedo, trabalha, estuda, que quer melhorar de vida, pretende realizar o sonho de ter a sua casa própria, não tolerará ser passada pra trás por "lideranças" que incitam à invasão de propriedades alheias (ALMEIDA FILHO, 26 fev. 2006).

Muitos discursos semelhantes aos reproduzidos acima vinham justificar o uso de força policial como forma de manter a ordem e de conter as ocupações de imóveis ociosos, fossem eles de propriedade pública ou privada.

Para recordar Hannah Arendt (1991 e 1999), pode-se dizer que a violência não fala e, por meio dela, manifestam-se as formas de destruição dos indivíduos, do mundo e da constituição de comunidades políticas livres no espaço público. Em outras palavras, reitera-se a negação aberta da reivindicação de direitos, retirando a qualidade política dos conflitos.

Considerações finais

1. Os movimentos sociais e a construção democrática

Desde o final da década de 1970, com as pressões, as reivindicações e os conflitos resultantes das mobilizações sociais no Brasil, conceitos como movimentos sociais e sociedade civil, direitos e cidadania, esfera pública e privada adquiriram força no vocabulário das Ciências Sociais. As teorias e modelos que daí emergiram redefiniram contextos intelectuais e políticos, em esforços contínuos para analisar o processo de democratização nacional após mais de quinze anos de regime ditatorial.

No decênio seguinte, os movimentos sociais foram tema de acalorados debates acadêmicos, em pesquisas orientadas, principalmente, para a análise das mobilizações e reivindicações populares urbanas. Eram estudos sobre o caráter classista e gerador de contradições urbanas do Estado, reconhecendo a potencialidade da organização da sociedade civil contra a tradição política autoritária (OLIVEIRA, 1977. MOISÉS, 1978), sobre as novas práticas de sociabilidade que redefiniam o espaço da política bem como sobre a espontaneidade, a autonomia e a pluralidade dos movimentos populares (CACCIA-BAVA, 1983. KOWARICK, 1984. PAOLI; SADER, 1988. TELLES, 1987. SADER, 1988).

Foi sobretudo a partir da segunda metade da década de 1990 que o centro das análises sobre as ações coletivas deslocou-se para as redes da sociedade civil e para os mecanismos institucionais da democracia participativa. Note-se que, no Brasil, ainda que tenha abarcado uma série de experiências, o conceito de sociedade civil adentrou no cenário político atrelado à atuação dos movimentos populares urbanos, porém difundiu-se justamente com o declínio dos estudos que os concebiam como alicerce da expansão democrática. Tornaram-se então recorrentes as investigações sobre os novos canais de participação política e de comunicação da sociedade civil com as agências públicas, o governo e os partidos políticos (AVRITZER, 1994, 1997. COSTA, 1994, 1997. DAGNINO, 2002).

O balanço dessa “aproximação” entre Estado e sociedade civil seria publicado pouco tempo depois junto com os diagnósticos sobre as profundas dificuldades para a consolidação da democracia brasileira e sobre os esforços de setores populares, com maior ou menor êxito, desprendidos em tal

processo. Alguns autores (OLIVEIRA; RIZEK, 2007) passaram a apontar os obstáculos para que os direitos se tornassem referências normativas das relações sociais (TELLES, 1994: 44), indicando um momento de imposição do consenso, de substituição da política pela gestão e da pressão e dos trabalhos de base dos movimentos sociais pela negociação pragmática com o Estado, da "falsa consciência da desnecessidade do público" e da conseqüente privatização dos seus conteúdos (OLIVEIRA, 2000). Outros pesquisadores (DAGNINO, 2000, 2002. GRUPO DE ESTUDOS..., 1998-99), contudo, propuseram uma avaliação positiva sobre os desdobramentos da década de 1980, com a preocupação analítica centrada nas possibilidades da busca de alternativas para a radicalização da democracia. Para eles, a ação dos movimentos sociais não se esgotara, mas ganhara "desafios novos e imensos, que mais uma vez começaram a aprofundar a discussão acerca dos significados de participação, direitos, cidadania e democracia", em um contexto de vitórias eleitorais de frentes populares e de configuração dos movimentos sociais como "parceiros" do Estado na formulação e implementação de políticas públicas (FELTRAN, 2005: 50).

Não se deve perder de vista o contexto histórico no qual se inserem esses debates mais recentes, ou seja, o fato da "esperança democrática" ter sido acompanhada por graves crises econômicas, pela elevação do trabalho informal e do desemprego, pelos baixos salários, pela precariedade dos serviços públicos. Dito de outra forma, os direitos "conquistados" durante a década de 1980 mostraram-se frágeis nos anos que se seguiram e sem enraizamentos no cotidiano social e político. Esse processo se agravou com o avanço das políticas neoliberais que paulatinamente destruíram as possibilidades de universalização da cidadania.

De fato, se, entre 1980 e 1990, um sistema político democrático se consolidou no Brasil, os direitos civis e sociais não se estenderam igualmente à totalidade da população (KOWARICK, 2002). No entanto, e sem querer aqui deduzir os conflitos sociais das condições macroestruturais, diversos grupos e classes sociais continuaram se organizando e se movimentando na tentativa de traduzir em políticas sociais e em campos institucionais de negociação de interesses e de arbitragem de conflitos os direitos inscritos na Constituição (KOWARICK, 2002, p. 16). Exemplo disso são os movimentos de sem-teto que atuam na área central da cidade de São Paulo reivindicando o que denominam de "moradia digna".

2. Os movimentos de moradia e sem-teto da área central: as (im)possibilidades da política na cidade

As ocupações de imóveis ociosos promovidas pelos movimentos de sem-teto objetivavam pressionar o poder público a viabilizar programas habitacionais para a população de baixa renda e mostrar para a cidade que havia uma série de prédios na área central sem cumprir sua função social. No período entre 1997, quando passaram a ser organizadas de forma sistemática, e 2007, foram ocupados mais de setenta prédios e terrenos ociosos, apenas na área central da capital paulista.

Aqui é necessário enfatizar que a moradia pode ser entendida como a própria "textura social" na qual se nasce, lugar em que se cria para si "um lugar peculiar no mundo" (ARENDT, 1989: 327), direito fundamental dos seres humanos (BRASIL, 1988). É por esse "endereço primeiro da cidadania", como definida por um coordenador dos movimentos de sem-teto do centro (SILVA, 2000, p. 166), que esses movimentos se articulam. E uma das "novidades" trazidas por eles talvez remeta à reivindicação não "apenas" do direito à moradia, mas do direito à moradia digna na área central da cidade, contrariando a própria "lógica" das políticas habitacionais direcionadas para a população de baixa renda historicamente baseada na produção de moradias novas nos bairros periféricos. Considerando-se que São Paulo se caracteriza pela concentração sócio-espacial de investimentos, infra-estrutura, capital social e simbólico em determinadas regiões, confirmando uma ordem urbana que estabelece possibilidades (díspares) de acesso aos bens, serviços e espaços da cidade, e, no limite, define quem é e quem não é cidadão, seria possível sugerir que os movimentos contestaram os lugares estabelecidos, operando o que Rancière (1996) identificou como um elemento próprio da ação política: o deslocamento de fronteiras, a contestação dos lugares estabelecidos.

Para alguns membros desses movimentos, essas ações obtiveram, em certa medida, resultados positivos, a começar pela criação de programas habitacionais e pela recuperação de edifícios vazios. Segundo a coordenadora do Fórum de Cortiços antes das ocupações não havia no poder público municipal, estadual e federal profissionais ou setores específicos que tratassem de questões relacionadas aos cortiços. Essa situação teria, em parte, sido revertida, com a criação ou mesmo consolidação de programas direcionados especificamente para a produção de unidades habitacionais na área central ou para a melhoria das condições de habitabilidade dos cortiços.

De fato, na área central, os programas de habitação de interesse social no âmbito das agências públicas estaduais e municipais só foram colocados em prática a partir de 1998 e de 2001, respectivamente; por sua vez, o Programa de Arrendamento Residencial (PAR), da Caixa Econômica Federal, em convênio de cooperação técnica com a Prefeitura, respondeu pela reforma de sete edifícios na área central, somando 717 unidades habitacionais entre 2001 e 2007[54] (SÍGOLO; SILVA, 2007a: 29). Todos esses empreendimentos tiveram suas experiências piloto em imóveis ocupados pelos movimentos de moradia e sem-teto ou vieram atender demandas apresentadas por eles. Cabe destacar a outra parcela de imóveis ocupados reformados ou reciclados pela iniciativa privada para o uso residencial, bem como a reabilitação de edificações para abrigar órgãos públicos, museus, bibliotecas, espaços culturais, etc.

Uma outra dimensão desse processo refere-se à visibilidade que os movimentos de sem-teto deram para as suas ações. A pesquisa nos arquivos de um jornal de grande circulação da cidade, a **Folha de São Paulo**, identificou 228 matérias publicadas entre 1997 e 2007 sobre os movimentos de sem-teto da área central; dessas quase metade (96) referia-se justamente às ocupações. Aqui se confirmaria a hipótese de que os movimentos conseguiram expor as suas demandas, viabilizar a inclusão de parcela dos seus integrantes em diferentes linhas de atendimento habitacional e se tornar protagonistas de projetos inéditos de reforma e reciclagem de imóveis ociosos na área central.

Isso não significa, contudo, que tenham sido construídos consensos sobre a legitimidade das populações de baixa renda habitarem o centro. Tampouco foram reconhecidas, de fato, para utilizar as palavras de Telles (1994a: 91-92), como sujeitos de “interesses válidos, valores pertinentes e demandas legítimas”. Veja-se, por exemplo, que a cobertura da imprensa sobre as ocupações, no geral, qualificaram-nas como criminosas, motivadas por interesses político-partidários, associadas a uma crise generalizada pelo país. Já nas sentenças do poder judiciário, ainda que por vezes as reintegrações de posse tenham sido adiadas, quase sempre prevaleceu o direito de propriedade dos donos dos imóveis, à revelia do não-cumprimento da sua função social. Quanto ao poder público, não raro tentou excluir as possibilidades de acordos políticos amplos, forçando o desaparecimento político dos conflitos e trabalhando em prol da “democracia consensual” da qual fala Rancière.

---

[54] Apesar de existirem alguns empreendimentos da Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDHU) e da Prefeitura em bairros populares consolidados, a produção de habitação de interesse social até o final da década de 1990 concentrou-se quase que completamente nos bairros periféricos. Por isso, Sígolo e Silva (2007a: 29) sugerem que apenas a partir de 1998 e de 2001 é possível falar em programas de habitação de interesse social na área central promovidos pela CDHU e pela Prefeitura, respectivamente.

Aliás, nada mais apropriado do que retomar a concepção de política, de Rancière (1996), como dissenso, ou seja, como uma maneira de conduzir conflitos, contrariando veementemente a idéia de uma democracia consensual, que pressupõe uma comunidade não-conflitante, não-equívoca, geralmente expressa pela palavra "governabilidade". Para esse filósofo, a democracia consensual nada mais é do que a imposição do desaparecimento da política, ou seja, do desaparecimento "de uma maneira de dotar os acontecimentos de nome e de contexto" (RANCIÈRE, 11 nov. 2001: 2). A questão é que, para ele, todo Estado "tende a reduzir a política, por meios violentos ou brandos, em nome de um princípio de comunidade não equívoca, não conflitante", não apenas por meio da identidade da fé ou da origem, mas, também, por meio da lei, do interesse comum ou das restrições impostas pelas circunstâncias (RANCIÈRE, 11 nov. 2001: 2).

No que diz respeito à organização das ocupações, os movimentos de moradia e sem-teto também se depararam com diversos problemas que envolveram desde os riscos presentes na entrada em prédios antigos, havia muitos anos fechados, sujos e insalubres, à violência, ao medo e à tensão durante as ocupações e os despejos, fortemente marcados pela repressão policial, passando por um cotidiano de provisórias e precárias condições de habitabilidade, de acusações de invasão de propriedade, de lutas, muitas vezes inglórias, contra o tráfico de drogas, vivendo de promessas de uma moradia digna que, quando se efetiva, demora muito tempo para se concretizar. Todos esses fatores somados às divergências internas em torno das estratégias de reivindicação e de negociação a serem adotadas bem como do caráter que as ocupações deveriam assumir – moradia temporária para famílias de sem-teto ou apenas instrumento de pressão – acabaram resultando em inúmeras divisões, dando origem a "novos" movimentos de moradia e sem-teto.

No âmbito das políticas habitacionais, destaque-se a insuficiência da quantidade de unidades produzidas frente à demanda existente bem como a descontinuidade dos programas habitacionais, que mantiveram-se atrelados às coligações político-partidárias no governo e não a uma política de Estado em prol da universalização do direito à moradia digna na área central. Cabe citar também uma das faces perversas dessa situação e que se refere à disputa entre os movimentos de moradia para garantir o atendimento dos seus integrantes nos programas habitacionais, distanciando-se da perspectiva de uma luta conjunta para a democratização do acesso às políticas sociais. Fragmenta-se, assim, a luta em torno de uma questão comum: o direito à moradia digna no centro da cidade de São Paulo.

Como escreveu Paoli, é como se a demanda por direitos e as disputas por sua universalização, assim como as possibilidades de "fundar conflitos negociáveis entre

as classes sociais" e de atuar na esfera pública, que outrora pareciam ter sido abertas e consagradas pelos movimentos sociais, estivessem esvaziadas (2000: 12 e 20). Enfim, é como se a própria substância social e a qualidade fundamental das possibilidades de uma política democrática fundada no dissenso, na manifestação do litígio e na tentativa de romper com a ordem natural de dominação (RANCIÈRE, 1996 e 2000) tivessem sido eliminadas do jogo político.

Enfim, pode-se sugerir que, a despeito das "conquistas", a postura do poder público frente às questões colocadas pelos movimentos de sem-teto se alterna entre o uso da violência institucional, que silencia e desqualifica as formas de dissenso, e o desenvolvimento de fórmulas institucionais capazes de garantir o controle da sua capacidade política, a sua instrumentação pelo governo e a elaboração de políticas públicas que permanecem afastadas da perspectiva de direitos universalizados[55]. A violência utilizada pelos aparatos do Estado na ocasião das ocupações de imóveis e das reintegrações de posse, forçando o desaparecimento político de suas demandas, exemplificariam o primeiro caso. No segundo, a vinculação de integrantes dos movimentos a mandatos parlamentares ou mesmo ao poder executivo, longe de se traduzirem na conquista de direitos, comprometeu a autonomia dos movimentos, inserindo suas ações no âmbito do que pode ser gerido e controlado pelo poder público. Os resultados são políticas pontuais e fragmentadas que não resistem às mudanças de governos e, pela sua própria lógica, são incapazes de se tornarem universais. São, portanto, mecanismos que não apenas dificultam a capacidade de ação e de invenção pública e política nas mais diversas formas de atuar na cidade, como, no limite, a inviabilizam, seja por meio das forças repressivas, seja por meio da sua instrumentação pelo governo, evitando o transbordamento indesejável dos conflitos para os espaços da cidade e garantindo a boa governança da máquina pública.

---

[55] Duas gestões municipais da cidade de São Paulo exemplificam a oscilação da postura do poder público diante das reivindicações e ações de movimentos sociais. Durante o mandato de Marta (PT), em cuja campanha eleitoral a habitação de interesse social na área central apareceu como um dos principais compromissos, membros da União dos Movimentos de Moradia (UMM) foram convidados para compor o gabinete do Secretário Municipal de Habitação, com o intuito de estabelecer um canal direto de diálogo entre o governo e os movimentos. Entretanto, os movimentos de moradia, especialmente aqueles ligados à UMM, deixaram de fazer grandes protestos e ações para pressionar o poder público; por outro lado, ainda que tenham sido construídas unidades habitacionais, essas intervenções ficaram bastante aquém do que esperavam os movimentos de moradia. Desse modo, mesmo supostamente reconhecidos como atores legítimos de interlocução, os movimentos de moradia não só não foram atendidos em suas reivindicações, como também tiveram dissolvida sua possibilidade de construir uma existência pública autônoma e distinta do governo da cidade. Já com a eleição de José Serra (PSDB), no final de 2004, as políticas para a área central sofreram grandes alterações. No que diz respeito especificamente à questão da habitação para a população de baixa renda, a Prefeitura, em consonância com as ações do governo estadual e com a utilização de um forte aparato policial, expediu vários mandatos de reintegração de posse contra moradores de cortiços e de ocupações de prédios, paralisou os programas em andamento e se recusou a estabelecer canais de diálogo com os movimentos de sem-teto.

Referências

1. Livros, artigos acadêmicos e relatórios

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. **Habitação**: avaliação da política habitacional. Observatório dos cidadãos: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo, 4. 2ª edição revisada. São Paulo: Instituto Pólis / PUC SP, 2002.

AMITRANO, Cláudio Roberto. "A Região Metropolitana e a área central da cidade de São Paulo: estagnação ou adaptação?" *in* EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / CEBRAP / CEM, 2004, pp. 85-122.

ANT, Clara; KOWARICK, Lúcio. "Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo" *in* KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 49-71.

AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia**: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

ARANTES, Antonio A. **Paisagens paulistanas**: transformações do espaço público. Campinas / São Paulo: Ed. Unicamp / Imprensa Oficial, 2000.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. "Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas" *in* ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000, pp. 11-74.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

_____. "A tradição revolucionária e seu tesouro perdido" *in* **Da revolução**. São Paulo / Brasília: Ática / UnB, 1988, pp. 172-224.

_____. "Da violência" *in* **Crises da República**. 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 1999, pp. 91-156.

_____. **Entre o passado e o futuro**. 5ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2001.

_____. "O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem" *in* **Origens do totalitarismo**. 5ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 300-336.

_____. "Sobre a humanidade em tempos sombrios: reflexões sobre Lessing" *in* **Homens em tempos sombrios**. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 13-36.

ARAÚJO, Juliana do Rêgo Barros; CLETO, Fabiana da Rocha; RIBEIRO, Fabiana Andrade; YOLLE NETO, José. **Intervenção em cortiços**. Trabalho final da

disciplina PCC-5840: Modelos de Oferta em Habitação Popular. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: http://pcc5840.pcc.usp.br/Interven%C3%A7%C3%A3o%20em%20Corti%C3%A7os.pdf. Acesso em: 01 ago. 2009.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DA MOOCA. **A luta dos quintais e cortiços da Mooca**. São Paulo, jun. 1993. Mimeo.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Associação Viva o Centro**: propostas e compromissos. São Paulo: Associação Viva o Centro, nov. 1996.

ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO. **Roteiro turístico do centro de São Paulo**. Disponível em: http://64.233.169.104/search?q=cache:adyn7OjXNX8J:www.vivaocentro.org.br/bancodados/roteiro_%20turistico/roteiro_d12.htm+%22rua+do+carmo,+88%22&hl=pt-BR&ct=clnk&cd=6&gl=br. Acesso em: 13 set. 2009.

_____. **São Paulo Centro**: uma nova abordagem. São Paulo: Associação Viva o Centro, ago. 2000.

BARRETO, Jule. "Uma ong para o centro". **Urbs**, nº 2, São Paulo, out. 1997. Disponível na Internet em: http://www.vivaocentro.org.br/biblioteca/umaongcentro.htm. Acessado em: 15 fev. 2008.

BARROS, Joana da Silva. **Moradores de rua** – trabalho e pobreza: interrogações sobre a exceção e a experiência política brasileira. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

BESSA, Vagner de Carvalho. "O setor de serviços às empresas" *in* EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / CEBRAP / CEM, 2004, pp. 200-233.

BLOCH, Janaína. **O direito à moradia**: um estudo dos movimentos de luta pela moradia no centro de São Paulo. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2007.

BOMFIM, Valéria Cusinato. **Os espaços edificados vazios na área central da cidade de São Paulo e a dinâmica urbana**. Dissertação de mestrado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2004.

BONDUKI, Gabinete do vereador Nabil. **São Paulo, Plano Diretor Estratégico**: cartilha de formação. 2ª edição revisada. São Paulo: Caixa Econômica Federal, 2003a.

BONDUKI, Nabil. "Descentralização da política habitacional e a experiência de São Paulo (1989-1992)" *in* ZENHA, Ros Mari (coord.). **Anais do IV Seminário Ibero-Americano da Rede CYTED XIV.C**. Capacitação e transferência de tecnologia para habitação de interesse social – Em busca de novas estratégias. São Paulo: 2003b, pp. 187-196. Mimeo.

_____. Habitação Popular: contribuição para o estudo da evolução urbana de São Paulo" *in* VALLADARES, L. P. (org.). **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 135-168.

_____. "Habitat II e a emergência de um novo ideário em políticas urbanas" *in* **Habitar São Paulo**: reflexões sobre a gestão urbana. São Paulo: Estação Liberdade, 2000, pp. 17-33.

BOTELHO, Isaura; FREIRE, Carlos Torres. "Equipamentos e serviços culturais na região central da cidade de São Paulo" *in* EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) / Centro de Estudos da Metrópole (CEM), 2004, pp. 157-198.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil: 1988. Disponível na Internet em www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acessado em 01 out. 2008.

_____. **Estatuto da Cidade**: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 3ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

CABANES, Robert; TELLES, Vera (orgs.). **Nas tramas da cidade**: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: EDUSP, 2000.

CAMPOS, Candido Malta; NAKANO, Kazuo; ROLNIK, Raquel. "Dinâmicas dos subespaços da área central de São Paulo" *in* EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / CEBRAP / CEM, 2004, pp. 123-158.

CARDOSO, Patrícia; SAULE JR., Nelson. **Direito à Moradia no Brasil**: violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro. São Paulo: Pólis, 1005.

CAVALCANTI, Gustavo Carneiro Vidigal. **Uma concessão ao passado**: trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

CINTRA, Marcos Antonio Macedo; CORRÊA, Renata Silveira. "O complexo financeiro: um caso de concentração no município e relativo esvaziamento no centro?" *in* EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / CEBRAP / CEM, 2004, pp. 235-270.

COMIN, Álvaro. "Diagnósticos, oportunidades e diretrizes de ação" *in* EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Caminhos para o centro**:

estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / CEBRAP / CEM, 2004, pp. XVII-XLV.

COHAB-SP (Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo). **Edifício Riachuelo**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, nov. 2008. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/meio_ambiente/eixo_eco_economia/curso/Riachuelo.pdf. Acesso em: 13 set. 2009.

COMARU, Francisco de Assis. Intervenção habitacional em cortiços na cidade de São Paulo: o Mutirão Celso Garcia, Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1998.

COMARU, Francisco; CYMBALISTA, Renato; SUTTI, Weber; TEIXEIRA, Ana Cláudia. **Estudo de caso**: conflitos em torno do direito à moradia na região central de São Paulo. Relatório do projeto. São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.polis.org.br/download/164.pdf. Acesso em: 03 out. 2009.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL (CEF). **Cartilha do PAR**: módulo arrendamento. Brasília: jun. 2008. Disponível em: http://downloads.caixa.gov.br/_arquivos/habita/par/CARTILHA_PAR.pdf. Acesso em 04 set. 2009.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL (CDHU). **Pró-Lar Atuação em Cortiços**: manual do Programa. São Paulo: Secretaria de Estado da Habitação, jul. 2003. Disponível em: http://portalshcdhu.cdhu.sp.gov.br/http/informacoes/manuais/prolar/Atuação%20em%20Cortiço%20-%20Manual%20do%20Programa%20+%20anexos.pdf. Acesso em 22 ago. 2009.

_____. **Produção Habitacional**. Disponível em: http://www.habitacao.sp.gov.br/saiba-como-funciona-a-cdhu/producao/producao-habitacional.asp?Pag=producao-habitacional&DestHab=1&municipio=220&Nome=SAO%20PAULO. Acesso em 05 set. 2009.

COSTA, Débora Cristina Beraldes. **Gestão pós-ocupação em edifícios reabilitados para Habitação de Interesse Social no centro de São Paulo**. 2009. Dissertação de mestrado (Engenharia Civil). São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2009.

CRISTO, André. **Hospital Nossa Senhora da Conceição**: uma proposta de adequação à moradia. Trabalho Final de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2001. Disponível em: http://www.geocities.com/andrecristo/intro.htm. Acesso em 17 set. 2009.

CRUZ-MOREIRA, Juan; GARCIA, Renato. “O complexo têxtil-vestuário: um *cluster* resistente” *in* EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / CEBRAP / CEM, 2004, pp. 272-305.

DAGNINO, Evelina. “Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana” *in* ALVAREZ, Sônia; DAGNINO,

Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, pp. 61-102.

_____. "Movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania" *in* DAGNINO, Evelina (org.). **Anos 90, política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 103-115.

_____. "Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades" *in* DAGNINO, Evelina (org.) **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, pp. 279-301.

DEL RIO, Manuel. **Do pântano nasce a flor**. São Paulo, dez. 1998. Disponível em: www.mstc.org.br. Acesso em: 07 jun 2006.

DUARTE, Adriano; PAOLI, Maria Célia. "São Paulo no plural: espaço público e redes de sociabilidade" *in* PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**: a cidade na primeira metade do século XX. Vol. 3. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp. 53-99.

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / CEBRAP / CEM, 2004, pp. XVII-XLV.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Desvelar a política na periferia**: histórias de movimentos sociais em São Paulo. São Paulo: Associação Editorial Humanitas / FAPESP, 2005.

FÓRUM CENTRO VIVO. "O centro da reforma urbana: manifesto por um centro vivo". **Fórum Centro Vivo**, edição especial de 4 anos. São Paulo, 10 dez. 2004.

_____. **Violações dos direitos humanos no centro de São Paulo**: propostas e reivindicações para políticas públicas. Dossiê de denúncia. São Paulo: Fórum Centro Vivo, 2006. Mimeo.

FRÚGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez / EDUSP, 2006.

_____. **Espaços públicos e interação social**. São Paulo: Marco Zero, 1995.

FUNDAÇÃO ENERGIA E SANEMENTO. **O Museu da Energia de São Paulo**. Disponível na Internet em: http://www.fphesp.org.br/saopaulo/saopaulo.shtm. Acessado em 23 ago. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GROSTEIN, Marta Dora. "A reconstrução permanente" *in* ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO (org.). **São Paulo centro XXI**: entre história e projeto. Publicação elaborada para o seminário internacional Centro de São Paulo, Encontro Preparatório realizado nos dias 12 e 13 de dezembro de 1994, no Mosteiro de São Bento. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1994, pp. 11-15.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA (GECD). "Dossiê: os movimentos sociais e a construção democrática: sociedade civil, esfera

pública e gestão participativa". **Idéias**, Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, vol. 5, nº 2 / vol. 6, nº 1, Campinas (SP), Unicamp, 1998-99, pp. 7-122.

HOUAISS, Antônio; FRANCO, Francisco Manoel de Mello; VILLLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Disponível em: www.houaiss.uol.com.br. Acesso em: 20 out. 2009.

KOHARA, Luiz Tokuzi. **Rendimentos obtidos na locação e sub-locação de cortiços**: estudo de casos na área central da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana e Construções Civis da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

KOWARICK, Lúcio. "Áreas centrais de São Paulo: dinamismo econômico, pobreza e políticas". **Lua Nova**, São Paulo, 70: 171-211, 2007.

LEME, Maria Cristina; MOREIRA, Antonio Cláudio; NARUTO, Minoru; PASTERNACK, Suzana. **Intervenção em cortiço**: análise de uma experiência didática. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2006.

MALERONKA, Camila. **PAR-Reforma**: quem se habilita? A viabilização de empreendimentos habitacionais em São Paulo através do Programa de Arrendamento Residencial – Modalidade Reforma: 1999-2003. Dissertação de mestrado (Planejamento, gestão e projeto). São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2005.

MARICATO, Ermínia. **Habitação, política urbana, movimentos urbanos e meio ambiente**: seleção de textos escolhidos 1. São Paulo: FAU USP, 1994.

MEYER, Regina M. Prosperi. "A metrópole como instrumento de desenvolvimento" *in* **São Paulo Centro**: uma nova abordagem. São Paulo: Associação Viva o Centro, ago. 2000, pp. 4-5.

MIAGUSKO, Edson. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto de São Paulo**: experiências no contexto do desmanche. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

MINISTÉRIO DA CULTURA (MinC). **Museu de Arte Moderna Nipo-Brasileira Manabu Mabe**. Brasília: 27 set. 2009. Disponível em: http://www2.cultura.gov.br/noticias/noticias_do_minc/index.php?p=30061&more=1&c=1&tb=1&pb=1. Acesso em: 01 out. 2009.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S. A**. Disponível em http://www.rffsa.gov.br/. Acessado em 08 set. 2008.

NEUHOLD, Roberta dos Reis. **Movimentos de moradia da região central da cidade de São Paulo**. Relatório Parcial de Pesquisa (ago. 2005 – fev. 2006). São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2006a. Mimeo.

_____. **Movimentos sociais e estratégias da luta por moradia**: as ocupações de imóveis na área central de São Paulo. Relatório final. São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 2006b. Mimeo.

_____. "Os movimentos de sem-teto e a luta pelo direito à moradia na área central da cidade de São Paulo" *in* GRUPO DE ESTUDOS DE POLÍTICA DA AMÉRICA LATINA. **Anais do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina (PR): Universidade Estadual de Londrina, 2008a. Disponível na Internet em http://www2.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirogepal/robertadosreis.pdf. Acessado em 12 out. 2008.

_____. **São Paulo, habitação e conflitos em torno do espaço urbano**: as ocupações de imóveis vazios na área central da cidade pelos movimentos de sem-teto entre 1997 e 2005. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH USP. São Paulo, ago. 2006c. Mimeo.

_____. **São Paulo, habitação e conflitos em torno da apropriação do espaço urbano**: as ocupações de imóveis vazios na área central da cidade entre 1997 e 2007. Relatório parcial de resultados de pesquisa (2007 e 2008). São Paulo: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2008b. Mimeo.

PAOLI, Maria Célia; RIZEK, Cibele. "Depois do desmanche" *in* OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A era da indeterminação**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 7-11.

PAOLI, Maria Célia. "O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política" *in* OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A era da indeterminação**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 221-256.

OLIVEIRA, Francisco. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal" *in* OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. 2ª edição. Petrópolis (RJ) / Brasília: Vozes / NEDIC, 2000, pp. 55-81.

OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A era da indeterminação**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007.

PICCINI, Andrea. **Cortiços e reestruturação do centro urbano de São Paulo, habitação e instrumentos urbanísticos**. Curso de pós-graduação em Engenharia Civil. São Paulo: Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, março de 1997. Mimeo.

_____. **Cortiços na cidade**: conceito e preconceito na reestruturação urbana de São Paulo. São Paulo: Annablume, 1998.

PÓLIS. **Controle social de políticas públicas**: o financiamento do BID para a reabilitação do centro de São Paulo. Relatório III. São Paulo: Pólis / Care, 30 nov. 2007.

RANCIÈRE, Jacques. **A noite dos proletários**: arquivos do sonho operário. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. “O dissenso” *in* NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 367-382.

RIZEK, Cibele Saliba. “Os sentidos da cidade na sociologia brasileira: da civilidade ao seu avesso”. **Relatório substantivo parcial**. Projeto temático “Cidadania e Democracia: o pensamento nas rupturas da política”. São Paulo: FAPESP, 2002. Mimeo.

_____. **Relatório parcial de resultados de pesquisa**. São Paulo: FAPESP, s.d. Mimeo.

_____. “São Paulo: orçamento e participação” *in* OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele Saliba (orgs.). **A era da indeterminação**. Coleção Estado de Sítio. São Paulo: Boitempo, 2007, pp. 129-156.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel / FAPESP, 1997.

_____. **O que é cidade**. 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. “São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política” *in* KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo: passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, pp. 75-94.

SAMPAIO, Maria Ruth. “Cortiço Vivo: projeto de reabilitação de cortiço na área central, Bom Retiro, São Paulo”. **Revista de Cultura e Extensão**, São Paulo, 2005, p. 18-27. Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.usp.br/prc/revista/sumario.html. Acesso em: 03 out. 2009.

SANDRONI, Paulo. “A dinâmica imobiliária da cidade de São Paulo: esvaziamento, desvalorização e recuperação da região central” *in* EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). **Caminhos para o centro**: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo / CEBRAP / CEM, 2004, p. 361-380.

SANTOS, André Luiz Teixeira et al. (org.). **Laboratório de projeto integrado e participativo para requalificação de cortiço**. São Paulo: FAU-USP, 2002.

SÃO PAULO. **Comissão de estudos sobre habitação na área central**: relatório final. São Paulo: Câmara Municipal, set. 2001. Disponível na Internet em http://www.camara.sp.gov.br/ central_de_arquivos/vereadores/CE-habitação.pdf. Acesso em 03 nov. 2008.

_____. **Programa Morar no Centro**. São Paulo: SEHAB, 2004.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 51.035**, de 07 de agosto de 2006. Transfere da administração da Procuradoria Geral do Estado para a da Secretaria da Educação, o imóvel que específica. São Paulo, ago. 2006.

_____. **Decreto 49.944**, de 30 de agosto de 2005. Autoriza a Fazenda do Estado a permitir o uso, a título precário e gratuito e por prazo indeterminado, em favor do Instituto “Manabu Mabe”, do imóvel que específica. São Paulo: 30 ago. 2005.

_____. **Programas Pró-Lar**. São Paulo: Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano, s.d. Disponível na Internet em http://www.habitacao.sp.gov.br/http/prohab/ corticos/tecorticos_sm.asp. Acesso em 10 set. 2008.

SÃO PAULO (Estado). do Estado de São Paulo. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, necessária para implantação de Programa Habitacional, imóvel situado neste Estado. São Paulo: 21 out. 1998.

SIMÕES JR., José Geraldo. "Bouvard: um urbanista francês em São Paulo" *in* ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO (org.). **São Paulo centro XXI**: entre história e projeto. Publicação elaborada para o seminário internacional Centro de São Paulo, Encontro Preparatório realizado nos dias 12 e 13 de dezembro de 1994, no Mosteiro de São Bento. São Paulo: Associação Viva o Centro, 1994a, pp. 74-76.

_____. **Cortiços em São Paulo**: o problema e suas alternativas. São Paulo: Instituto Pólis, 1991.

_____. **Revitalização de centros urbanos**. Publicações Pólis. São Paulo: Pólis, 1994b.

SILVA, Helena Menna Barreto. **Habitação no centro de São Paulo**: como viabilizar essa idéia? Relatório de pesquisa. São Paulo: LabHab / Caixa Econômica Federal, 2000.

_____. **O centro de São Paulo**: que futuro para a habitação? Relatório de pesquisa. São Paulo: 2001.

_____ (coord.). **Observatório do uso do solo e da gestão fundiária do centro de São Paulo**: relatório de pesquisa. São Paulo: LabHab FAUUSP, set. 2006

SILVA, Helena Menna Barreto (coord.); SÍGOLO, Letícia Moreira. **Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo**. Relatório de pesquisa. São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy, nov. 2007a. Disponível em: http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/silva_oportlimites_prodhabsocial.pdf. Acesso em: 08 ago. 2009.

_____. "Caderno de Estudos de caso". In: **Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo**. Relatório de pesquisa. São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy, nov. 2007b. Disponível em: http://www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/biblioteca/textos/silva_oportlimites_caderno.pdf. Acesso em: 08 ago. 2009.

TELLES, Vera da Silva. "Debates: a cidade como questão" *in* CABANES, Robert; TELLES, Vera (orgs.). Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo: Humanitas, 2006a, pp. 35-64.

_____. **Direitos sociais**: afinal do que se trata. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2006b.

_____. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed. 34, 2001.

_____. “Sociedade civil, direitos e espaços públicos”. **Pólis**, nº 14. São Paulo, Instituto Pólis, 1994, pp. 43-53.

YOLLE NETO, José. **Diretrizes para o estudo de viabilidade da reabilitação de edifícios antigos na região central de São Paulo visando a produção de HIS**: estudo de caso inserido no Programa de Arrendamento Residencial (PAR-Reforma) – Edifícios Olga Benário, Labor e Joaquim Carlos. Dissertação de mestrado (Engenharia Civil). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.

2. Jornais, revistas, sítios da Internet

ALMEIDA FILHO, Orlando. "O Déficit Habitacional e a invasão do edifício Prestes Maia". **Jornal Diário de São Paulo**, São Paulo, 26 fev. 2006. Disponível em: www6.prefeitura.sp.gov.br/noticias/_sec/habitacao/2006/08/0007. Acesso em: 10 jul. 2008.

ANISTIA INTERNACIONAL. "Pobreza e Direitos Humanos". **Anistia Internacional Portugal**. Disponível em: www.amnistia-internacional.pt/index.php?Itemid=79&id=269&option=com_content&task=view. AB’SABER, Aziz; FERNANDES, Pádua; KHEL, Maria Rita. “Revitalizar sem segregar: o direito à cidade”. **Folha de São Paulo**, Opinião, São Paulo, 12 abril 2006.

ABBOTT, Maria Luiza. “Ocupar casa abandonada é legal na Inglaterra”. **Folha Online**. São Paulo, 27 jul. 2003.

AGÊNCIA FOLHA. “200 famílias de sem-teto invadem prédio no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 29 jun. 2002.

_____. “Dirceu diz que há “preconceito” contra movimentos sociais”. Folha de São Paulo, Brasil, São Paulo, 06 ago. 2003.

_____. “Grupo de sem-teto invade prédio no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 03 jun. 2006, 03h43.

_____. “Integrantes do movimento sem-teto invadem prédio no centro de SP”. **Folha Online**, Caderno Cotidiano, São Paulo, 08 jun. 2002.

_____. “Sem teto realizam invasões e protestos em 11 Estados”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 abril 2007, 22h51.

ADAMS, Gavin. "Coletivos de arte e a ocupação Prestes Maia em São Paulo". **Rizoma**. Disponível em www.rizoma.net/interna.php?id=318&secao=artefato. Acesso em: 10 jul. 2008.

AGORA SÃO PAULO. “60 famílias são expulsas de casa”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 24 jan. 2001.

_____. “Sem-teto negociam desocupação de prédio invadido em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 05 set. 2003.

AGORA. “Ato contra despejo acontece hoje às 13, na praça João Mendes”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 07 maio 2001.

_____. “Em dia de protestos, sem-teto deixam CDHU”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 14 jul. 2003.

_____. “Famílias desalojadas de prédio na Aclimação ocupam calçada da avenida Mercúrio”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 23 jul. 2002.

_____. “Famílias desocupam casarão no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 09 mar. 2001.

_____. “Fogo em prédio invadido mata menina”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 08 set. 2003.

_____. “Líderes sem-teto são presos acusados de extorquir moradores”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 28 dez. 2004.

_____. “Sem-teto invadem escola que já estava ocupada por outro grupo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 24 maio 2004.

_____. “Sem-teto invadem hotel e expulsam hippies”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 26 out. 2004.

_____. “Sem-teto sai da República e vai para prédio”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 04 ago. 2003.

_____. “Sem-teto têm de sair de prédio”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 ago. 2003.

_____. “Sem-teto vivem há 2 meses em antiga quadra da Mancha Verde”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 09 jun. 2007, 10h48.

AGORA; FOLHA DE SÃO PAULO. “Em dia de protestos, sem-teto deixam CDHU”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 31 jul. 2003.

_____. “Famílias deixam prédio ocupado há 4 anos”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 21 jan. 2004.

_____. “Moradores de rua lideram invasão em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 26 abril 2004.

_____. “Sem-teto sai da República e vai para prédio na rua Aurora”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 ago. 2003.

ALMEIDA FILHO. “Íntegra: Entrevista Orlando de Almeida Filho, secretário de habitação”. Entrevista concedida à equipe de treinamento. **Folha de São Paulo**, Novo em Folha (versão expandida), São Paulo, 08 dez. 2006. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/novoemfolha42/te0812200635.shtml. Acesso em: 12 set. 2009.

ALVES, Marta. “Sem-teto invadem terreno e prédio do INSS em São Paulo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 02 maio 2005.

_____. “Sem-teto tentam invadir imóveis em SP e entram em choque com a PM”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 19 abril 2004, 14h09, 06h40.

ALVES, Martha. “Cerca de 300 sem-teto acampam em frente à Prefeitura em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 29 maio 2006, 03h03.

_____. “Sem teto promovem série de invasões em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 27 ago. 2007, 04h53.

_____. “Sem-teto acampam no centro de São Paulo para reivindicar moradia”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 20 jun. 2006, 08h52.

ANÓN, Rachel. “Cerca de 400 tentam invadir prédio no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 09 abril 2007, 03h49.

_____. “Prédios do CDHU no centro de São Paulo são invadidos por sem-teto”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 21 jul. 2001.

ANON, Rachel; BLAT, Jorge; TOMAZ, Kleber. “Após vitória de Serra, sem-teto invadem prédios em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 01 nov. 2004.

ARAÚJO, Ivaneti. "Viver na rua é não ter dignidade: depoimento”. Entrevista concedida a Alexander Thoele. **Swissinfo.ch**: notícias da Suíça para o mundo. 5 de Maio de 2009. Disponível em: http://www.swissinfo.ch/por/archive.html?siteSect=883&sid=10644069&ty=st. Acesso em: 20 out. 2009.

CHAUÍ, Marilena. “Democracia é conflito, não ordem, diz Chauí: depoimento”. Entrevista concedida a Rafael Cariello. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 03 ago. 2003.

ARAÚJO, João Mauro Barreto de. “O desespero na beira da sarjeta”. **Centro de Mídia Independente**, 12 fev. 2004. Disponível em: **http://www.midiaindependente.org/pt/blue/ 2004 /02/274276.shtml**. Acessado em 24 ago. 2008.

ATHIAS, Gabriela. “Cortiço é mais caro do que casa em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 11 set. 2000.

ATHIAS, Gabriela; CARIELLO, Rafael. “Sem-teto fazem "estágio" com sem-terra”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 17 ago. 2003.

BALAZINA, Afra. “Sem-teto faz biblioteca em prédio invadido”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 fev. 2006.

BALOGH, Giovanna; HADDAD, Camilla. “Despejados de prédio no centro vão receber auxílio-moradia”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 18 ago. 2005, p. C4.

BASSETE, Fernada; BRITO, Luísa. “Sem-teto fazem 4 invasões em São Paulo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 04 nov. 2005.

BERGAMO, Mônica. “Invadir, ocupar, colorir”. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 14 dez. 2003.

_____. “Quebra-quebra”. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 27 jul. 2005.

BERTONI, Estevão; CASTRO, Bárbara. “Fim de programa habitacional força vai-e-vem por SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 20 dez. 2006a.

BERTONI, Estevão; CASTRO, Bárbara. “Sem-teto de filme obtém moradia fora das telas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 20 dez. 2006b.

BESSI, Renata. “(SP) Famílias da Nove de Julho vão para debaixo de viaduto”. **Centro de Mídia Independente**, 01 jul. 2009. Disponível em: http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2009/07/449257.shtml. Acesso em 15 set. 2009.

BONFIM, Raimundo. “Sem-teto preparam onda de invasões”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12/ dez. 1999.

BORGES, Fabiana; TAVARES, Tulio. "Sonhos do Prestes Maia". **ACMSTC** – Arte e Cultura no Movimento Sem-Teto do Centro – Intervenção coletiva organizada por Tulio Tavares e Fabiane Borges. Disponível em: www.girame.wordpress.com/gira-me/sonhos-do-prestes-maia/. Acesso em: 10 jul. 2008.

BRANDT, Ricardo. “Casarão Santos Dumont abrirá em março”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 13 fev. 2005.

BRITO, Luísa. “Alckmin paga hotel para famílias despejadas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 18 ago. 2005.

_____. “Despejados "favelizam" ruas na capital”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 13 out. 2005.

_____. “Policiais e sem-teto se enfrentam no centro”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 17 ago. 2005.

_____. “Serra pagará volta de sem-teto à cidade natal”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 22 out. 2005.

CABRAL, Otávio. “Moradia popular terá subsídio de R$200 mi”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 ago. 2003.

CABRAL, Otávio; DANTAS, Iuri. “Lula antecipa pacote que beneficia sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 31 jul. 2003.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **Prefeita de São Paulo e presidente da CAIXA apresentam novo quadrilátero da Sé no sábado**. Brasília, 23 jan. 2004. Disponível em: Brasilia, 23 de Janeiro de 2004. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=3901531&tipo_noticia=28. Acesso em: 15 set. 2009.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **CAIXA apresenta projeto para revitalização do quadrilátero da Sé**. Brasília, 02 set. 2003. Disponível em: http://www1.caixa.gov.br/imprensa/imprensa_release.asp?codigo=3001345&tipo_noticia=0. Acesso em 16 se. 2009.

CAPRIGLIONE, Laura. “Moradores de prédio na avenida Prestes Maia devem deixar o local até o dia 25”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 21 fev. 2007.

_____. “Movimento dos sem-teto prepara ofensiva de invasões para quarta”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 10 maio 2004.

CARDEAL, Tatiana. **Where do you go?** Disponível em: www.flickr.com/photos/tatianacardeal/sets/72057594064182578/. Acesso em: 10 jul. 2008.

CARLOS, Cássio Starling. “Documentário focaliza quatro coordenadoras do MSTC”. **Folha de São Paulo**, Acontece, São Paulo, 29 abril 2006.

CAROS AMIGOS. "Prestes Maia: o maior prédio ocupado do Brasil". **Caros Amigos**. Disponível em: www.ocupacaoprestesmaia.zip.net/arch2006-05-14_2006-05-20.html. Acesso em: 27 ago. 2008.

CARVALHO, Mario Cesar. “Entidades querem "efeito São Vito" ampliado”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 17 ago. 2003.

CATANHÊDE, Eliane; CRUZ, Valdo. “Alckmin diz que políticos estão por trás de invasões”. **Folha de São Paulo**, Brasil, 28 jul. 2003.

CAVERSAN, Luiz. “Cidade vai se valorizar com reocupação do seu centro”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 06 dez. 2003.

CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE (CMI). “Informações sobre as ocupações – 12:00”. **Centro de Mídia Independente**, 03 nov. 2005. Disponível em: http://www.brasil.indymedia.org/pt/blue/2005/11/335666.shtml. Acesso em: 01 out. 2009.

_____. “Prédio da Rua do Ouvidor é despejado”. **Centro de Mídia Independente**. Disponível em: http://www.brasil.indymedia.org/pt/blue/2005/ 11/337555.shtml. Acesso em: 23 ago. 2008.

_____. "(SP) Termo de cooperação entre Prefeitura e MSTC". **Centro de Mídia Independente**. Disponível em: www.midiaindependente.org/pt/blue/2007/02/373595.shtml. Acesso em: 10 jul. 2008.

CHAUÍ, Marilena. “Democracia é conflito, não ordem, diz Chauí: depoimento”. Entrevista concedida a Rafael Cariello. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 03 ago. 2003.

CONSTANTINO, Luciana. “Lula assina medida para áreas invadidas”. **Folha de São Paulo**, Acontece, São Paulo, 28 abril 2006.

CORREA, Cindy. “Lula manda ministro tranqüilizar empresários sobre movimentos sociais”. **Folha Online**, Brasil, 28 jul. 2003.

COTES, Paloma; DURAN, Sérgio. “Sem-teto lideram reocupação do centro”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 10 abril 2002.

COTES, Paloma; GÓIS, Chico de. “Guarda do PT enfrenta sem-teto do PSDB”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 abril 2002.

DANTAS, Iuri. “PF infiltra agentes em movimentos sociais”. **Folha de São Paulo**, Brasil, 29 jul. 2003.

DIANA, Marina. “Famílias deixam prédio invadido no centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 26 ago. 2003.

DUALIBI, Julia; GÓIS, Antônio. “Greve atrapalha planos do PT para Jospin”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 07 abril 2001.

DURAN, Sérgio. “Integrar “ilhas” é desafio de urbanistas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 25 jan. 2002.

_____. “Para entidades, resultado é ligado a alta de impostos”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 07 abril 2003.

_____. “Político paga R$ 5,3 mil a líder sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 04 dez. 2001.

_____. “Prédio do Hotel São Paulo será desapropriado para abrigar sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 22 ago. 2002.

_____. “Sem-teto ameaçam retomar invasões de prédios no centro de SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 jun. 2001.

_____. “Sem-teto devem ganhar 8 prédios em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 maio 2001.

_____. “Sem-teto invadem prédios do centro de SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 05 nov. 2002.

_____. “Sem-teto reagem e evitam desocupação”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 28 jan. 2000.

_____. “Sem-teto vão gerenciar hotel da região central”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 06 out. 2001.

DURAN, Sérgio; SOARES, Alexssader. “Sem-teto farão invasão em 10 estados”. **O Estado de São Paulo**, Metrópole, São Paulo, 10 abril 2007.

DURAN, Sérgio; VIVEIROS, Mariana. “PT irá propor trégua para os sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 28 jan. 2000.

FERNADES, Fernanda. “Sem-teto definem "epidemia de ocupação" após eleição de Serra”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 10 nov. 2004.

FERNADES, Fernanda; MENA, Fernanda. “Cercado, grupo de sem-teto deixa prédio”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 09 nov. 2004.

FERNANDES, Fernanda; RAMOS, Victor. “Sem-teto invadem 7 imóveis em São Paulo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 02 nov. 2004.

FERREIRA, Carlos; MESQUITA, Lúcia. “Sem-teto reagem à reintegração de posse no centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 07h07.

_____. “Tropa de choque entra em prédio para retirar famílias”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 07h20.

FOLGATO, Marisa; GONZALES, Daniel. “Idéia de implodir São Vito é criticada por especialista”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 16 fev. 2005, p. C10.

FOLHA DE SÃO PAULO (FSP) . “80 pessoas ocupam prédio em São Paulo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 19 set. 2004.

_____. “600 sem-teto invadem prédio no centro”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 14 dez. 1997.

_____. “800 sem-teto deixam prédios em São Paulo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 nov. 2001.

_____. “A organização dos sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 05 maio 1997.

_____. “Alckmin promete rigor contra sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 23 jul. 2003.

_____. “Alckmin recua e não dará mais hotel a desabrigados”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 19 ago. 2005.

_____. **Arquivos da Folha**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/arquivos/. Acessado em: 01 maio 1008.

_____. “Casarão de aviador abriga 150 famílias”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 20 dez. 1999.

_____. “Cerca de 150 sem-teto invadem prédio abandonado”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 04 jun. 2006.

_____. “Ciclo debate “o direito à cidade””. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 01 abril 2006.

_____. “Cineastas vêem o dia-a-dia dos sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 25 mar. 2006.

_____. “Coletivos “vão” à Bienal de Havana via faz”. **Folha de São Paulo**, Acontece, São Paulo, 27 mar. 2006.

_____. “Coletivos ganham vulto nos anos 2000”. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 06 dez. 2006.

_____. “Cortiços e favelas abrigam 25% dos moradores de SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 nov. 1999.

_____. “Covas faz nova crítica contra governo FHC”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 07 maio 2000.

_____. “Despejados permanecem acampados”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 23 ago. 2005.

_____. “Discurso duro divide equipe do prefeito”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 07 fev. 2007.

_____. “Dono de prédio invadido pode mover ação”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 07 nov. 2000.

_____. “Emendas sobre zoneamento de SP foram rejeitadas em debate”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 14 set. 2002.

_____. “Encortiçados viram 'sem-projeto'”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 04 jan. 1998.

_____. “Entidade faz ato contra política do Estado”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 ago. 2004.

_____. “Entidade intensifica invasões”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 24 mar. 1997.

_____. “Entidades listam 72 áreas do INSS a serem negociadas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 19 set. 2004.

_____. “'Espião' localiza os prédios-alvo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 22 maio 1997.

_____. “Estudantes projetam reforma de cortiço”. **Folha de São Paulo**, Folhateen, São Paulo, 22 nov. 1999.

_____. “Existe risco no Brasil de caos social?”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 03 ago. 2003.

_____. “Fórum lista ‘ocupáveis’”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 abril 1997.

_____. “Fracassa protesto nacional dos sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 13 maio 2004.

_____. “Invasões atingiram o ápice no ano passado”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 08 nov. 2000.

_____. “Justiça autoriza líder sem-teto a responder processo em liberdade”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 27 maio 2004.

_____. “Laudo do IC pode virar inquérito”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 05 nov. 1997.

_____. “Líder sem-teto chegou a São Paulo semi-analfabeta e hoje cursa direito”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 17 ago. 2003.

_____. “Líder troca invasão pelo caminho das leis”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 06 jul. 2003.

_____. “Líderes vão ao DF para Caravana da Moradia”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 19 maio 1998.

_____. “Marta promete recuperar auto-estima de SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 26 jan. 2003.

_____. “Morcarzel avança no campo da desmistificação”. **Folha de São Paulo**, Acontece, São Paulo, 02 mar. 2007.

_____. “Movimentos de SP levam 1.500 pessoas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 09 jun. 1997.

_____. “Movimentos se reúnem para decidir novas ações”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 22 abril 2004.

_____. “No centro, desocupação é adiada”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, 29 jul. 2003.

_____. ““O colégio que eu cursei virou museu””. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 27 ago. 2006.

_____. “Os sem-teto do centro estão agora sem destino”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 16 ago. 2003.

_____. “Para a secretária nacional de Habitação, atos são para chamar a atenção da sociedade”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 abril 2007.

_____. “Para Alckmin, meta de 180 mil casas é exagero”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 21 abril 2004.

_____. “Participantes só obtêm detalhes na hora de invadir”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 27 jul. 2003.

_____. “Pelo direito de se divertir”. **Folha de São Paulo**, Folhateen, São Paulo, 08 mar. 2004.

_____. “Petistas vão à cadeia apoiar sem-teto preso”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 22 maio 2004.

_____. “Polícia retira invasores de hotel na Ipiranga”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 02 ago. 2003.

_____. “Prédio abriga encortiçados”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 07 jun. 1997.

_____. “Prédio na avenida Liberdade havia sido invadido por famílias sem-teto; vítimas tiveram somente ferimentos leves”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 17 dez. 2006.

_____. “Prefeitura paga até R$ 5.000 para tirar sem-teto de SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 23 abril 2006.

_____. “Projeto “pode agilizar mudança””. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 26 fev. 2004.

_____. “Regra de convivência é desafio em ocupação”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 maio 2004.

_____. “Sem-teto acampam em frente à prefeitura”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 30 maio 2006.

_____. “Sem-teto continuam em quatro prédios invadidos”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 nov. 2004.

_____. “Sem-teto de SP invadem seis prédios”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 25 out. 1999.

_____. “Sem-teto e PM se enfrentam no centro”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 08 nov. 2004.

_____. “Sem-teto e secretário negociam "trégua"”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 04 abril 2002.

_____. “Sem-teto fazem protesto na segunda-feira”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 05 maio 2001.

_____. “Sem-teto invade hospital abandonado”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 ago. 2000.

_____. “Sem-teto invadem imóveis da União em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 08 mar. 2005.

_____. “Sem-teto preparam onda de invasões”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 dez. 1999.

_____. “Sem-teto prometem protesto segunda-feira em São Paulo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 21 jul. 2001.

_____. “Sem-teto promovem onda de invasões”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 20 abril 2004.

_____. “Sem-teto quer negociar com governo a partir de hoje”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 15 dez. 1997.

_____. “Sem-teto saem do antigo hotel no centro”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 27 ago. 2003.

_____. “Sem-teto têm motivação política, diz Serra”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 14 out. 2005.

_____. “Sem-teto vão invadir dois prédios públicos”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 2 abril 1997.

_____. “Valor de terreno no centro é proibitivo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 10 ago. 2003.

_____. “Vice acusa o presidente do CDHU de 'morosidade'”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 08 out. 1998.

FOLHA DE SÃO PAULO; FOLHA ONLINE. “"Dia de Festa" narra rotina dos sem-teto em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 mar. 2006, 14h57.

FOLHA ONLINE. “150 famílias invadem prédio”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 ago. 2004.

_____. “20 entidades lançam nota contra invasões no país”. **Folha Online**. São Paulo, 01 ago. 2003.

_____. “Advogado de candidato do PT entra com hábeas corpus no STJ”. Folha Online, Cotidiano, São Paulo, 16 set. 2005, 18h32.

_____. “Após ocupações, sem-teto protestam na praça da Sé”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 07 nov. 2005, 13h29.

_____. “CDHU tenta reintegração de posse de terreno invadido por sem-teto”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 19 abril 2004, 18h20.

_____. “Cerca de 400 sem-teto desocupam prédio na região central de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 28 jun. 2005, 10h05.

_____. “CET registra 37 km de congestionamento em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 30 jan. 2004.

_____. “CET registra duas manifestações em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 26 abril 2006, 07h48.

_____. “Conheça a **Folha**”. Disponível na Internet em: www.folha.uol.com.br. Acessado em: 19 abril 2008.

_____. “Entidades de sem-teto se reúnem com Marta na sexta-feira”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 25 set. 2001.

_____. “Famílias se recusam a desocupar prédios da CDHU”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 21 jul. 2001.

_____. “Famílias sem teto promovem série de invasões em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 abril 2007, 09h15.

_____. “Famílias sem teto se reúnem no centro de SP e realizam passeata”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 abril 2007, 11h02.

_____. “Grupo realiza manifestação na avenida Paulista”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 12 maio 2004, 15h57.

_____. “Grupo sem teto ocupa terreno na região central de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 abril 2006, 08h44.

_____. “Grupo sem teto segue em passeata até o prédio da Prefeitura de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 abril 2007, 11h59.

_____. “Grupo sem-teto ocupa avenida São João (SP) durante protesto”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 31 out. 2003.

_____. “Grupo sem-teto passa a madrugada em frente a prédio desocupado em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 17 ago. 2005, 11h35.

_____. “Grupos de sem-teto protestam e invadem prédio em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 26 abril 2006, 22h40.

_____. “Grupos de sem-teto querem moradia definitiva em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 07 nov. 2004, 10h25.

_____. “Grupos sem-teto ocupam imóveis em São Paulo**”. Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 07 nov. 2005, 8h38.

_____. “Integrantes do movimento Sem-Teto invadem 7 prédios em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 maio 2002.

_____. “Justiça determina desocupação de prédio no centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 ago. 2003.

_____. “Justiça determina reintegração de posse em terreno da CDHU”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 23 abril 2004, 18h20.

_____. “Justiça nega reintegração de posse e sem-teto ganham tempo em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 30 jul. 2003.

_____. “Justiça suspende reintegração de posse no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 23 fev. 2007, 15h58.

_____. “Lideranças de movimento sem-teto negociam com secretários em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 29 maio 2006, 15h18.

_____. “Manifestantes bloqueiam trânsito em rua no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 19 abril 2004, 12h43.

_____. “Ministro diz que não é preciso “baixar o pau” nos movimentos sociais” . **Folha Online**, Brasil, São Paulo, 11 ago. 2003.

_____. “Morar em São Paulo é tema de debate”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 04 dez. 2003.

_____. “Movimento de moradia protesta em frente ao prédio da CDHU”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 jul. 2001.

_____. “Movimentos sociais se mobilizam para o Grito”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 06 set. 2006, 13h29.

_____. “Perueiros e sem-teto acampam em frente à prefeitura SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 08 ago. 2001.

_____. “PM acompanha reintegração de posse em terreno da CDHU”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 26 abril 2004, 09h07.

_____. “PM acompanha reintegração de posse no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 15 out. 2003.

_____. “PM acompanha reintegração de posse no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 16 ago. 2005, 08h08.

_____. “Polícia Militar retira sem-teto de prédio no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 30 out. 2006, 13h29.

_____. “Policiais vigiam prédios invadidos por sem-teto em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 01 nov. 2004.

_____. “Prefeitura recusa reunião com sem teto e aponta "questão eleitoral"”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 abril 2007, 14h08.

_____. “Protesto contra reintegração de posse interdita via em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 07 fev. 2006, 08h24.

_____. “Protesto de sem-teto prejudica o trânsito em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 14 abril 2001.

_____. “Retirada de sem-tetos continua no centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 14h58.

_____. “Reunião define reintegração de posse em terreno de universidade”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 23 jul. 2003.

_____. “Sem teto se concentram em frente à Prefeitura de SP após passeata”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 abril 2007, 12h38.

_____. “Sem-teto abandonam terreno e prédio do INSS em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 03 mar. 2005, 11h09.

_____. “Sem-teto acampam em frente à Prefeitura de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 12 nov. 2006, 20h39.

_____. “Sem-teto deixam a frente da Prefeitura de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 30 maio 2006, 20h54.

_____. “Sem-teto desocupam prédio em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 07 mar. 2005, 09h22.

_____. “Sem-teto desocupam terreno da CDHU na zona sul”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 26 abril 2004, 16h13.

_____. “Sem-teto devem desocupar edifício da região central nesta quinta-feira”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 11 nov. 2004, 04h58.

_____. “Sem-teto devem fazer manifestação no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 02 jul. 2005, 10h23.

_____. “Sem-teto encerram manifestações em São Paulo e liberam trânsito”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 19 abril 2004, 14h09.

_____. “Sem-teto encontram mercadorias sem nota em prédio ocupado em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 ago. 2004.

_____. “Sem-teto fazem enterro simbólico de Kassab e ameaçam invasões em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 13 nov. 2006, 14h00.

_____. “Sem-teto fazem passeata e prejudicam trânsito na Radial Leste”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 19 abril 2004, 09h36.

_____. “Sem-teto fazem passeata em SP e atrapalham o trânsito”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 25 set. 2001.

_____. “Sem-teto fazem protesto contra desejos no centro de SP”. **Folha Online, Cotidiano**, São Paulo, 23 ago. 2005, 17h10.

_____. “Sem-teto invadem prédio e promovem protestos em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 26 abril 2006, 10h44.

_____. “Sem-teto invadem prédio no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, 31 jul. 2004.

_____. “Sem-teto invadem prédio no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 07 nov. 2004, 23h39.

_____. “Sem-teto invadem prédios desativados no centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 02 nov. 2001.

_____. “Sem-teto ocupam ainda quatro prédios em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 02 nov. 2004, 12h53.

_____. “Sem-teto ocupam hotel abandonado no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 26 mar. 2007, 10h20.

_____. “Sem-teto ocupam quatro edifícios no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 21 jul. 2003.

_____. “Sem-teto ocupam três prédios e um terreno em São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 03 nov. 2005, 11h21.

_____. “Sem-teto passam a madrugada em prédios invadidos em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 22 jul. 2003.

_____. “Sem-teto permanecem acampados em frente à Prefeitura de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 30 maio 2006, 10h33.

_____. “Sem-teto protestam em frente à Daslu”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 08 out. 2005, 13h48.

_____. “Sem-teto protestam perto da Prefeitura de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 28 jun. 2006, 08h36.

_____. “Sem-teto que invadiram oficina abandonada na Mooca foram transferidos”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 02 jun. 2001.

_____. “Sem-teto recusam negociar com secretários e pedem presença de Kassab”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 29 maio 2006, 12h32.

_____. “Sem-teto saem de prédio, mas mantêm três ocupações em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 03 nov. 2005, 22h35.

_____. “Sem-teto são retirados de casas na região central de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 22 jan. 2002.

_____. “Sem-teto são retirados de prédio invadido no centro de São Paulo”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 17 dez. 2002.

_____. “Sem-teto seguem para a sede do governo de SP e prejudicam trânsito”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 26 abril 2006, 13h01.

_____. “Sem-tetos devem deixar pacificamente prédio no centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 13 ago. 2003.

_____. “Servidores do Judiciário e sem-teto realizam protestos em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 23 abril 2002.

FOTOGARRAFA. "Fotogarrafa: olhar, reportar, publicar". Disponível em: www.fotogarrafa.com.br/fotoarquivos/cat_moradia_prestes_maia.html. Acesso em: 10 jul. 2008.

GALLO, Ricardo. “Sem-teto fazem 3 invasões em São Paulo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 31 out. 2006.

_____. “Sem-teto protesta e obtém promessa de casa”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 27 abril 2006.

GALVÃO, Vinícius Queiroz. ““Não aprovo invasões fora da lei”, diz Genoíno sobre sem-teto”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 25 jul. 2003.

GLOBO.COM. “Mais de mil integrantes do Sem-teto tentam invadir seis prédios e um terreno em SP”. **Globo.com**, 11 abr. 2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,MUL20353-5605,00-MAIS+DE+MIL+INTEGRANTES+DO+SEMTETO+TENTAM+INVADIR+SEIS+PREDIOS+E+UM+TERRENO.html. Acesso em: 03 out. 2009.

GÓIS, Chico de; IZIDORO, Alencar. “Sem-teto disputa "pontos" para obter casa”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 27 jul. 2003.

_____. “Sem-teto invadem 4 edifícios do centro”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 22 jul. 2003.

GÓIS, Chico. “MSTC promete resistir à possível ordem de reintegração de posse”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 23 jul. 2003.

GONÇALVES, Guto. “Polícia encontra homem morto em frente a prédio invadido em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 25 nov. 2000.

_____. “Polícia encontra homem morto em frente a prédio invadido em SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 22 jul. 2001.

GUIBU, Fábio. “Jarbas diz que reforma vai ocorrer apenas no ICMS”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 11 ago. 2003.

GUIBU, Fábio; NORONHA, Fernando. “Jarbas diz que reforma vai ocorrer apenas no ICMS”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 11 ago. 2003.

GUIMARÃES, Arthur; HADDAD, Camilla. “Sem-teto fazem três ‘ocupações-denúncia’”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 19 ago. 2005, p. C6.

HADDAD, Camilla. “Em 5 ocupações, sem-teto mobilizam 2 mil’”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 08 nov. 2005, p. C.

HERNANDES, Ana Raquel. “Sem-teto contemplados temem invasão”. **Folha de São Paulo**, Imóveis, São Paulo, 02 jul. 2000.

INSTITUTO PÓLIS. **Ação Coletiva de apoio ao MSTC na Ocupação Prestes Maia**: Integração sem posse X Reintegração de posse. Disponível em: www.polis.org.br/sala_de_imprensa_interna. asp?codigo=20. Acesso em: 10 jul. 2008.

INTEGRAÇÃO SEM POSSE. Disponível em: www.integracaosemposse.zip.net/arch2006-02-01_2006-02-28.html. Acesso em: 10 jul. 2008.

IZIDORO, Alencar. “Grupo lista áreas para invasões em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 28 out. 1999.

_____. “Menino morre em prédio invadido”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 09 nov. 1999.

_____. “Sem-teto conseguem acordo para 949 casas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 04 nov. 1999.

_____. “Sem-teto recebem intimação para sair de construção do TRT”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 11 nov. 1999.

_____. “Despejo anunciado aflige Prestes Maia, 911”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 14 jul. 2005.

_____. “Mulheres tomam a dianteira nas invasões”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 27 jul. 2003.

_____. “Sem-teto decidem desocupar duas áreas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 13 maio 2002.

_____. “Sem-teto fazem megainvasão em oito áreas de SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 maio 2002.

_____. “Sem-teto têm aliados em governo petista”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 25 abril 2004, 06h44.

IZIDORO, Alencar; BALAZINA, Afra. “Serra dá até R$ 5 mil para sem-teto deixar SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 07 fev. 2006.

LAGE, Amarílis. “Justiça manda desocupar prédio na Ipiranga”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 26 jul. 2003.

_____. “No centro, sem-teto vão iniciar desocupação”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 24 jul. 2003.

LAGE, Amarílis. “Sem-teto trocam hotel pela sede da CDHU”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 25 jul. 2003.

LEITE, Fabiane. “Moradores de cortiço lamentam cancelamento da visita de Jospin”. **Folha Online**, Brasil, São Paulo, 06 abril 2001.

_____. “Reunião não resolve situação de sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 ago. 2003.

LEITE, Pedro Dias; SCOLESE, Eduardo. “Lula acelera legalização de áreas invadidas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 27 abril 2006.

LIMA, Eduardo Sales de. "Prestes Maia: ameaça de reintegração e quatro anos de descaso". **Brasil de Fato**. Disponível em: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/Imprensa/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/2007/fevereiro/prestes-maia-ameaca-de-reintegracao-e-quatro-anos-de-descaso/. Acesso em: 10 jul. 2008.

MACHADO, Cassiano Elek. “Inauguração atrai do presidente ao pipoqueiro”. **Folha de São Paulo**, Acontece, São Paulo, 11 jul. 1999.

MANIZINI, Gabriela. “Governo e Prefeitura de SP trocam acusações sobre invasões de sem-teto”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 09 nov. 2004, 22h04.

MANSO, Bruno Paes. “Aluguel mais caro de São Paulo é de cortiço”. **O Estado de São Paulo**, 12 abr. 2009.

MATTOS, Laura. “Sobretaxa pode triplicar conta de cortiço”. **Folha de São Paulo**, Dinheiro, São Paulo, 24 maio 2001.

MENA, Fernanda. “Relator da ONU compara Brasil a Índia”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 jun. 2004.

MESQUITA, Lúcia. “Cinco sem-teto foram presos durante a reintegração de poss”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 08h36.

_____. “Invasores de prédios não têm para onde ir”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 09h26.

_____. “Invasores resistem à retirada de prédio no centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 08h03.

_____. “Invasores só ficaram sabendo da reintegração de posse hoje”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 11h52.

_____. “Prédio invadido em São Paulo havia sido comprado há 2 anos”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 08h12.

_____. “Prédio invadido foi a primeira casa de gêmeos recém-nascidos”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 10h05.

_____. “Sem-teto dizem que queriam comprar prédio do centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 09h04.

_____. “Tropa de choque entra em prédio para retirar famílias”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 24 nov. 2000, 07h51.

MORAES, Sandra. “É preciso salvar este tesouro”. **Veja São Paulo**, 22 mar. 2006.

MOREIRA, Marli. "Despejo de famílias sem-teto no Edifício Prestes Maia é adiado". **Agência Brasil**. Disponível em: www.radiobras.gov.br/abrn/brasilagora/materia.phtml?materia=256363. Acesso em: 10 jul. 2008.

MOVIMENTO SEM-TETO DO CENTRO (MSTC). "Moradores da ocupação Prestes Maia denunciam violência policial". **Vidas sem teto**: a arquitetura da exclusão. Disponível em andersonbarbosafotojornalista.blogspot.com/2007/04/moradores-da-ocupao-prestes-maia.html. Acesso em: 10 jul. 2008.

NETO, Epaminondas. “Se dependesse de Lula, centro seria acampamento de sem-teto, diz Alckmin”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 28 abril 2006, 14h43.

O ESTADO DE SÃO PAULO (OESP). “800 invasores podem ser retirados de prédio”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 23 maio 2002, 23h41, online.

_____. “Além de invasão a prédios, sem-teto fazem passeata em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 30 out. 2006, 11h55, online.

_____. “Banalização do caos”. **O Estado de São Paulo**, Opinião, São Paulo, 03 out. 2007, 00h19, online.

_____. “Boato sobre reintegração assusta sem-teto em São Paulo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 26 jul. 2003, 21h04, online.

_____. “Bolsa de R$ 250 para sem-teto”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 26 ago. 2005, p. C5.

_____. “Cinco mil no ‘Grito dos Excluídos’”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 08 set. 2004, 02h08, online.

_____. “Em discurso, líder dos sem-teto evidencia 'descaso' do governo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 abril 2007, 03h57, online.

_____. “Famílias de sem-teto invadem prédios em São Paulo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 30 out. 2006, 10h57, online.

_____. “Famílias terão de desocupar prédio invadido no Centro”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 20 jan. 2004, 03h45, online.

_____. “Grupo tenta invadir prédio em São Paulo e enfrenta a PM”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 07 nov. 2004, 22h58, online.

_____. “Hotel de luxo reformado é entregue a 152 famílias de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 20 dez. 2006, 15h38, online.

_____. “Hotel São Paulo será o novo endereço de sem-teto”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 10 jun. 2002, 06h40, online.

_____. “Idosos protestam por moradia”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 20 abr. 2006, p. C4.

_____. “Incêndio destrói prédio ocupado no centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 07 set. 2003, 06h52, online.

_____. “Invasores de hotel de SP serão retirados hoje”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 26 ago. 2003, 07h50, online.

_____. “Invasores negociam com presidente da CDHU”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 21 jul. 2001, 12h52, online.

_____. “Invasores prometem deixar prédio do CDHU até segunda”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 21 jul. 2001, 16h45, online.

_____. “Justiça manda sem-teto deixarem hotel invadido em São Paulo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 ago. 2003, 15h27, online.

_____. “Justiça ordena reintegração de posse de prédio invadido”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 21 jul. 2003, 03h11, online.

_____. “Marta não comenta invasões e pede pressa para Plano”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 maio 2002, 13h20, online.

_____. “Menina morre durante incêndio em prédio invadido”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 07 set. 2003, 13h33, online.

_____. “Ministérios das Cidades compra prédios no Centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 24 mar. 2004, 10h55, online.

_____. “Ministro discute retirada de sem-teto em prédio de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 1121 abril 2007, 18h25, online.

_____. “Movimento dos sem-teto inicia série de invasões em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 abril 2007, 00h19, online.

_____. “Movimento sem-teto faz ocupações em 18 cidades do País”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 01 out. 2007, 18h33, online.

_____. “Movimento Sem Teto volta a invadir edifícios”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 maio 2002, 05h33, online.

_____. “MST desocupa prédio após dez dias em São Paulo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 10 nov. 2004, 23h27, online.

_____. “Negada liminar de reintegração ode posse de prédio em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 30 jul. 2003, 15h25.

_____. “Para sem-teto de São Paulo burocracia atrasa PAR”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 14 maio 2002, 20h34, online.

_____. “Paul Singer diz que invasão de prédio “já veio tarde””. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 25 jul. 2003, 19h03, online.

_____. “PM desocupa prédio invadido no Centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 15 out. 2003, 02h55, online.

_____. “PM fará reintegração de posse nesta quarta no Centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 15 out. 2003, 14h01, online.

_____. “PM pode cumprir reintegração de posse em SP, hoje”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 13 ago. 2003, 08h30, online.

_____. “Prédios do governo federal são invadidos na zona leste de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 02 out 2006, 04h59.

_____. “Protesto reúne 1.200 sem-teto em São Paulo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 jul. 2001, 18h21, online.

_____. “Protesto tumultua entrega das obras da Praça da Sé”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 jul. 2001, 18h21, online.

_____. “Quase quinhentas famílias ficam desabrigadas”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 25 jan. 2007, 17h30, online.

_____. “Recursos do BID vão beneficiar moradores de cortiços”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 23 jun. 2002, 21h54, online.

_____. “Reintegração de posse do Edifício Prestes Maia é adiada”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 15 fev. 2006, 11h24, online.

_____. “Sâo Vito, invadido por sem-teto em SP, pode ser demolido”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 09 abril 2007, 16h33, online.

_____. “Secretário de Habitação de SP defende crédito subsidiado”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 10 out. 2003, 09h07, online.

_____. “Segurança frusta invasão de sem-teto no centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 30 out. 2006, 03h31, online.

_____. “Sem-teto acampam em frente à Prefeitura”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 29 maio 2006, 06h00, online.

_____. “Sem-teto continuam acampados em frente a centro habitacional”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 27 jul. 2003, 22h04, online.

_____. “Sem-teto continuam em frente à Prefeitura de São Paulo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 30 maio 2006, 09h10, online.

_____. “Sem-teto deixam acampamento e invadem prédio em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 31 jul. 2004, 04h05, online.

_____. “Sem-teto deixam edifício na região central de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 26 ago. 2003, 13h37, online.

_____. “Sem-teto deixam prédio”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 29 jun. 2005, p. C9.

_____. “Sem-teto deixam prédio abandonado e dirigem-se à Prefeitura”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 01 jun. 2006, 02h48, online.

_____. “Sem-teto desocupam imóvel do INSS”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 02 nov. 2001, 18h10, online.

_____. “Sem-teto inauguram biblioteca”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 13 fev. 2006, p. C5.

_____. “Sem-teto invadem 6 imóveis em SP”. **O Estado de São Paulo**, Metrópole, São Paulo, 28 ago. 2007.

_____. “Sem-teto invadem edifício São Vito no centro da capital”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 09 abril 2007, 06h09, online.

_____. “Sem-teto invadem edifícios em São Paulo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 19 abril 2004, 09h39, online.

_____. “Sem-teto invadem fábrica desativada em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 02 jun. 2001, 15h30, online.

_____. “Sem-teto invadem hotel desativado no Centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 25 out. 2004, 06h29, online.

_____. “Sem-teto invadem prédio da CDHU em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 21 jul. 2001, 02h08, online.

_____. “Sem-teto invadem prédio no centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 29 jun. 2002, 08h13, online.

_____. “Sem-teto invadem prédios no centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 2 nov. 2001, 11h28,online.

_____. “Sem-teto invadem prédios no centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 21 jul. 2003, 03h11, online.

_____. “Sem-teto invadem terreno no Brás (SP)”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 01 abril 2006, 06h20, online.

_____. “Sem-teto invadem vários imóveis durante a madrugada em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 19 abril 2004, 12h25, online.

_____. “Sem-teto mantêm três invasões em São Paulo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 abril 2007, 07h32, online.

_____. “Sem-teto no centro”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 16 maio 2005, p. C4.

_____. “Sem-teto protestam e conseguem retomada de mutirão”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 26 abril 2006, 22h05, online.

_____. “Sem-teto ocupam dois prédios no centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 04 nov. 2002, 20h32, online.

_____. “Sem-teto ocupam prédio”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 03 maio 2005, p. C7.

_____. “Sem-teto prometem protesto em frente à Prefeitura”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 28 jun. 2006, 04h43.

_____. “Sem-teto realizam invasões de prédios e terrenos em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 27 ago. 2007, 04h29, online.

_____. “Sem-teto realizam invasões durante a madrugada em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 27 ago. 2007, 04h19, online.

_____. “Sem-teto realizam manifestações para reivindicar moradias”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 11 abril 2007, 15h26, online.

_____. “Sem-teto são removidos de prédio em risco em SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 06 out. 2001, 15h24, online.

_____. “Sem-teto são retirados de prédio no centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 01 ago. 2003, 07h09, online.

_____. “Sem-teto seguem acampados em frente ao prédio da CDHU no centro de SP”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 20 jun. 2006, 05h24, online.

_____. “Sem-teto rejeitam ir para abrigo”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 19 ago. 2005, p. C6.

_____. “Vale-despejo é usado na compra de barraco em zona de risco”. **O Estado de São Paulo**, Cidades, São Paulo, 23 abril 2007, 09h39, online.

OLIVEIRA, Marcelo. “6.100 sem-teto invadem seis imóveis em menos de uma hora em São Paulo”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 26 out. 1999.

_____. “Casarão invadido vira condomínio em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 21 mar. 1997.

_____. “Casarão no centro será desocupado”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 05 ago. 1997.

_____. “'Com-teto' invadem prédio público em SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 17 jun. 1997.

_____. “Estado compra casarão para sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 08 ago. 1997.

_____. “Governo dá três dias para sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 07 ago. 1997.

_____. “Governo vai comprar imóveis invadidos”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 19 jun. 1997.

_____. “Grupo que invadiu imóvel assina contrato”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 05 abril 1997.

_____. “Imóveis da USP serão comprados para sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 nov. 1997.

_____. “Invasores de prédios da USP viram inquilinos”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 abril 1997, p. 3.

_____. “Líder de sem-teto vira “porta da esperança””. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 13 abril 1997.

_____. “Mil sem-teto invadem hospital desativado”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 07 out. 1998.

_____. “Prazo vence, mas sem-teto não saem”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 ago. 1997.

_____. “Prédio do INSS é invadido por mil sem-teto”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 04 nov. 1997.

_____. “Prédio invadido pode ser condenado”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 05 nov. 1997.

_____. “Sem-terra e sem-teto farão marcha”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 01 abril 1997.

_____. “Sem-teto acata proposta e sai de imóvel”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 06 ago. 1997.

_____. “Sem-teto invadem prédio no centro de SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 05 jan. 1999.

_____. “Sem-teto invadem Prefeitura de SP”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 19 ago. 1999.

_____. “Sem-teto param avenida de SP para conseguir ligação de luz”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 12 jan. 1999.

_____. “Sem-teto prometem continuar invasões”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 16 dez. 1997.

_____. “Sem-teto querem ocupar hospital no centro”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 25 ago. 1997.

_____. “Sem-teto reinvadem prédio por 18h”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 09 dez. 1999.

_____. “Sem-teto reocupam prédio e prometem sair até sexta-feira”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 06 jan. 1999.

_____. “Sem-teto são presos ao invadir prédio”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 17 dez. 1999.

_____. “Vice-presidente da CDHU critica Estado e cortiço”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 14 ago. 1997.

PARRA, Henrique. “Fotos: ocupações da Frente de Luta por Moradia São Paulo”. Centro de Mídia Independente. 03 nov. 2005. Disponível em: www.midiaindependente.org/pt/red/2005/11/335632.shtml. Acesso em: 10 out. 2009.

PENTEADO, Gilmar. “Entidades listam 72 áreas do INSS a serem negociadas”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 13 maio 2004.

PENTEADO, Gilmar; SANCHEZ, Flávia. “Retirada de sem-teto no centro de SP termina em confronto e prisões”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 25 nov. 2000.

PORTELA, Fábio. “Genoíno omite apoio de Maluf durante ato público no centro de SP”. **Folha Online**, Cotidiano, São Paulo, 22 out. 2002.

RAMOS, Vitor. “Sem-teto fazem invasões em três Estados”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 03 maio 2005.

REVISTA MUSEU. “Biblioteca circulante será entregue em março”. **Revista Museu**, 08 jan. 2009. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/noticias/not.asp?id=18713&MES=/1/2009&max_por=10&max_ing=5. Acesso em: 01 out. 2009.

REVISTA DE DIREITO SOCIAL. “Habitação: INSS cede prédios em desuso para moradia social. São Paulo: 19 fev. 2008. Disponível em: http://www.revistards.com.br/content/noticias.asp?id=60150. Acesso em 07 set. 2009.

RIGI, Camilla. “Despejadas, 92 famílias acampam no centro”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 07 out. 2005, p. C4.

_____. “Despejados de prédio recusam albergue”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 08 out. 2005, p. C5.

_____. “Um mês depois, sem-teto deixam a Rua Mauá”. **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 10 nov. 2005, p. C9.

ROSSI, Clóvis. “Um vermelho primitivo”. **Folha de São Paulo**, Opinião, São Paulo, 20 out. 2000.

SÁ, Nelson de. “Invasões pós-eleitorais”. **Folha de São Paulo**, Brasil, São Paulo, 09 nov. 2004.

SANTINI, Daniel. "Após cinco anos, Prestes Maia é desocupado". **Globo.com**. Disponível em: g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo /0,,MUL52313-5605,00.html. Acesso em: 10 jul. 2008.

SANTOS, Valmir. “Grupo Oficina faz 40 anos e luta pela rua-teatro”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 16 ago. 2001.

SCHNEIDER, Luciana. “Secretário anuncia projeto de moradias”. **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 23 maio 1997.

SIMÕES, Eduardo. ""Eu me lembro" ganha sete prêmios no festival, enquanto "À margem do concreto", de Evaldo Mocarzel, é ovacionado". **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 01 dez. 2005.

_____. "Mocarzel retoma olha "à margem"". **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 24 nov. 2005.

SILVA, Júlio Henrique Canuto da. "Descaso do poder público, desinteresse da mídia". **Observatório da Imprensa**, 20 mar. 2007. Disponível em www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=425CID011. Acesso em: 10 jul. 2008.

TAMARI, Mariana. "Maior ocupação vertical de SP, com 468 famílias de sem-eto, ganha mais prazo para negociar". **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 15 abril 2006.

TOMAZ, Kleber. "Sem-teto invadem São Vito e são expulsos". **Folha de São Paulo**, Cotidiano, São Paulo, 11 abril 2007.

UNIÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DE SÃO PAULO (UMMSP). "Mais de duas mil famílias fazem ocupação em São Paulo". **Centro de Mídia Independente**, 07 nov. 2005. Disponível em: http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2005/11/336795.shtml. Acesso em: 01 out. 2009.

VENTURA, Fábio. "A saga das ocupações". **Revista dos Bancários**, nº 41, fev. 1999. Disponível em: http://www.spbancarios.com.br/rdbmateria.asp?c=39. Acesso em: 18 set. 2009.

VIANA, Natalia. "A "revitalização" que degrada". **Caros Amigos**, São Paulo, dez. 2005, pp. 30-33.

WISNIK, Guilherme. "Desmobilização e resistência". **Folha de São Paulo**, Ilustrada, São Paulo, 09 abril 2007.

YODA, Carlos Gustavo. "Sem-teto conseguem mais 60 dias para permanecer no prédio". **Carta Maior**. Disponível em: www.achanoticias.com.br/noticia.kmf?noticia=4282091. Acesso em: 10 jul. 2008.

ZONTA, Natália. "Ex-moradores do São Vito podem perder subsídio". **O Estado de São Paulo**, Cidades / Metrópole, São Paulo, 4 fev. 2006, p. C6.